

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Lucas Fabiano Machado Medina

**O SOFT POWER COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA
CHINESA PARA O CONTINENTE AFRICANO E SUDESTE ASIÁTICO
NO PERÍODO 2002 – 2016**

Santa Maria, RS, Brasil

2016

Lucas Fabiano Machado Medina

**O SOFT POWER COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA CHINESA
PARA O CONTINENTE AFRICANO E SUDESTE ASIÁTICO NO PERÍODO 2002 –
2016**

Monografia apresentada ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Relações Internacionais**.

Orientador: Prof. Dr. Arthur Coelho Dornelles Júnior

Santa Maria, RS, Brasil

2016

Lucas Fabiano Machado Medina

**O SOFT POWER COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA CHINESA
PARA O CONTINENTE AFRICANO E SUDESTE ASIÁTICO NO PERÍODO 2002 –
2016**

Monografia apresentada ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Relações Internacionais**.

Aprovada em 14 de dezembro de 2016:

Arthur Coelho Dornelles Júnior, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Igor Castellano da Silva, Dr. (UFSM)

Danielle Jacon Ayres Pinto, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS

2016

DEDICATÓRIA

A minha mãe, Natália. Por todo o apoio, força,
exemplo e amor dedicado.

AGRADECIMENTOS

Encerra-se aqui, uma etapa ímpar. Uma etapa de muita aprendizagem, não apenas acadêmica, experiências as quais nunca imaginara vivenciar e que, sem dúvida, não aconteceriam sem que algumas pessoas não estivessem ao meu lado. A minha família, gostaria de agradecer o apoio incondicional desde minha decisão em cursar Relações Internacionais, até a entrega deste trabalho. De fato, estes quatro anos não seriam possíveis sem o apoio e amor incondicional de vocês.

Agradeço a minha mãe, pelo exemplo de força, luta, coragem e mulher. Pela determinação e vontade em enfrentar os obstáculos, pelo amor dedicado a mim e a minha irmã, e por fazer com que eu me esforce cada vez mais para realizar meus objetivos.

A minha irmã, Ana Clara, que por mais jovem que seja, alimenta-me de orgulho, vontade e dedicação a cada dia. Agradeço por mostrar-me, tão nova, que maturidade não está diretamente ligada à idade, e sim às experiências vividas e como lidamos com elas. Por mostrar-me como derrotas enriquecem-nos mais do que vitórias e como as vitórias devem ser celebradas com humildade.

Ao meu avô, Omar Medina, por acreditar e comprar minha briga, meu sonho, e fazer dele possível. Não há palavra que descreva a admiração, orgulho que tenho.

À pessoa que esteve ao meu lado durante toda a elaboração deste trabalho, Mariane Azambuja Mello. Agradeço por todo o amor, amizade e companheirismo, por enfrentar comigo as situações adversas que nos fortaleceram e desfrutar comigo as ocasiões alegres que celebramos.

Não é possível falar em agradecimento e não agradecer ao lugar e às pessoas que tornaram este trabalho o que é. Agradeço imensamente à Equalize International Ltda., em especial, à Caroline Fauth e à Patrice Jabot, por proporcionarem minha maior experiência, profissional e pessoal, vivida até hoje. Por mostrar-me uma área de interesse e de estudo, além do real significado de dedicação, vontade e trabalho. Sem dúvida, todo o esforço aplicado na elaboração deste trabalho advém dos ensinamentos adquiridos na China. À Felix Dartailh, pelas experiências compartilhadas e pela amizade construída do outro lado do mundo. Alegria – e memórias – compartilhada, é alegria redobrada.

Por último, mas tão importante quanto, ao meu Orientador, Prof. Dr. Arthur Coelho Dornelles Júnior, pelo apoio e dedicação dada a este trabalho. Pelo exemplo de pessoa, acadêmico e profissional dado às ponderações e conselhos durante este ano.

El Viaje

Oriol Vall, que se ocupa de los recién nacidos en un hospital de Barcelona, dice que el primer gesto humano es el abrazo.

Después de salir al mundo, al principio de sus días, los bebés manotean, como buscando a alguien.

Otros médicos, que se ocupan de los ya vividos, dicen que los viejos, al fin de sus días, mueren queriendo alzar los brazos.

Y así es la cosa, por muchas vueltas que le demos al asunto, y por muchas palabras que le pongamos. A eso, así de simple, se reduce todo: entre dos aleteos, sin más explicación, transcurre el viaje.

(Eduardo Galeano, em *Bocas del Tiempo*)

RESUMO

O SOFT POWER COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA CHINESA PARA O CONTINENTE AFRICANO E SUDESTE ASIÁTICO NO PERÍODO 2002 – 2016

AUTOR: Lucas Fabiano Machado Medina

ORIENTADOR: Prof. Dr. Arthur Dornelles Coelho Júnior

O crescimento econômico chinês no início do século XXI transformou o país em um importante *global player* e, desde então, a China tem adotado políticas caracterizadas como *soft power*, um conceito adotado por Nye (2005) que se baseia na capacidade de moldar as preferências dos outros através da atração ao invés da coerção. Entretanto, na política externa chinesa há uma caracterização discrepante dos elementos de *soft power* de Nye entre 2002 e 2016, tornando o conceito do autor não representativo ao caso chinês. Neste estudo, o *soft power* com características chinesas é usado para entender a política externa da China com mais clareza, comparando as ações chinesas na África e no Sudeste Asiático. Assim, a pergunta de pesquisa busca responder: como e por que a China tem usado o *soft power* como instrumento de política externa na África e Sudeste asiático entre 2002 e 2016? A hipótese é de que a China estabelece na África um *soft power* econômico em busca de apoio na ONU, abastecimento doméstico e apoio à *One-China Policy*; já no Sudeste asiático, estabelece um *soft power* cultural, com a finalidade de abastecimento interno. O objetivo geral deste estudo é entender as formas e os motivos pelos quais a China aplica seu modelo de *soft power* nas duas regiões entre 2002 e 2016. É um estudo de tipo descritivo-explicativo, e utiliza o método de abordagem hipotético-dedutivo. Por fim, utiliza-se do método de procedimento comparativo, além de revisão bibliográfica e fontes primárias como técnica de pesquisa.

Palavras-chave: *soft power*; política externa chinesa; África; Sudeste asiático.

ABSTRACT

SOFT POWER AS A CHINESE FOREIGN POLICY TOOL FOR AFRICA AND SOUTHEAST ASIA IN THE PERIOD 2002 – 2016

AUTHOR: LUCAS FABIANO MACHADO MEDINA

ADVISOR: PROF. DR. ARTHUR DORNELLES COELHO JÚNIOR

China's economic growth in the early twenty-first century has made it an important global player, and since then China has adopted policies characterized as soft power, a concept adopted by Nye (2005) which builds on the ability to shape the preferences of others through attraction rather than coercion. However, in Chinese foreign policy there is a discrepant characterization of Nye's soft power elements between 2002 and 2016, making the concept of the author unrepresentative to the Chinese case. In this study, soft power with Chinese characteristics is used to understand China's foreign policy more clearly, comparing Chinese actions in Africa and Southeast Asia. Thus, the research question seeks to answer: how and why has China used soft power as a foreign policy instrument in Africa and Southeast Asia between 2002 and 2016? The hypothesis is that China establishes an economic soft power in Africa seeking UN support, domestic supply and support to One-China Policy; in Southeast Asia, it establishes a cultural soft power, with the purpose of internal supply. The general objective of this study is to understand the ways and the reasons why China applies its soft power model in the two regions between 2002 and 2016. It is a descriptive-explanatory study, and uses a hypothetical-deductive approach. Finally, the comparative procedure method is used, as well as bibliographic review and primary sources as a research technique.

Key-words: soft power; Chinese foreign policy; Africa; Southeast Asia.

概要

作为非洲和东南亚地区 2002年至 2016 年时期的中国外交政策工具的软实力

作者: LUCAS FABIANO MACHADO MEDINA

顾问: PROF. DR. ARTHUR DORNELLES COELHO JÚNIOR

中国的经济增长早期二十一世纪已经全球重要的球员，而自那时以来，中国已通过政策作为软实力，通过奈（2005 年）的基础上通过吸引力而不是强迫别人的喜好塑造能力概念的特点。然而，在中国的外交政策是不符表征奈的软实力要素 2002 年至 2016 年，使作者的概念不具代表性的中国的情况。在此研究中，用具有中国特色的软实力来更清楚地了解中国的外交政策比较中国的行动，在非洲和东南亚地区。因此，研究问题试图回答：如何和为什么有中国软实力的运用作为外交政策工具在非洲和东南亚地区 2002 年至 2016 年？假设是中国在非洲寻求联合国支持、国内供应和支持一个中国政策；建立经济的软实力在东南亚地区建立了文化的软实力，以内部供应。本研究的一般目的是懂得如何和为什么中国适用其软实力模式在 2002 年至 2016 年这两个区域的原因。它是描述性解释性研究，并使用一种假说—演绎方法。最后，使用比较程序方法，以及书目审查和作为一种研究技术的主要来源。

关键词： 软实力；中国的外交政策；非洲；东南亚地区。

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Comércio Internacional China → África por produtos (clas. Lall/US\$ mil).....	44
Figura 2 –	Importações chinesas advindas da África do Sul, Angola e Nigéria.....	45
Figura 3 –	Estoque de Investimento Direto Chinês na África por destino, 2013....	45
Figura 4 –	Origem de importações de petróleo bruto da China.....	53
Figura 5 –	Número de turistas chineses por propósito da viagem na África do Sul nos meses de dezembro de 2002 - agosto de 2016 (mil pessoas)....	65
Figura 6 –	Comércio da China com a Nigéria no período 1992 – 2015.....	67
Figura 7 –	Propriedade de veículos civis na China entre 1978 – 2013.....	78
Figura 8 –	O potencial energético cambojano – blocos de petróleo e gás.....	99
Figura 9 –	Balança comercial China – Tailândia (1998 – 2015).....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Etapas do Método Hipotético-Dedutivo Segundo Popper.....	22
Quadro 2 –	Definição de poder antes da ação do Estado e depois da ação do Estado, segundo Nye.....	26
Quadro 3 –	Linha de ação do poder duro (<i>hard power</i>) ao poder brando (<i>soft power</i>), segundo Nye.....	28
Quadro 4 –	Linha de comportamento e de prováveis recursos através de <i>hard power</i> até <i>soft power</i> , segundo Joseph Nye.....	30
Quadro 5 –	Diferenciação dos tipos de <i>soft power</i> apontados por Yongnian e Chi.....	33
Quadro 6 –	Quadro explicativo sobre <i>soft power</i> vertical e <i>soft power</i> horizontal.....	34
Quadro 7 –	Comparação da eficácia do comportamento internacional <i>soft</i> e <i>hard</i> dos Estados A e B.....	35
Quadro 8 –	Participação dos investimentos chineses no setor agrícola e pesqueiro angolano 2006-2012.....	50
Quadro 9 –	Investimentos chineses na infraestrutura angolana.....	52
Quadro 10 –	Investimentos chineses no setor petrolífero angolano.....	54
Quadro 11 –	Projetos e investimentos chineses voltados à indústria, mineração e construção na África do Sul.....	59
Quadro 12 –	Exportações da China para a Nigéria e importações chinesas da Nigéria por commodities em 2004 e 2015.....	68
Quadro 13 –	Projetos de infraestrutura na Nigéria.....	71
Quadro 14 –	Relação de valores totais e média aritmética do <i>soft power</i> cultural da China no continente africano e nas unidades de observação.....	83
Quadro 15 –	Intensidade das variáveis independentes nas unidades de observação em comparação ao continente africano.....	84
Quadro 16 –	Doações do governo Chinês para o setor agrícola cambojano (2002 – 2016).....	92
Quadro 17 –	Empréstimos da China para o setor agrícola cambojano (2002 – 2016).....	93
Quadro 18 –	Investimentos chineses na construção e restauração de hidrelétricas e redes de transmissão no Camboja.....	97
Quadro 19 –	Intensidade das variáveis independentes nas unidades de observação em comparação ao Sudeste asiático.....	124
Quadro 20 –	Intensidade das variáveis independentes nas unidades de observação em comparação à média mundial.....	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Pesquisa de opinião feita pela BBC acerca da influência dos países no mundo, 2012.....	32
Tabela 2 –	Linha de crédito chinesa à Angola no período 2004-2012.....	48
Tabela 3 –	Chegada de chineses não-residentes na Angola entre 2002 e 2014.....	56
Tabela 4 –	Número de estudantes sul-africanos estudando em universidades da China (2000-2016).....	64
Tabela 5 –	Número de estudantes chineses estudando em universidades da África do Sul.....	64
Tabela 6 –	Chegada nigerianos não-residentes na China entre os anos de 2009 e 2013.....	74
Tabela 7 –	Chegada de chineses não-residentes na Nigéria entre 2002 a 2014.....	74
Tabela 8 –	Relação população ↔ PIB nominal ↔ automóveis ↔ importações de petróleo da Angola, África do Sul e Nigéria (2002 – 2014).....	79
Tabela 9 –	Relação de valores totais e médio aritmética do <i>soft power</i> econômico da China na África e nas unidades de observação.....	81
Tabela 10 –	Número de projetos em que a China participou no Camboja nos setores elencados entre os anos de 2002 e 2015 e seus respectivos valores totais.....	91
Tabela 11 –	Rodovias federais que receberam investimentos chineses entre 2002 e 2016...	95
Tabela 12 –	Rodovias intermunicipais que receberam investimentos chineses entre 2002 e 2016.....	95
Tabela 13 –	Número de visitantes cambojanos não-residentes na China (2002 – 2014)....	96
Tabela 14 –	Número de visitantes chineses não-residentes no Camboja (2002 – 2014)....	102
Tabela 15 –	Número de estudantes tailandeses em mobilidade acadêmica internacional na China (2005 – 2015).....	103
Tabela 16 –	Número de estudantes chineses em mobilidade acadêmica internacional na China (2002 – 2014).....	108
Tabela 17 –	Número de visitantes tailandeses não-residentes na China (2002 – 2013).....	109
Tabela 18 –	Número de visitantes chineses não-residentes na Tailândia (2002 – 2014)....	109
Tabela 19 –	Número de visitantes chineses não-residentes no Vietnã (2002 – 2014).....	110
Tabela 20 –	Número de visitantes vietnamitas não-residentes na China (2002 – 2013)....	116
Tabela 21 –	Relação de valores totais e média aritmética do <i>soft power</i> econômico da China no Sudeste asiático e nas unidades de observação.....	117
Tabela 22 –	Relação de valores totais e média aritmética do <i>soft power</i> cultural da China no Sudeste asiático e nas unidades de observação.....	121
Tabela 23 –	Relação de valores totais e média aritmética do <i>soft power</i> econômico da China na África, no Sudeste asiático e no mundo.....	123
Tabela 24 –	Relação de valores totais e média aritmética do <i>soft power</i> econômico da China na África, no Sudeste asiático e no mundo	129
Tabela 25 –	Relação de valores totais e média aritmética do <i>soft power</i> cultural da China no mundo e nas seis unidades de observação.....	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
CNKI	China National Knowledge Infrastructure
CDHNU	Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas
CSNU	Conselho de Segurança da ONU
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCAC	Fórum de Cooperação África-China
Ics	Institutos Confúcio
IES	Instituições de Ensino Superior
MECANAGRO	Empresa Nacional de Mecanização Agrícola
ONU	Organização das Nações Unidas
PPC	Partido Comunista Chinês
VD	Variável dependente
Vis	Variáveis independentes
YMIEC	Yunnan Machinery Import & Export

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	A CONCEITUAÇÃO DE <i>SOFT POWER</i>.....	25
2.1	JOSEPH S. NYE JR E A CONCEITUAÇÃO DE <i>SOFT POWER</i>	25
2.2	A PERSPECTIVA CHINESA DE <i>SOFT POWER</i> E O PENSAMENTO DE PODER BRANDO DO PARTIDO COMUNISTA CHINÊS (PCC).....	30
3	O <i>SOFT POWER</i> CHINÊS NO CONTINENTE AFRICANO.....	43
3.1	REPÚBLICA POPULAR DA ANGOLA.....	47
3.1.1	<i>Soft power</i> econômico.....	47
3.1.1.1	<i>Agricultura.....</i>	48
3.1.1.2	<i>Infraestrutura.....</i>	51
3.1.2.1	<i>Energia.....</i>	53
3.1.2	<i>Soft power</i> cultural.....	55
3.1.2.1.1	<i>Promoção do ensino do mandarim e da cultura chinesa.....</i>	55
3.1.2.2	<i>Intercâmbio acadêmico.....</i>	56
3.1.2.3	<i>Turismo.....</i>	56
3.2	ÁFRICA DO SUL.....	57
3.2.1	<i>Soft power</i> econômico.....	57
3.2.1.1	<i>Agricultura.....</i>	57
3.2.1.2	<i>Infraestrutura.....</i>	58
3.2.1.3	<i>Energia.....</i>	60
3.2.2	<i>Soft power</i> cultural.....	61
3.2.2.1.1	<i>Promoção do ensino do mandarim e da cultura chinesa.....</i>	61
3.2.2.2	<i>Intercâmbio acadêmico.....</i>	63
3.2.2.3	<i>Turismo.....</i>	64
3.3	REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA.....	66
3.3.1	<i>Soft power</i> econômico.....	66
3.3.1.1	<i>Agricultura.....</i>	69
3.3.1.2	<i>Infraestrutura.....</i>	70
3.3.1.3	<i>Energia.....</i>	71
3.3.1	<i>Soft power</i> cultural.....	72
3.3.1.1.1	<i>Promoção do ensino do mandarim e da cultura chinesa.....</i>	72
3.3.1.2	<i>Intercâmbio acadêmico.....</i>	73
3.3.1.3	<i>Turismo.....</i>	74
3.4	RESULTADOS.....	75
3.4.1	Organização das Nações Unidas.....	75
3.4.2	<i>One-China Policy</i> e o isolamento de Taiwan.....	76
3.4.3	Abastecimento interno.....	77
4	O <i>SOFT POWER</i> CHINÊS NO SUDESTE ASIÁTICO.....	87
4.1	CAMBOJA.....	89
4.1.1	<i>Soft power</i> econômico.....	89
4.1.1.1	<i>Agricultura.....</i>	91
4.1.1.2	<i>Infraestrutura.....</i>	94
4.1.1.3	<i>Energia.....</i>	98

4.1.2	<i>Soft power cultural</i>	100
4.1.2.1	<i>Promoção do ensino do mandarim e da cultura chinesa</i>	100
4.1.2.2	<i>Intercâmbio acadêmico</i>	101
4.1.2.3	<i>Turismo</i>	102
4.2	TAILÂNDIA	103
4.2.1	<i>Soft power econômico</i>	103
4.2.1.1	<i>Agricultura</i>	104
4.2.1.2	<i>Infraestrutura</i>	105
4.2.1.3	<i>Energia</i>	106
4.2.2	<i>Soft power cultural</i>	106
4.2.2.1	<i>Promoção do ensino do mandarim e da cultura chinesa</i>	107
4.2.2.2	<i>Intercâmbio acadêmico</i>	107
4.2.2.3	<i>Turismo</i>	109
4.3	VIETNÃ	110
4.3.1	<i>Soft power econômico</i>	110
4.3.1.1	<i>Agricultura</i>	111
4.3.1.2	<i>Infraestrutura</i>	111
4.3.1.3	<i>Energia</i>	113
4.3.2	<i>Soft power cultural</i>	114
4.3.2.1	<i>Promoção do ensino do mandarim e da cultura chinesa</i>	114
4.3.2.2	<i>Intercâmbio acadêmico</i>	115
4.3.2.3	<i>Turismo</i>	115
4.4	RESULTADOS	117
4.4.1	Organização das Nações Unidas	117
4.4.2	<i>One-China Policy</i> e o isolamento de Taiwan	118
4.4.3	Abastecimento interno	119
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	136

1 INTRODUÇÃO

Diferentemente de outras civilizações, a singularidade da chinesa permite observá-la com início ainda em discussão. Há, contudo, diversos mitos quanto ao assunto, sendo o mais conhecido dentre eles, o mito do Imperador Amarelo¹. Segundo observou Évarist Régis Huc, missionário e viajante do século XIX,

A civilização chinesa se origina numa antiguidade tão remota que são baldados nossos esforços por descobrir seu ínicio. Não há vestígios do estado de infância entre esse povo. Esse é um fato muito peculiar com respeito à China. Estamos acostumados na história das nações a encontrar algum ponto de partida bem definido, e os documentos, as tradições e os momentos históricos que chegam até nós em geral nos permitem seguir, quase passo a passo, o progresso da civilização, estar presentes a seu nascimento e assistir seu desenvolvimento, sua marcha adiante e, em muitos os casos, suas subsequentes decadência e ruína. Mas não é assim com os chineses. Eles parecem ter vivido sempre no mesmo estágio de progresso dos dias atuais; e os dados da antiguidade tendem a confirmar essa opinião (SCHURMANN; SCHELL, 1967, p. 31).

A abertura econômica chinesa, iniciada em 1978, a partir do governo de Deng Xiaoping² (1978 – 1992), proporcionou que a China vivesse um período de *boom* econômico, sob o qual seus efeitos podem ser visualizados até hoje e auxiliaram o país a se erguer como uma das maiores potências econômicas do cenário internacional, tornando-se, em 2009, o maior exportador de manufaturados do mundo (LAI, 2012, p. 1).

A nomeação de Hu Jintao, em novembro de 2002, como novo Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês (PCC)³ e, quatro meses depois, sua eleição como Presidente da República Popular da China tem papel direto no debate a respeito da conceituação de *soft power* na China e representa um marco quanto a política doméstica e externa do país, uma vez que, Hu representa a primeira geração de líderes chineses sem experiência pessoal na revolução comunista (KISSINGER, 2011, p. 468 – 469)⁴. Hu Jintao e, posteriormente, Xi Jinping (2013

¹ O Imperador Amarelo é conhecido na história chinesa como o fundador do país. O Imperador teria vivido e reinado, aproximadamente, entre os anos de 2697 a.C. e 2597 a.C. e, segundo o mito, teria salvo a China de um período de caos. Para uma melhor compreensão sobre o mito do Imperador Amarelo, ver KISSINGER. 2011, p. 15.

² O presente trabalho faz referência a nomes e termos chineses e, a fim de estabelecer um padrão quanto ao método de transliteração, o método usado neste estudo é o *pinyin*. Por exemplo, a grafia *pinyin* “Deng Xiaoping” é usada em lugar da grafia *Wade-Giles* “Teng H’siao-ping”. Quanto a escrita chinesa, seus caracteres surgiram durante a dinastia Shang (1766 a.C. – 1122 a.C.) e, para de adaptá-los aos caracteres latinos, a República Popular da China adotou oficialmente, em 1979, o método de transliteração *pinyin*, substituindo o método *Wade-Giles*.

³ O Partido Comunista Chinês (PCC) é o partido que governa a República Popular da China desde 1949. É o único partido político da China continental. Em linhas gerais, o Presidente da República Popular da China é também o Secretário-geral do PCC e o Presidente da Comissão Militar Central do país.

⁴ Para uma breve compreensão da Revolução Comunista na China, ver KISSINGER (2011, p. 67-79).

– atualmente) têm usado, em suas agendas internacionais, políticas que podem ser caracterizadas como *soft power* e são fundamentais para explicar o crescimento econômico e político chinês. Diante disso, ainda, faz-se necessário elucidar que este trabalho não é uma análise de política externa, uma vez que, para isso, seria necessário pensar acerca do processo interno ao estado de formulação dos interesses de *soft power* pelos chineses. Pelo contrário, o presente estudo versa quanto ao plano dos resultados e da aplicabilidade dessas políticas de interesse nacional. Nesse contexto, os esforços chineses na expansão do *soft power* pelo mundo, em especial, na África, no Sudeste asiático e na América Latina, com menos destaque, articulam-se a partir de três ferramentas: discurso oficial, cultura e comércio (LAI, 2012, p. 1).

Segundo Nye (2004, p. 2), *soft power*, assim como seu oposto, *hard power*, são ferramentas usadas por um ator internacional, em especial, o Estado, a fim de atingir seus interesses. O autor ainda difere estes dois poderes a partir de seus elementos aos quais os Estados usam para construir suas políticas, ou seja, os meios. Portanto, *hard power* caracteriza-se pelo uso da força, dos meios militares e do poder econômico pelos Estados, a partir da coerção e da punição, para alcançarem seus objetivos. Já *soft power*, segundo o autor, estabelece elementos culturais, de valores e a política externa do Estado como formas de poder brando (NYE, 2004 p. 5).

Contudo, a conceituação abordada por Nye não é unanimidade na China, e este trabalho pressupõe que o conceito de *soft power* observado por Joseph Nye não é suficiente para explicar e analisar o *soft power* chinês, uma vez que sua conceituação, análise e diferenciação dos elementos distinguem-se daqueles abordados por teóricos e pelo próprio governo chinês. De acordo com Lai (2012), a China adota uma abordagem que diverge quanto a classificação dos elementos de *soft power*. Para esse autor, os elementos de poder brando (*soft power*) e poder duro (*hard power*), adotados por Nye, não se aplicam quando se trata de *soft power* chinês. Lai (2012, p. 8-9) estabelece que desenvolvimento tecnológico e ciência, em especial, podem ser usados para construir não somente poder econômico, mas também poder militar, como demonstrado pelos Estados Unidos.

Segundo Yongnian e Chi (2007, p. 6), a política chinesa de *soft power*, nos últimos anos, tem se manifestado principalmente em dois aspectos. O primeiro caracteriza-se por políticas voltadas ao multilateralismo, a diplomacia econômica e a “política da boa vizinhança”. O segundo é a influência do modelo chinês de desenvolvimento mundial. Além disso, de acordo com os autores, ambos não acreditam que não há recursos absolutos de *soft power* e *hard power* na política mundial e que não importa que tipos de recursos existem, a chave é como usá-los.

Nesse sentido, o processo de *soft power* chinês se dá, conforme Mingjiang Li, a partir de uma propaganda do modelo de desenvolvimento chinês e uma esperança dos países do Sudeste asiático, em especial, os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)⁵ em construírem uma válvula de escape para o desenvolvimento econômico, que não os Estados Unidos e o FMI (LI, 2009, p. 208). Já a aplicabilidade do *soft power* chinês no continente africano, percebe-se, além de assistência econômica, uma assistência militar e em questões de direitos humanos (ROTBURG, 2008, p. 155, 197, 250-272).

Este trabalho tem, à vista disso, como **problema de pesquisa**, *como e por que o governo chinês tem usado o soft power como instrumento de política externa no continente africano e Sudeste asiático entre os anos de 2002 e 2016?* A **hipótese principal** é de que *a China estabelece, na África, um soft power econômico em busca de favorecimento, influência e apoio na ONU, abastecimento doméstico e isolamento de Taiwan e apoio à One-China Policy; no Sudeste asiático, a China estabelece um soft power cultural, com a finalidade de abastecimento das demandas domésticas da China.* Já a **hipótese alternativa** é a de que *a China estabelece no continente africano e no Sudeste asiático um soft power econômico e cultural como principais meios de realização de seus objetivos econômicos e políticos, a saber: de (I) abastecimento doméstico; (II) favorecimento, influência e apoio na ONU; (III) favorecimento e apoio no isolamento de Taiwan.*

O **objetivo geral** deste estudo é entender as formas e os motivos pelos quais a China aplica seu modelo de *soft power* na África e no Sudeste asiático entre os anos 2002 e 2016. Quanto aos objetivos específicos, podem ser classificados em:

- i. Descrever e compreender o que é *soft power* segundo Nye, observar o que é *soft power* chinês e o que ele difere do pensamento estadunidense;
- ii. Entender e explicar como o *soft power* chinês se aplica na África, a partir da análise dos elementos usados pela China;
- iii. Entender e explicar como o *soft power* chinês se aplica no Sudeste asiático, a partir da análise dos elementos usados pela China;
- iv. Compreender, a partir da análise dos dois casos de aplicabilidade de *soft power* chinês, os interesses dos governos Jintao e Jinping para com o *soft power* como instrumento de política externa.

⁵ A ASEAN (*Association of Southeast Asia Nations*), criada em 1967, é composta atualmente por Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã. Fonte: *Association of Southeast Asian Nations*. Disponível em: <<http://asean.org/asean/asean-member-states/>>.

A **justificativa** acadêmica deste trabalho orienta-se, uma vez que, nos campos de estudo das Relações Internacionais, percebe-se uma predominância estadunidense e europeia quanto à produção acadêmica. Da mesma forma, não são comuns as produções que analisam teoria das Relações Internacionais e política externa chinesa, em especial, o conceito de *soft power*, partindo da perspectiva e do cenário chinês, utilizando majoritariamente autores chineses. Evidencia-se, nos estudos de política externa chinesa, uma análise a partir de uma aplicação da abstração em determinado caso, sem levar em conta, muitas vezes, as idiossincrasias chinesas. Partindo desse pressuposto, analisar-se-á, neste trabalho, o *soft power* econômico e cultural da China no continente africano e no Sudeste asiático pois são estas regiões as quais recebem o maior número de investimentos econômicos e culturais, além do fator geográfico no que tange ao Sudeste asiático, ou seja, a proximidade da região com a China. Além disso, é necessário ressaltar que o *soft power* econômico e o *soft power* cultural não são os únicos utilizados pela China, mas sim os que este trabalho busca se concentrar.

Socialmente, justifica-se o estudo do *soft power* chinês pois a ordem mundial, em especial a partir do século XXI, abrange um sistema multipolar e de interdependência, ao qual a China faz parte como grande potência. Portanto, analisar e compreender como a cultura e o pensamento milenar chinês aplicam-se na expansão de seus interesses no cenário internacional se faz necessário, assim como o estudo de política internacional chinesa a fim de observar de que forma a China visualiza o cenário internacional e como esse é afetado por seu *soft power*.

O recorte temporal tratado neste trabalho justifica-se de modo que o conceito de *soft power* de Joseph Nye Jr., publicado pela primeira vez no final da década de 1980, apresenta debates, observações, análises e abordagens mais detalhadas e robustas somente no ano de 2002, em seu livro “O Paradoxo do Poder Americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada”. Ainda em 2002, no 16º Congresso do PCC, em novembro, Hu Jintao passou a substituir Jiang Zemin como secretário-geral do PCC, o que deu a Hu a presidência da República Popular da China em março de 2003. O então presidente chinês passou a adotar, em diversas políticas, instrumentos e discursos que podem ser caracterizados por *soft power*, especialmente voltados para países do continente africano, como África do Sul, Angola e Nigéria, e Sudeste asiático, em especial, no Vietnã, Tailândia e Camboja, áreas de maior penetração dessas políticas chinesas.

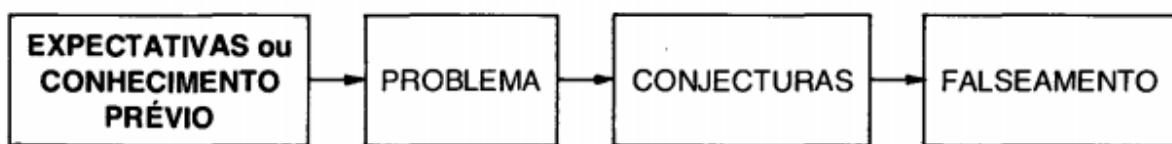
A passagem da secretaria geral do PCC para Xi Jinping no 18º Congresso do Partido, em 2012 e, posteriormente, a presidência da China, em março de 2013, não diminuíram os esforços chineses sobre políticas de *soft power*, pelo contrário, percebe-se no governo de Xi

Jiping, que perdura até atualmente, uma intensificação da instrumentalização do *soft power* como instrumento de política externa chinesa. Dessa forma, propõe-se abranger o ano de 2016, com a finalidade de apresentar a conjuntura atual do uso do *soft power* como instrumento da política externa chinesa.

Em relação aos casos abordados – África e Sudeste asiático – justifica-se o uso desses neste trabalho pois são as regiões de maior aplicabilidade do *soft power* com características chinesas, juntamente com a América Latina. Ainda, na África, Angola, Nigéria e África do Sul são os países que mais receberam investimentos chineses desde o início do século XXI.

Metodologicamente, este trabalho vale-se de estudo do tipo descritivo-explicativo. Buscará responder como e por quê a China, nos governos de Hu Jintao e Xi Jinping, tem usado de instrumentos de *soft power* em política externa, além disso, apresenta diálogo constante com o conceito de *soft power* de Joseph Nye e o entendimento deste mesmo conceito a partir da visão de teóricos chineses e do próprio governo chinês. Ainda, apresenta como método de abordagem o hipotético-dedutivo, como indicado no Quadro 1 (LAKATOS; MARKONI, 2003, p. 95). Orienta-se, portanto, em problematizar a hipótese de que a China estabelece seu *soft power* na política externa a partir de elementos econômicos e culturais em ambas as regiões analisadas – África e Sudeste asiático – a fim de abastecer suas demandas internas, obter favorecimento, influência e apoio na Organização das Nações Unidas (ONU), além de apoio em imbróglios envolvendo Taiwan. Além disso, este trabalho apresenta duas **variáveis independentes (VIs)**, a primeira sendo o *soft power* econômico e a segunda, o *soft power* cultural. A primeira, tem como indicadores os investimentos em (I) agricultura; (II) infraestrutura; e (III) energia. Justificam-se estes indicadores a medida em que estes setores foram, em média, os que mais receberam investimentos advindos da China. A segunda variável tem como indicadores (I) promoção do ensino do mandarim e da cultura chinesa; (II) o intercâmbio acadêmico; e (III) o turismo. Da mesma forma, justifica-se estes setores pois, é através deles em que a China tem buscado expandir a cultura chinesa, a fim de mostrar que não só de investimentos financeiros é feita as relações da China com seus parceiros. São estes, portanto, os indicadores que operacionalizam as duas formas de *soft power* instrumentalizados pela China em sua política externa na África e no Sudeste asiático. Por último, este trabalho apresenta três indicadores para a **variável dependente (VD)**: o desenvolvimento econômico chinês, por meio do abastecimento das demandas internas da China, barganha institucional, por meio do favorecimento, apoio e influência em órgãos multilaterais, como a ONU, e a integridade territorial, por meio do apoio em questões envolvendo Taiwan.

Quadro 1 – Etapas do Método Hipotético-Dedutivo Segundo Popper.



Fonte: (LAKATOS; MARKONI, 2003, p. 95)

Em termos procedimentais, trata-se aqui de um estudo comparativo, através do formato de comparação intercaso do tipo espacial – não temporal. A comparação intercaso do tipo espacial é trabalhada, neste estudo, já que não há uma comparação entre marcos temporais, mas sim uma comparação da instrumentalização das variáveis independentes e dependentes entre as duas regiões analisadas – África e Sudeste asiático. Ainda, dentro de cada caso analisado, este trabalho estabelece comparações múltiplas intracaso do tipo espacial entre as unidades de observação. A comparação intracaso permite ao trabalho empregar observações comparativas dentro de cada caso (VAN EVERA, 2002, p. 65), ou seja, as comparações múltiplas intracaso permitem que este estudo faça diversos valores de variáveis independentes e dependentes, através de uma variedade de circunstâncias dentro de um caso (VAN EVERA, 2002, p. 70).

Portanto, este trabalho adapta-se a este tipo de estudo comparativo uma vez que possui duas regiões em contraste (África e Sudeste asiático) com três observações em cada uma delas (África do Sul, Angola e Nigéria na África e Camboja, Tailândia e Vietnam no Sudeste asiático), dispersas geográfica e temporalmente. Em cada uma destas observações, este trabalho apontará os indicadores de *soft power* econômico e *soft power* cultural e, por fim, os resultados gerais de cada uma das regiões pesquisadas. Analisa-se, desta forma, com o intuito de perceber como estratégias de *soft power* tão similares operam em regiões tão diversas e como os instrumentos de *soft power* precisam se adequar às características regionais e locais, sob pena de total ineficácia. Por fim, este trabalho valer-se-á de fontes primárias – documentos oficiais do Partido Comunista Chinês e demais órgãos oficiais de relevância –, revisão bibliográfica e bancos de dados como técnica de pesquisa.

Quanto à *estrutura*, este trabalho divide-se em três partes. A primeira trata sobre a conceituação de *soft power*, analisando o pensamento de Joseph Nye de *soft power*. Ainda, o capítulo primeiro fará uma diferenciação da visão de Nye e de autores chineses, como Li

Mingjiang⁶, Hongyi Lai⁷, Zheng Yongnian⁸ e Zhang Chi, quanto ao *soft power* chinês e como ele difere em elementos, entendimentos e abordagens do *soft power* estadunidense. Portanto, no primeiro capítulo, estabelecer-se-á o arcabouço teórico deste trabalho.

No segundo capítulo, “O *soft power* chinês no continente africano”, será apresentada a aplicabilidade do *soft power* chinês na África, em especial, na África do Sul, Angola e Nigéria entre os anos de 2002 e 2016, como ele se aplica, quais os elementos usados nessa aplicabilidade e quais os resultados dessa política. Além disso, estabelece-se um parâmetro comparativo da penetração do *soft power* econômico e cultural chinês das unidades de observação em relação à sua própria região – o continente africano.

Por fim, o capítulo terceiro, intitulado “O *soft power* chinês no Sudeste asiático”, analisa, assim como o capítulo segundo, a aplicabilidade das políticas de *soft power* chinês no Sudeste asiático, apresentando um segundo caso em que a China atinge seu *soft power*, e apresentando uma análise comparativa da aplicabilidade do *soft power* econômico e cultural da China nas unidades de observação em relação à região – o Sudeste asiático. Por fim, nas considerações finais deste trabalho, compara-se a intensidade de penetração do *soft power* econômico e cultural da China nas duas regiões em relação ao resto do mundo.

⁶ Li Mingjiang é Professor Assistente na Escola de Estudos Internacionais S. Rajaratnam da Universidade Tecnológica de Nanyang, Cingapura.

⁷ É Professor Associado da *School of Contemporary Chinese Studies* da Universidade de Nottingham e Membro Sênior do *China Policy Institute* da Universidade de Nottingham.

⁸ É Professor e Diretor do *East Asian Institute* da Universidade Nacional de Singapura. Possui PhD em Ciência Política pela Universidade de Princeton, Estados Unidos.

2 A CONCEITUAÇÃO DE SOFT POWER

Para dar início ao arcabouço teórico deste trabalho, entende-se que, assim como explica Nye, o poder brando (ou, em inglês, *soft power*) já existe muito antes da elaboração do conceito pelo autor, logo após o fim da Guerra Fria. Este período, de vitória estadunidense, fez com que Nye, a partir de 1990, buscasse responder como se dá o poder, propriamente dito, neste novo período. Ainda, para inserir o conceito abordado na conjuntura chinesa, este capítulo apresentará a perspectiva chinesa de *soft power*, seja pelos seus teóricos mais destacados no estudo do assunto, seja pelo discurso oficial chinês.

A primeira seção deste capítulo abordará o nascedouro do conceito de *soft power* a partir do pensamento de Joseph S. Nye Jr.; a segunda seção versará sobre a elaboração do conceito de *soft power* pelos teóricos chineses e pelo Partido Comunista Chinês. Por fim, a segunda seção deste capítulo trará como o governo chinês pensa o conceito de *soft power*.

2.1 JOSEPH S. NYE JR E A CONCEITUAÇÃO DE SOFT POWER

O fim da Guerra Fria, o colapso da União Soviética e, por consequência, a vitória dos Estados Unidos ante a bipolaridade da ordem mundial, que prevalecia desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) é o ponto cronológico central do primeiro estudo⁹ aprofundado de Joseph S. Nye quanto a capacidade hegemônica dos Estados Unidos e seus recursos de poder, fundamentais para a manutenção do *status hegemônico*¹⁰. Para Nye (2002), os anos posteriores ao fim da Guerra Fria resultaram numa ordem unipolar¹¹, a qual desenhava-se desde o início do século XX e concretizou-se com o declínio da União Soviética. A capacidade estadunidense, segundo Nye, advém do sistema internacional posterior a Segunda Guerra Mundial, embora haja outras variáveis anteriores a isso as quais explicam o início do crescimento do poder político e econômico dos Estados Unidos (NYE, 2005, p. 57).

⁹ Os estudos de Nye quanto ao *soft power* iniciam-se a partir da publicação de um artigo na revista *Foreign Affair*, em 1990. Neste trabalho, o conceito de *soft power* a partir da visão de Nye é discutido de acordo com três livros: (I) O Paradoxo do Poder Americano. 5. Ed. Lisboa: Gradiva. 2005; (II) *Soft power. The Means to Success in World Politics*. Nova Iorque: Public Affairs. 2004; (III) O Futuro do Poder. 1 Ed. São Paulo: Benvirá. 2012.

¹⁰ Segundo Nye (2005, p. 36), a hegemonia é definida de forma modesta, como “uma situação na qual nenhum país possui significativamente mais recursos ou capacidades de poder do que os outros”, e não significa que os Estados Unidos possam “ditar ou, pelo menos, influenciar as normas e os ordenamentos através dos quais as relações internacionais são conduzidas”.

¹¹ Para Nye (2005, p. 35), há uma ordem unipolar, uma vez que, é mais vantajoso aos demais países seguirem um Estado mais forte do que balancear contra ele. Ainda segundo o autor, a desigualdade de poder é uma fonte de paz e de estabilidade no sistema internacional.

Nesse sentido, poder é a capacidade do Estado em influenciar os resultados que se deseja obter e, se necessário, a alteração do comportamento de outros para tornar esses resultados possíveis. Para tanto, a capacidade na obtenção dos resultados é associada, segundo Nye, à posse de quantidades relativamente elevadas de elementos como população, território, recursos naturais, poder econômico, força militar e estabilidade política (NYE, 2005, p. 24-25)¹². Ademais, Joseph Nye, busca analisar a definição de poder a partir de como ele age, vinculando à especificação de *quem* está envolvido no relacionamento de poder e *quais* os tópicos desse relacionamento, uma vez que é insuficiente dizer apenas que um ator “tem poder” (NYE, 2012, p. 27).

A definição de poder é também abordada por políticos, e estes percebem o poder a partir dos resultados, que são determinados após a ação. Contudo, segundo Nye, a definição de poder na política internacional acontece antes da ação, uma vez que, as decisões políticas são tomadas tendo em vista as capacidades do Estado, ou seja, seus recursos de poder. Neste caso, o poder é mensurado anteriormente as políticas. Como exemplificado no Quadro 2, na percepção dos políticos, a vitória de um Estado A em um conflito armado perante outro ator demonstra o poder que esse Estado A possui. Ao contrário, na percepção de Nye, a capacidade militar de um Estado B demonstra o poder que esse Estado tem e, a partir de então, as ações do Estado B serão tomadas com base em sua capacidade.

Quadro 2 – Definição de poder antes da ação do Estado e depois da ação do Estado, segundo Nye.

PODER	ANTES	Vitória do Estado A em um conflito armado → poder
	DEPOIS	Capacidade militar do Estado B → poder → ação do Estado B

Fonte: Elaborado pelo autor com base em NYE, 2012, p. 27.

¹² Posteriormente, em seu livro *O Futuro do Poder*, 2011, Joseph Nye, busca analisar a definição de poder a partir de como ele age, vinculando a especificação de *quem* está envolvido no relacionamento de poder e *quais* os tópicos desse relacionamento. NYE, Joseph. O Futuro do Poder. 1 Ed. São Paulo: Benvirá. 2012. p. 27.

Dentre os recursos de poder, o poder econômico e o militar – seja ele por meio das forças militares aéreas, marítimas e terrestres, seja por meio de arsenal nuclear – reflete os elementos, caracterizados por Nye, como *hard power*. Tais recursos são utilizados de forma a induzir outros Estados a alterarem a sua atitude e podem se basear em estímulos (*carrots*¹³) ou ameaças (*sticks*¹⁴), referindo-se à pressão que um Estado faz a outro (NYE, 2005, p. 28-29). Nesse sentido, o poder militar baseia-se em: (I) ações militares efetivas contra outro ator; (II) Ações como o aumento da capacidade militar e incentivo a indústria bélica nacional, por exemplo, as quais não envolvem um ataque efetivo contra outro ator.

Contudo, Nye aponta que, a longo prazo, a atuação unicamente a partir da imposição e de políticas caracterizadas como *hard power* perante outros Estados não trará benefícios ao Estado agente, uma vez que coloca seus objetivos econômicos em risco, além de causar inimizade diante do sistema internacional. Para isso, é necessário que o Estado adote políticas mais suaves, as quais possam levar o país a legitimar seu poder sem o uso da força imposta, seja ela militar ou econômica. Essas políticas suaves são caracterizadas por Nye como *soft power*.

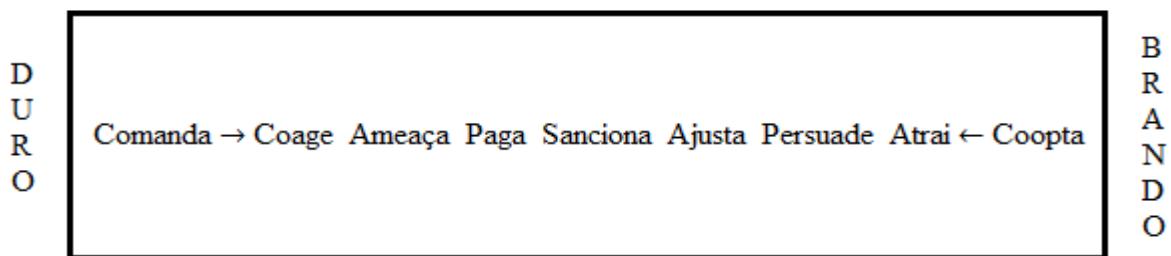
Soft power é, pois, o método indireto de exercer poder, ao qual um Estado usufrui a fim de obter os resultados que deseja na política mundial porque os outros Estados escolhem segui-lo, admirando os seus valores, imitando seus exemplos, aspirando ao seu nível de prosperidade e abertura. Em suma, o *soft power* (NYE, 2005, p. 29) coopta os indivíduos ao invés de coagir e fundamenta-se na habilidade de modelar as preferências dos outros, uma vez que, por exemplo, se um Estado A pode conseguir fazer com que um Estado B faça o que A deseja sem o uso da força ou de pressões, então não será necessário que A utilize de políticas caracterizadas como *hard power* para conseguir os mesmos resultados (NYE, 2004, p. 5). Para Nye (2005, p. 5), é fato que, o custo de liderança é muito menor quando o custo dos recursos militares e econômicos é menor. Ainda, segundo o teórico,

Soft power não é apenas o mesmo que influência, embora seja uma fonte de influência. Afinal, eu também poderia influenciá-lo por ameaças ou recompensas. *Soft power* também é mais do que a persuasão ou a capacidade de mover as pessoas pelo argumento. É a capacidade de seduzir e atrair. E atração muitas vezes leva a aquiescência ou imitação. (NYE, 2005, p. 29)

¹³ O termo “*carrots*”, em inglês, significa, neste caso, uma oferta de algo atraente como meio de persuasão (muitas vezes em contraste com a ameaça de algo punitivo ou indesejado).

¹⁴ O termo “*sticks*”, em inglês, significa, neste caso, uma ameaça de punição ou medidas indesejáveis (muitas vezes comparada com uma oferta de recompensa como um meio de persuasão) (*carrots*).

Quadro 3 – Linha de ação do poder duro (*hard power*) ao poder brando (*soft power*), segundo Nye.



Fonte: (NYE, 2012, p. 44 – adaptado)

Para tanto, o *soft power* baseia-se na capacidade de possuir recursos de poder intangíveis como a cultura, a ideologia e instituições atrativas (NYE, 2005, p. 29). Ainda, utiliza-se de valores comuns e fundamentos para delinear uma cooperação. O cientista político complementa dizendo que,

Assim como Adam Smith observou que as pessoas são conduzidas por uma mão invisível na tomada de decisões em um livre mercado¹⁵, as nossas decisões no “mercado de ideias” são muitas vezes moldadas pelo *soft power* – uma atração intangível que nos convence a acompanhar os objetivos de outros sem nenhuma ameaça explícita ou compensação¹⁶. (NYE, 2004, p. 7 - tradução nossa)

Como fontes do *soft power* de um país, Nye baseia-se em três recursos básicos:

i. Cultura: caracteriza-se como um conjunto de valores e práticas que criam sentido para determinada sociedade. Manifesta-se através da literatura, arte, educação e cultura popular, ou seja, entretenimento (NYE, 2004, p. 11). Para este recurso de poder, é necessário analisar os locais onde ela está sendo colocada em prática. A cultura estadunidense não é majoritariamente atrativa em países como o Irã, por exemplo. Portanto, a utilização da cultura como recurso de poder depende, acima de tudo, dos alvos dessas políticas, uma vez que, sua aplicação pode significar repulsa ao Estado alvo e os resultados alcançados não sejam os resultados esperados.

¹⁵ A Teoria da Mão Invisível de Adam Smith afirma que, mesmo não havendo uma entidade central, a economia é capaz de se conduzir por ela mesma (por meio de uma mão invisível), uma vez que o interesse pessoal geraria o interesse coletivo.

¹⁶ Texto original: “*Much as Adam Smith observed that people are led by an invisible hand when making decisions in a free market, our decisions in the marketplace for ideas are often shaped by soft power—an intangible attraction that persuades us to go along with others' purposes without any explicit threat or exchange taking place.*”

ii. Valores políticos: este recurso de poder baseia-se na política interna do país, ou seja, o quanto suas instituições são sólidas e atrativas aos olhos de outros Estados e/ou pessoas ao ponto de estas serem admiradas e, por ventura, servirem de parâmetro a outros Estados.

iii. Políticas externas. Refere-se as ações e discursos do Estado agente em âmbito internacional. São levados em conta ações como intervencionismo, políticas pacíficas, diplomáticas e de diálogo. Quanto menos ameaçadora a política externa de um Estado representar, mais sua política externa servirá como *soft power*.

Dada as três fontes de *soft power*, a capacidade do Estado em propagar este tipo de poder depende muito de sua credibilidade, seja ela doméstica ou internacional, uma vez que a coesão interna fomentará seus valores políticos, trará bem-estar nacional e admiração externa. Internacionalmente, a política externa do Estado agente dependerá da credibilidade que suas ações e intenções tomarem. Caso sejam compatíveis para um certo Estado, esse Estado admirará as políticas do Estado agente (NYE, 2012, p. 118). Nye estabelece ainda quais grupos nacionais estão sob o controle dos recursos de *soft power*. Segundo ele, os recursos de *soft power*, como a cultura nacional, não estão vinculados ao governo e apenas são sensíveis aos seus fins. Contudo, é possível observar exemplos de esforços do Estado em desenvolver e expandir sua ideologia e cultura, como a Voz da América, dos Estados Unidos e a Rádio Internacional da China. Ainda assim, a cultura e os valores estão incorporados nas sociedades civis. Cabe aos governos o controle sobre questões políticas, como questões militares e econômicas. Além disso, há recursos de poder que são inherentemente nacionais, como os recursos naturais do Estado, e não são desenvolvidos nem pelos governos, tampouco pela sociedade civil (NYE, 2012, p. 118).

Comparativamente, como é possível visualizar no Quadro 4, *hard power* e *soft power* respeitam, segundo Nye (2004, p. 8), uma linha de ação a qual discorre entre *hard power*, da ação coercitiva, manifestada por sansões, seguida por persuasão, a partir do suborno de políticos, tomadores de decisão ou indivíduos envolvidos e *soft power*, a partir da definição de agenda, por meio das instituições. Neste ponto, o Estado agente molda a agenda internacional a fim de que o Estado alvo seja direcionado às vontades do Estado agente. Posteriormente, e por último, a atração é classificada por Nye como o comportamento de maior cooptação dos atores, viabilizado a partir dos valores, da cultura e das políticas (doméstica e internacional) do Estado agente.

Quadro 4 – Linha de comportamento e de prováveis recursos através de *hard power* até *soft power*, segundo Joseph Nye.

	<i>Hard</i>	<i>Soft</i>
Espectro de comportamentos	coerção persuasão Comando ← → Cooptação	definição da agenda atração
Prováveis recursos	sanções de força pagamento de suborno	instituições valores cultura políticas

Fonte: (NYE, 2012, p.8 – adaptado)

Por fim, a definição de *soft power* e a classificação dos elementos do poder brando por Nye sintonizam-se perfeitamente com a conjuntura estadunidense – uma vez que o autor se baseia em seu país para elaborar o conceito. Para Nye (2005, p. 32), o maior erro de um tomador de decisão, no sistema internacional do século XXI, é pensar que bastaria o investimento em recursos de *hard power* para a garantia do *status hegemonic* dos Estados Unidos, e o mesmo vale para os demais Estados. A intangibilidade do poder e de seus recursos torná-lo-á menos coercivo, ou seja, o aumento do poder brando está ligado de forma inversamente proporcional ao poder duro, especialmente entre os países desenvolvidos.

A política externa chinesa, que adentrou ao século XXI, vê no conceito de Nye uma válvula de escape contra o rótulo de “China ameaça”. Dessa forma, desde a criação do conceito pelo cientista político estadunidense, diversos teóricos e tomadores de decisão chineses aumentaram exponencialmente o debate acerca da elaboração de um *soft power* com características chinesas, as quais levam em conta os recursos e os modelos de ação da China, assim como Nye inicia sua pesquisa através da ótica dos Estados Unidos.

2.2 A PERSPECTIVA CHINESA DE *SOFT POWER* E O PENSAMENTO DE PODER BRANDO DO PARTIDO COMUNISTA CHINÊS (PCC)

Após a publicação de “*Soft power*”, por Joseph Nye Jr., em 1990, pela revista “*Foreign Policy*”, percebeu-se, na China, um notável aumento sobre o debate do novo conceito de Nye.

Entre os anos da publicação e os anos 2000, oito artigos haviam sido publicados com o tema “soft power”, de acordo com o banco de dados chinês *China National Knowledge Infrastructure* (CNKI). A partir do início do século XXI, este número subiu para 53, segundo o mesmo banco de dados (LAI, 2012, p. 3). Atualmente, o banco de dados conta com mais de 37 mil produções sobre o tema¹⁷. De acordo com Ding (2008), os motivos para esse exponencial aumento no debate sobre soft power podem ser vinculados a necessidade chinesa em rechaçar o argumento de que a China é uma ameaça e assegurar ao mundo seu desenvolvimento pacífico, e que o soft power chinês tem sido construído a partir da ideologia tradicional chinesa, da cultura e de suas estratégias externas (DING, 2008, p. 17-18). Além disso, assim como evidencia-se na concepção de Nye não somente a conceituação de uma nova teoria, percebe-se também uma busca pelo *know how* de soft power dos Estados Unidos, ou seja, como e com que instrumentos esse Estado pratica seu soft power, as mentes chinesas também se debruçam acerca da elaboração desse conceito e analisam sua aplicabilidade a partir das características, recursos disponíveis e peculiaridades do antigo Império do Meio¹⁸.

A política de soft power reflete, de acordo com Hongyi Lai (2012), na habilidade do país em lidar com questões internacionais através de meios não-militares. Essa habilidade repousa em seus recursos econômicos, tecnológicos e científicos. Ainda, os meios aos quais um país pode utilizar para antecipar seu soft power incluem habilidade diplomática, a qual minimiza o uso da força, ajuda a resolver os problemas internacionais, como a pobreza, e aperfeiçoar sua imagem através das exportações de cultura popular e valores políticos, como os direitos políticos, econômicos e sociais, o Estado de direito e representação política. (LAI, 2012)

A diferenciação na abordagem do conceito de soft power entre os chineses e Nye é, em especial, no argumento de que Nye falha no que tange à dificuldade na distinção dos recursos de soft power e nos recursos de hard power. Segundo Lai,

Tecnologia e ciência também podem contribuir em aspectos mais suaves de poder nacional, como o fornecimento de educação e pesquisa de qualidade. Ademais, política externa e sua eficácia podem ser facilmente separadas da força militar e dos recursos econômicos que uma nação possui. Ainda, avanços científicos e tecnológicos são intimamente ligados com recursos econômicos como o primeiro quesito para recursos financeiros consideráveis.¹⁹ (LAI, 2012, p. 9 - tradução nossa)

¹⁷ Dado coletado no dia 04/06/2016 e sujeito a mudanças.

¹⁸ Segundo a tradição milenar chinesa, no auge os regimes imperiais tornaram, à época, a China numa das maiores potências mundiais da história. O nome *zhongguo* – o “Império do Meio” ou o “País Central” – advém do fato de os impérios chineses e sua civilização enxergarem a si mesmos como o centro do universo político, econômico, tecnológico e cultural. Por diversas vezes, conflitos armados buscaram fragmentar ou desafiar o poderio imperial chinês, sem sucesso. A China era, em seu auge, o Império Central da civilização.

¹⁹ Texto original: “Technology and science can also contribute to softer aspects of national power, such as providing high-quality education and research, thereby attracting talented scientists and international students.”

A partir de uma pesquisa de opinião global da rede de notícias BBC (Tabela 1), em 2012, os países aos quais obtinham uma influência positiva perante o mundo, compartilhavam de quatro características centrais de acordo com Hongyi Lai. Os três primeiros, Alemanha, Canadá e Japão, em especial, caracterizam-se por não praticarem intervenções militares. Os cinco primeiros, qualificam-se por: (I) serem países economicamente desenvolvidos; (II) Todos doam uma grande quantia em dinheiro em ajudas externas (*foreign aids*), em especial, a países subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento do continente africano. Os Estados Unidos, por exemplo, distribui sua ajuda externa no combate ao terrorismo e ao tráfico de drogas; (III) Possuem alta capacidade tecnológica e científica; (IV) Tendem a buscar soluções diplomáticas aos conflitos, abdicando de meios militares em grandes problemas internacionais. (LAI, 2012, p. 9-10)

Tabela 1 – Pesquisa de opinião feita pela BBC acerca da influência dos países no mundo, 2012.

	Achou que a influência da nação foi positiva (%)	Achou que a influência da nação foi negativa (%)	Porcentagem positiva líquida (positiva menos negativa)	PIB <i>per capita</i> (US\$, 2009)	Ajuda/rendimento nacional bruto, 2008 (%)	Pesquisa & Desenvolvimento/PIB, 2006 (%)
Alemanha	59	14	45	40,873	0.38	2.51
Canadá	51	14	37	39,599	0.32	1.97
Japão	53	21	32	39,727	0.19	3.33
Reino Unido	52	20	32	35,165	0.43	1.78
França	49	19	30	41,051	0.39	2.12
Brasil	41	23	18	8,114	0.02*	0.91
EUA	46	34	12	46,436	0.18	2.62
África do Sul	34	27	7	5,798	–	0.92
Índia	36	31	5	1,134	0.04*	0.69
China	41	38	3	3,744	0.04*	1.43
Coreia do Sul	32	30	2	17,078	–	2.98
Rússia	30	37	-7	8,676	–	1.08
Israel	19	50	-31	26,175	–	4.48
Coreia do Norte	17	48	-31	1,200	–	–
Paquistão	16	51	-35	981	–	–

Fonte: (LAI, 2012, p. 8 – adaptado).

Para Yongnian Zheng e Chi Zhang, o debate acerca da política de *soft power* discorre, principalmente, da forma em que as políticas e os recursos de poder são compreendidos e sentidos pelos atores²⁰ em situações específicas. Não há um recurso que seja *soft power* ou *hard power* absoluto na política mundial. (YONGNIAN; CHI, 2007, p. 6-9)

Furthermore, foreign policy and its effectiveness can be hardly separated from the military force and economic resources that the nation commands. Moreover, technological and scientific advances are closely linked with economic resources, as the former requires considerable financial resources. ”

²⁰ Neste estudo, usa-se a percepção de Nye (2014) quanto ao significado de “ator”. Segundo ele, ator é qualquer pessoa ou órgão cujas decisões e ações têm repercussões para a política internacional. Estados, organizações não

Segundo Yongnian e Chi, se um ator é forçado a aceitar algo que não lhe agrade ou seja negativamente afetado por um recurso de poder²¹, tal recurso de poder pode ser visto como *hard power* por este ator. As reformas domésticas dos países em desenvolvimento impostas pelo Fundo Monetário Internacional a partir do Consenso de Washington após o fim da Guerra Fria podem ser consideradas como *hard power* por estes países em desenvolvimento. Contudo, se um ator procura ativamente, está disposto a aceitar ou é positivamente influenciado por um recurso de poder, este recurso de poder pode ser considerado um *soft power*. Isso ocorre, por exemplo, quando um país relativamente fraco pode procurar ajuda militar de um país mais forte. Tal proteção indicaria um *soft power*. Por fim, *bargaining power* refere-se ao meio termo entre *soft power* e *hard power* e está centrado na negociação. Pode ser geralmente observado em negociações bilaterais e multilaterais em instituições internacionais, como por exemplo, as negociações de comércio entre China e ASEAN (YONGNIAN; CHI, 2007, p. 9). Dessa forma, Yongnian e Chi apresentam uma via alternativa à Nye, conceituando *soft power* a partir de três vertentes: *soft power* horizontal, *soft power* vertical e *soft power* relativo.

Quadro 5 – Diferenciação dos tipos de *soft power* apontados por Yongnian e Chi.

Soft Power	Significado
<i>Soft power</i> horizontal	Caracteriza-se pelo uso de um recurso de poder ao qual podem haver diferentes efeitos em diferentes Estados ou grupos de interesse ao mesmo tempo.
<i>Soft power</i> vertical	Em momentos diferentes, o uso de um recurso de poder pode ser considerado <i>soft power</i> e em outro <i>hard power</i> , e vice-versa.
<i>Soft power</i> relativo	Este tipo de <i>soft power</i> conceitua-se a partir da ação de dois Estados distintos, analisando qual comportamento é mais suave e qual comportamento é mais firme que o outro.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Yongnian e Chi (2007, p. 10).

A fim de exemplificar e esclarecer os tipos de *soft power* apontados por Yongnian e Chi, observa-se, no Quadro 5 que, no que se refere ao *soft power* vertical, a presença dos Estados Unidos no Afeganistão na década de 1980 era bem vista pelos afegãos, uma vez que buscava impedir a invasão da então União Soviética no país, caracterizando-a como um *soft power*. Já no período pós-11 de setembro, os Estados Unidos se lançam mais uma vez ao Afeganistão no

governamentais, empresas multinacionais, e mesmo ocasionalmente indivíduos se qualificam como atores internacionais.

²¹ Recursos de poder são os meios utilizados pelos atores, suas políticas e ações, como a força militar, os recursos econômicos, a cultura, a diplomacia, os valores sociais e políticos.

combate ao terrorismo. Essa nova investida estadunidense caracteriza-se como *hard power* pois representa uma ameaça ao Paquistão. Já no *soft power* horizontal, a assistência estadunidense à Israel é vista como uma ameaça aos países árabes da região, dando a ação uma característica de *hard power*. Já Israel está disposto a aceitar a ajuda externa, uma vez que se beneficiaria do apoio estadunidense, dando a mesma ação uma característica de *soft power*.

Quadro 6 – Quadro explicativo sobre *soft power* vertical e *soft power* horizontal.

<i>soft power vertical</i>			<i>soft power horizontal</i>	
Evento	A presença dos Estados Unidos no Afeganistão.		A ajuda dos Estados Unidos para com Israel durante as guerras no Oriente Médio.	
Power	Periodo A	Periodo B	Pais A	Pais B
	Década de 1980, durante a invasão da União Soviética.	Pós-11 de setembro e inicio da campanha anti-terrorista	Israel	Paises árabes envolvidos
Hard Power		✓		✓
Soft Power	✓		✓	

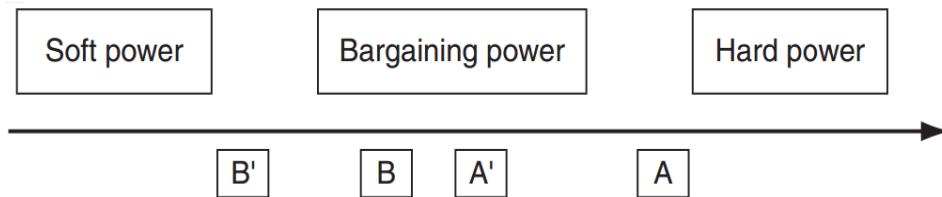
Fonte: Elaborado pelo autor com base em Yongnian e Chi (2007, p. 10).

Por sua vez, o *soft power* relativo depende da ação de dois Estados distintos, uma vez que a caracterização do comportamento de um é comparada a partir do comportamento de outro. Como explicado por Yongnian e Chi,

Da esquerda para a direita, analisa-se os comportamentos de dois Estados ao longo de um espectro, do *soft power* ao *bargaining power* e ao *hard power*. Supondo-se que na política internacional atual, um Estado A exerce principalmente *hard power* e ocasionalmente usa *soft power* e *bargaining power* para realizar seus interesses nacionais e objetivos estratégicos. Enquanto isso, um Estado B alcança seus objetivos políticos internacionais através de *bargaining power* e ocasionalmente *soft power* e *hard power*. Nestas condições, mesmo que nenhum dos dois Estados tenham comportamentos de *soft power*, é aceitável que, aos olhos da comunidade internacional, a política externa do Estado B' e seu comportamento aparentam ser mais suaves do que a política externa e o comportamento do Estado A'. Igualmente, em comparação com o comportamento internacional do Estado A, que geralmente é caracterizado como *hard power*, o comportamento internacional do Estado B, que geralmente é caracterizado como *bargaining power*, poderia ser caracterizado como um poder mais suave.²² (YONGNIAN; CHI, 2007, p. 10 - tradução nossa.)

²² Texto original: 箭头的方向代表一国或一个施力者所 使用 的力量或所进行的活动在严格意义上从软到硬的程度变化。A 和B 代表世界上两个重要的大国。假设 在当今世界, A 国主要使用 硬力量来实现其国家利益和战略目标, 偶尔使用软力量和协商力量(如图中A 的位置)。与此同时, B国主要依靠协商力量, 偶尔使用 软力量和硬力量(如图中B 的位置)。那么在这种情况下, 尽管A 国和B 国都没有经常使用 严格意义上的软力量, 但是在国际社会看来, B国的国际行为模式显然要比 A 国“软”。换句话说, 在A 国经常使用 硬力量的衬 托下, B 国的行为就显得相对的“软”了。同理, 假设 A 国对其外交政策做

Quadro 7 – Comparaçāo da eficácia do comportamento internacional *soft* e *hard* dos Estados A e B.



Fonte: (YONGNIAN; CHI, 2007. p. 11).

A orientação de análise do conceito de *soft power* do cientista político Mingjiang Li é semelhante à de Yongnian e Chi. Li argumenta que o *soft power* não existe na natureza dos recursos de poder utilizados por um ator, mas que os recursos de poder devem ser nutridos através de uma utilização suave de poder (*soft use of power*). O recurso de poder deve ser intencionalmente cultivado através do uso prudente de todos os recursos de poder disponíveis em certas relações sociais (LI, 2009, p. 3). Como expõe James Traub, “Nye argumenta que, independentemente de suas falhas nossa [dos Estados Unidos] cultura projeta os valores fundamentais de ‘democracia, liberdade pessoal, mobilidade ascendente e receptividade [...]’, mas você pode nomear pelo menos um bom exemplo de que nossos [dos Estados Unidos] produtos de entretenimento grosseiros têm provado até mais assustadoramente hegemônicos do que nossos produtos militares”.²³ Da mesma forma, recursos tradicionalmente categorizados como *hard power* pode também ser uma fonte de *soft power* se, por exemplo, for usado em operações de manutenção de paz (*peacekeeping*) ou questões humanitárias²⁴.

Para Li, é o comportamento do uso do recurso de poder que captura o ponto central de análise do *soft power*. Cultura, ideologia e valores podem ser usados coercitivamente, assim como as forças armadas e as forças econômicas podem ser usadas para atração, ou seja, uma melhor abordagem do *soft power* passa pela forma com que os recursos de poder podem ser

出重大调整，在国际事务中主要使用协商力量，有时候使用软力量和硬力量（如图中A'的位置），如果B国还是遵循原来的国际行为模式，那么它的行为与A国新的行为相比较而言就不会显得有多“软”了。因此，如果B国想要继续保持对A国行为的“软”，那么它也得调整自己的外交政策，比如经常兼顾和平衡使用软力量和协商力量，偶尔使用硬力量（如图中B'的位置）。

²³ LI, Mingjiang. China's emerging Strategy in International Relations. Londres: Lexington Books, 2009. p. 4.

²⁴ Um exemplo disso são as forças armadas brasileiras no Haiti, através da ONU. O Brasil acredita que, com uma maior participação em questões internacionais, como a do Haiti, poderá almejar resultados maiores no cenário internacional. Ainda, o povo brasileiro é visto com menos desconfiança, o que suavizaria as tropas brasileiras. O amistoso de futebol entre as seleções de Brasil e Haiti, na capital haitiana, em 2004, foi outra forma de trazer simpatia entre o Brasil e a imagem da presença brasileira no Haiti e a população local.

usados, ao invés da associação destes recursos de poder como *hard power* ou *soft power* (LI, 2009, p. 7). Portanto,

Soft power repousa no uso suave de poder para aumentar a atração, o poder de persuasão e a admiração de um Estado. Se um Estado-nação (ou qualquer outro ator) faz bom uso de seus recursos de poder através de vários programas culturais, econômicos e políticos internos para trazer bem-estar a sua população, isso produzirá muita admiração de outros países. Se um Estado usa seus recursos de poder de forma prudente, cautelosa e respeitosa nas suas relações com outros países e desempenha um papel de liderança no fornecimento de bens públicos a sociedade internacional, ele certamente ganhará respeito, amizade e reciprocidade positiva de outros Estados. Se um Estado tem a habilidade de fazer propostas em instituições multilaterais que o resto da comunidade internacional considera como legítimo, viável e benéfica, ele ganha *soft power* (LI, 2009, p. 7, tradução nossa).²⁵

No Partido Comunista Chinês, o papel de Hu Jintao como Secretário-geral (2002 – 2012) e Presidente da China (2003 – 2013) tornou o debate acerca das políticas de *soft power* mais evidente. As primeiras definições de *soft power* do Partido surgiram em 2004, na 13ª Sessão de Politburo²⁶ do PCC com a publicação de dois artigos. O primeiro, intitulado “*Outlook*” (perspectiva, em português), define *soft power* como “a aparência internacional e a atração da cultura de um país, valores, sistema social (ou sistema político) e modelo de desenvolvimento”. O segundo, tinha por objetivo inserir de vez o debate dentro das políticas chinesas. Intitulado “*China needs soft power*” (A China precisa de *soft power*), o artigo afirma que “o papel da cultura e da ideologia são fatores fundamentais na competição entre os países” (LAI, 2012, p. 11). No mesmo ano, é inaugurado em Seoul, na Coreia do Sul, o primeiro Instituto Confúcio um dos maiores esforços chineses na promoção e ensino do mandarim²⁷ e da cultura chinesa. Em 2007, em seu discurso no 17º Congresso Nacional do PCC, Hu Jintao afirmou que,

A cultura tem se tornado uma fonte cada vez mais importante de coesão nacional e criatividade, e um fator de grande significância na força nacional. Nós devemos aprimorar a cultura como parte do *soft power* de nosso país a fim de melhor garantir os direitos e interesses culturais básicos do povo (HU, 2007 - tradução nossa).²⁸

²⁵ Texto original: “*If a state uses its resources of power in a prudent, cautious, accommodating, and considerate approach in its relations with other states and plays a leading role in providing public goods to international society, it will surely win respect, amity, and positive reciprocity from other states. If a state has the ability to make proposals in multilateral institutions that the rest of the international community regards as legitimate, feasible, and beneficial, it gains soft power*”

²⁶ O Politburo Central do Partido Comunista da China é um grupo de 25 pessoas que supervisionam o Partido Comunista da China.

²⁷ O Mandarim ensinado pelos Institutos Confúcio refere-se ao mandarim oficial do Partido Comunista Chinês, uma vez que, na China, a língua chinesa abrange mais de mil dialetos. Ainda, busca-se através do ensino do mandarim oficial do PCC afastar e/ou sobrepor o mandarim de Taiwan, fato este que será observado com mais detalhes durante este trabalho.

²⁸ Texto original: “*Culture has become a more and more important source of national cohesion and creativity and a factor of growing significance in the competition in overall national strength. We must enhance culture as part*

O discurso de “China ameaça”, surgido na década de 1990, era fator determinante na elaboração de políticas de *soft power* da China. Além disso, a crise financeira asiática, em 1997, e seu próprio crescimento econômico obrigavam-na a adotar posturas mais sólidas no sistema internacional. No início da primeira década de século XXI, a China caracterizava em seus discursos seu crescimento como “Ascensão Pacífica”, termo ao qual não trouxe segurança aos demais países e precisava ser substituído, uma vez que a palavra “ascensão” não demonstrava confiança. Dessa forma, em 2005, é elaborado pelo governo chinês, através do Gabinete de Informação do Conselho de Estado da China, o primeiro Livro Branco “Desenvolvimento Pacífico Chinês”²⁹ ³⁰. Este Livro Branco demonstra a preocupação de Hu Jintao e do PCC em reverter a imagem intimidadora da China. Dentre vários pontos de destaque, o Livro afirma que: (I) “luta por um ambiente internacional pacífico para se desenvolver, e promover a paz mundial através de seu próprio desenvolvimento”; (II) “o desenvolvimento pacífico é uma escolha inevitável baseado na tradição cultural e histórica da China que persiste em inabalavelmente tomar o caminho do desenvolvimento pacífico”³¹.

Ao final do governo Jintao, o governo chinês publicou um novo Livro Branco referente ao “Desenvolvimento Pacífico Chinês”. O documento representava mais objetividade quanto às intensões chinesas, especialmente quanto à seus vizinhos lindeiros e ao continente africano. Para os países asiáticos (e para os Estados Unidos e demais potências), a China garante que

a nação chinesa ama a paz. (...) o povo chinês aprendeu o valor da paz e a necessidade de desenvolvimento. Eles veem que somente a paz pode permitir que eles vivam e trabalhem em prosperidade e felicidade, e que somente o desenvolvimento pode trazer uma vida decente. Portanto, o objetivo central da diplomacia chinesa é criar um ambiente internacional pacífico e estável para seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a China luta para fazer sua devida contribuição a paz mundial e ao desenvolvimento. Ela nunca se engajará em agressões ou expansões, nunca buscará hegemonia, e continua a ser uma força firme na defesa da paz e estabilidade regional

of the soft power of our country to better guarantee the people's basic cultural rights and interests. ”. “Hu Jintao Calls for Enhancing ‘Soft Power’ of Chinese Culture”, 15 de outubro de 2007, <http://en.people.cn/90002/92169/92187/6283148.html>, acesso em: 05 jun. 2016.

²⁹ Segundo o Livro Branco “*China’s Peaceful Development - 2011*”, desenvolvimento pacífico “pode ser definido da seguinte forma: a China deve desenvolver-se através da defesa da paz mundial e contribuir para a paz mundial através do seu desenvolvimento. Ela deve alcançar o desenvolvimento com seus próprios esforços e executando reformas e inovações; ao mesmo tempo, ela deve se abrir ao mundo e aprender de outros países. Ela deve buscar benefício mútuo e desenvolvimento comum com outros países, mantendo a tendência de globalização econômica, e ela deve trabalhar juntamente com outros países para construir um mundo harmonioso de paz duradoura e prosperidade comum. Este é um caminho de desenvolvimento científico, independente, aberto, pacífico, cooperativo e comum.”

³⁰ Original: “*China’s Peaceful Development*”. Nele, constam 8150 palavras, sendo 83 destas “*peace*” (paz) ou “*peaceful*” (pacífico/pacífica), ainda dessas 83, 11 estão relacionadas a “*world peace*” (paz mundial). Por 44 vezes encontra-se a palavra “*cooperation*” (cooperation) e em três ocasiões “*win-win*”.

³¹ CHINA, Information Office of State Council. 2005, p. 3

e mundial.³² (CHINA, Gabinete de Informação do Conselho de Estado da China, 2011, p. 3 - tradução nossa)

Como resposta às diversas críticas recebidas, em especial, por países ocidentais, por ter relações econômicas e políticas com governos ditatoriais, principalmente no continente africano, o governo chinês e o PCC afirmam que

a China não forma aliança com nenhum país ou grupo de países, nem usa sistema social ou ideologia como um padrão para determinar que tipos de relações ela deve ter com outros países. A China respeita o direito dos povos de outros países a escolherem seus próprios sistemas sociais e forma de desenvolvimento, independentemente, e não interfere nos assuntos domésticos de outros países.³³ (CHINA, Gabinete de Informação do Conselho de Estado da China, 2011, p. 13 - tradução nossa)

Dessa forma, a eleição de Xi Jinping para secretário geral do Partido Comunista Chinês, em novembro de 2012, não mudou e nem tem mudado a concepção política chinesa no século XXI. Xi dá continuidade e, inclusive, fomenta com mais intensidade, o “soft power com características chinesas”. Nomeado presidente da China, quatro meses depois, em março de 2013, Xi Jinping busca retomar de forma intensa a cultura milenar chinesa do período imperial como ferramenta essencial do soft power chinês. Prova disso é a primeira visita, em duas décadas, de presidente Chinês ao túmulo de Confúcio, em Qufu³⁴. A Revista *The Economist* salienta que, o que o Confucionismo diz, Xi faz e

Ele evidentemente vê o Confucionismo como uma poderosa ferramenta ideológica, com sua ênfase na ordem, hierarquia, dever ao liderar e na família. Diferentemente do importado, indigestível dogma marxista do Partido, o Confucionismo tem a vantagem de ser nativo da China. Ele apela para um anseio por valores antigos entre aqueles perturbados pelo ritmo alucinante de mudança da China.³⁵ (THE ECONOMIST, 2015, online - tradução nossa)

³² Texto original: “The Chinese nation loves peace (...) the Chinese people have learned the value of peace and the pressing need of development. They see that only peace can allow them to live and work in prosperity and contentment and that only development can bring them decent living. Therefore, the central goal of China’s diplomacy is to create a peaceful and stable international environment for its development. In the meantime, China strives to make its due contribution to world peace and development. It never engages in aggression or expansion, never seeks hegemony, and remains a staunch force for upholding regional and world peace and stability.”

³³ Texto original: “It does not form alliance with any other country or group of countries, nor does it use social system or ideology as a yardstick to determine what kind of relations it should have with other countries. China respects the right of the people of other countries to independently choose their own social system and path of development, and does not interfere in other countries’ internal affairs.”

³⁴ Para se ter uma ideia da importância deste fato, Xi visitou o túmulo de Confúcio antes do túmulo de Mao, quebrando um protocolo tradicional dos últimos presidentes chineses

³⁵ Texto original: “he evidently sees Confucianism as a powerful ideological tool, with its stress on order, hierarchy, and duty to ruler and to family. Unlike the party’s imported, indigestible Marxist dogma, Confucianism has the advantage of being home-grown. It appeals to a yearning for ancient values among those unsettled by China’s blistering pace of change.”

Assim como Mao, com a Teoria dos Três Mundos³⁶, Deng Xiaoping com as quatro modernizações e a política externa “*Tao Guang Yang Hui*” (“ocultar os recursos e manter um perfil discreto”), Xi Jinping também manifesta a intenção de deixar sua marca no pensamento político chinês a partir de dois pensamentos: “*Fen Fa You Wei*” (esforço para realizações) e o *Chinese Dream* (sonho chinês). Este último, em especial, tem forte conotação de poder brando, uma vez que, internacionalmente, busca passar a imagem de que a China tem como sonho o desenvolvimento pacífico e, internamente, busca dar coesão, legitimidade e unidade ao Partido Comunista Chinês perante a população chinesa.

Em um de seus discursos na Sessão de grupo de estudos de membros do Politburo do Partido Comunista Chinês, Xi afirma que

Esforços são precisos para construir a imagem nacional da China. (...) A China deve ser vista como um país civilizado e com rica história, unidade étnica e diversidade cultural, e como uma potência oriental com bom governo, economia desenvolvida, prosperidade cultural, unidade nacional e belas montanhas e rios. (...) A fim de construir uma base sólida para o *soft power* cultural da nação, a China precisa aprofundar a reforma no seu sistema cultural, promover o ideal dos valores socialistas e empurrar a indústria cultural³⁷. (XI, Jinping. Discurso aos membros do Pelitburo do Partido Comunista Chinês, 2014, tradução nossa.)

No mesmo ano, na Conferência Central de Trabalho Relativo a Negócios Estrangeiros, Xi demonstra em seu discurso a política pacífica a qual a China deve nortear suas ações, baseada em *win-win cooperation*, diplomacia multilateral, e a exportação do modelo de desenvolvimento chinês, além da busca pelo diálogo e cooperação em suas fronteiras, ordenada pela diplomacia pacífica e o diálogo (MINISTÉRIO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 2014, online). As políticas embrionárias de *soft power* de Hu Jintao tomam corpo no governo de Xi Jinping a partir da filosofia pessoal de Xi e de uma necessidade do Partido Comunista Chinês em expandir seus valores. O socialismo com características chinesas, o modelo de desenvolvimento chinês, a busca por soluções através de meios pacíficos, diplomáticos e

³⁶ A Teoria dos Três Mundos de Mao afirma que existem três mundos político-econômicos: o primeiro mundo, formado pelas superpotências (EUA e URSS), o segundo mundo, formado pelos aliados das superpotências e o terceiro mundo, ao qual engloba as nações do Movimento dos Países Não-Alinhados. A teoria de Mao difere da teoria ocidental, a qual afirma que o primeiro mundo é os Estados Unidos e seus aliados, o segundo era a União Soviética e seus alinhados e o terceiro mundo era os países neutros e não alinhados.

³⁷ Texto original: “*Efforts are needed to build China's national image. (...) China should be portrayed as a civilized country featuring rich history, ethnic unity and cultural diversity, and as an oriental power with good government, developed economy, cultural prosperity, national unity and beautiful mountains and rivers. (...) In order to build a solid foundation for the nation's cultural soft power, China needs to deepen the reform in its cultural system, promote socialist core values and push forward the cultural industry.*” Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/china/2014-01/01/c_125941955.htm>. Acesso em: 17 jun. 2016.

multilaterais, e a dissociação da cultura chinesa são os pontos centrais do pensamento do atual Partido Comunista.

A discrepancia conceitual entre Nye, os teóricos chineses e o Partido Comunista Chinês – este, de fato, sendo o que mais se aproxima do conceito do cientista político estadunidense – demonstra a preocupação chinesa com sua própria ascensão na ordem internacional, uma vez que, a partir de sua categorização como grande potência, é necessário para a China que suas decisões e norteamentos político-econômicos fiquem mais esclarecidos e moldados ao interesse nacional a longo prazo – uma vez que suas políticas são, geralmente, definidas de cinco em cinco anos. Essa discrepancia enfatiza também a grande crítica em torno de Nye pelos chineses ao contrariarem o teórico quanto aos recursos de poder e suas determinadas nomenclaturas (*hard power* e *soft power*), em consequência da perspectiva de Nye parte das idiossincrasias estadunidenses.

É perceptível que a China tem elaborado seu próprio *soft power* de forma a discordar da conceituação de Nye. No continente africano, o forte investimento chinês pode ser relacionado ao fomento de seu modelo de desenvolvimento e a exportação da cultura milenar chinesa determina que a China busca ganhar mentes e corações a partir de um *soft power* com características chinesas. No Sudeste asiático, esse quadro não é diferente. A crise asiática de 1997 permitiu à China a entrar em um cenário favorável a ela e aos países da ASEAN, em políticas econômicas que favoreciam a indústria dos países afetados pela crise e abastecia a demanda interna da China.

Em síntese, a abordagem de Nye quanto ao conceito de *soft power* apontada na seção 1.1 rejeita a participação dos meios militares e econômicos em seu processo de operacionalização. Em contrapartida, as análises de Hongyi Lai apresentadas na seção 1.2 propõem que o conceito de *soft power* é determinado pelo modo ao qual os recursos de um Estado são usados, ou seja, Lai afirma, diferentemente de Nye, que mesmo meios militares e econômicos podem ser usados como *soft power*. O PCC, por sua vez, adota políticas voltadas a uma diplomacia econômica, através de investimentos e ajudas externas que beneficiem os demais Estados e discursos embasados em desenvolvimento pacífico, com forte participação dos objetos culturais da China, como a filosofia de Confúcio.

Por fim, este estudo utilizará do entendimento de *soft power* dos teóricos chineses elencados neste trabalho, uma vez que os indicadores da variável independente são pensados a partir da concepção chinesa de *soft power*. Além disso, determina-se a concepção chinesa de

soft power pois Nye acolhe parte das críticas de seu conceito e percebe-se uma melhor concordância entre a abordagem dos teóricos chineses e do Partido Comunista Chinês.

3 O SOFT POWER CHINÊS NO CONTINENTE AFRICANO

A interação asiática e africana é, de acordo com manuscritos chineses, datada desde a dinastia Sung (960 – 1279), período em que navios chineses atracavam no continente, mais precisamente, nas atuais Somália e Moçambique, com objetivos diversos. Séculos depois, já na República Popular da China de Mao, as políticas entre a China e os governos da África subsaariana³⁸ envolviam o financiamento de material bélico, fornecimento de mão de obra chinesa para o desenvolvimento de infraestrutura e capacitação de movimentos de libertação anticolonial. Contudo, a terceira era de relações entre África e China mostra-se mais transformadora, uma vez que promete fazer mais pelo crescimento econômico e pela redução da pobreza de ambos países (ROTBERTG, 2008, p. vii).

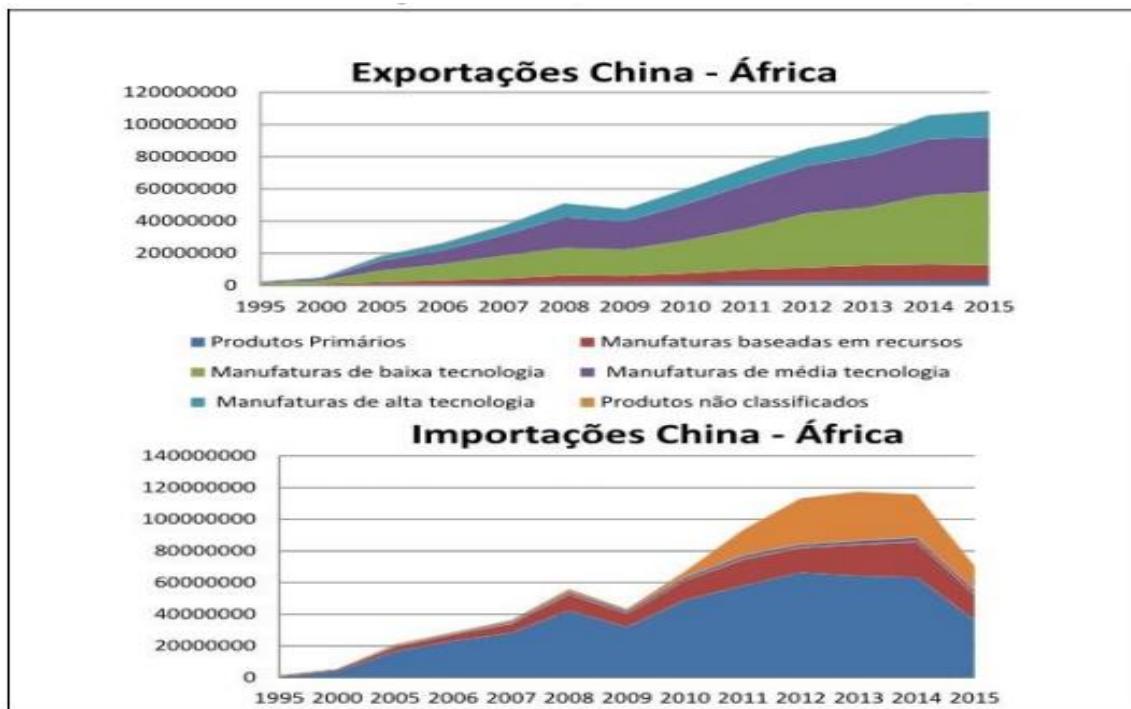
Diferentemente de países do norte ocidental, a saber, Estados Unidos e o continente europeu, a China se insere no continente africano com uma imagem mais positiva do que seus competidores internacionais, uma vez que, em discurso, nunca se interessou por conquista territorial ou colonização. Por conta disso, os chineses têm ganhado maior influência em países africanos aos quais governos ocidentais primaram pela ausência destes países (ROTBERTG, 2008, p. 2). Ainda, de acordo com Robert Rotberg, a China acredita que seu modelo de desenvolvimento econômico ganhe preferência na África. Essa crença ganhou maior entusiasmo com a crise econômica estadunidense de 2008.

A abertura econômica chinesa a partir de Deng Xiaoping e a promessa de um crescimento econômico na casa dos dois dígitos concretizou-se entre o governo Jiang Zemin (1993 – 2003) e o governo Hu Jintao (2003 – 2013), crescimento esse fortemente relacionado com a África subsaariana. O comércio entre China e África propõe-se a acelerar o desenvolvimento produtivo africano a partir da exportação de produtos, especialmente do setor primário, como algodão, açúcar, metais, petróleo bruto, entre outros, abastecendo uma população chinesa que alcança mais de 1,35 bilhão de pessoas. Em contrapartida, a China vê na África um grande mercado consumidor de seus manufaturados, além de fortes parceiros políticos (ZHANG; ZHENG, 2007), como ilustrado nas Figuras 1 e 2. Nestas figuras, evidencia-se os papéis claros que China e África possuem. A China, exportadora de

³⁸ A África subsaariana corresponde à parte do continente africano situada ao sul do Deserto do Saara, a saber, República Democrática do Congo, República do Congo, Burundi, África Oriental, Quênia, Tanzânia, Uganda, Djibouti, Eritréia, Etiópia, Somália, Sudão, África Ocidental, Benin, Burkina Faso, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mauritânia, Mali, Níger, Nigéria, República Centro-Africana, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Togo e Zâmbia.

manufaturados, sem índices significativamente decrescentes no período 1995 e 2015, já o continente africano assume o papel de provedor das matérias primas necessárias para o desenvolvimento dos manufaturados produzidos pela China e de abastecimento do consumo doméstico chinês com quedas significantes em dois períodos, (I) 2007 – 2008, período da crise econômica mundial; e (II) 2014 – 2015, período de reajuste monetário na China.

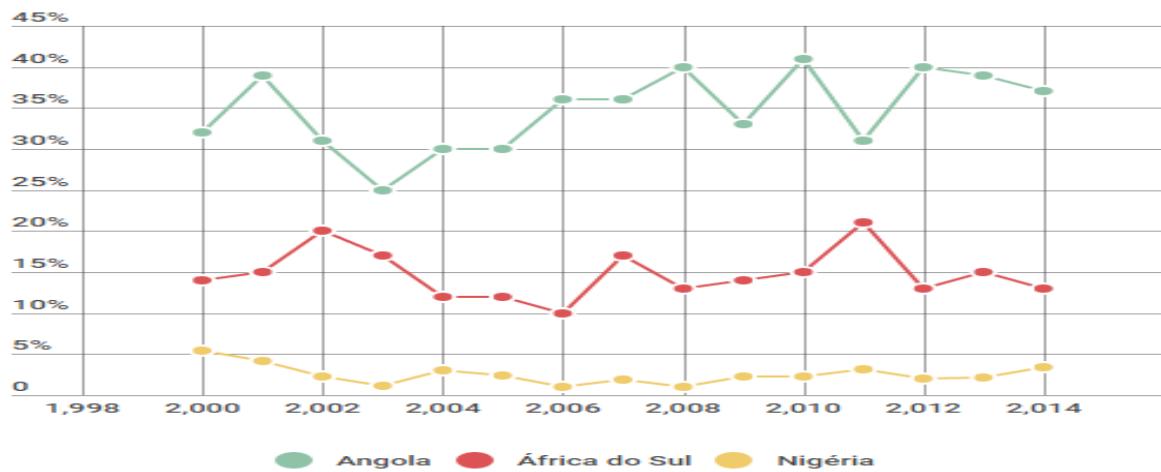
Figura 1 – Comércio Internacional China → África por produtos (clas. Lall/US\$ mil).



Fonte: United Nations Conference on Trade and Development, 2016.

Entre os países da África subsaariana, destacam-se pelas relações com a China, a África do Sul, Angola e Nigéria que, com o acréscimo de Guiné Equatorial, Congo e Sudão, fornecem 85% de todos os importados chineses advindos do continente africano. (ROTBURG, 2008, p. 6). As importações chinesas advindas destes três países destacam-se, além de tudo, por um balanço compensatório, como pode-se perceber no ano de 2011, em que houve uma baixa nas importações chinesas da angola de aproximadamente 10%, no entanto, as importações advindas da África do Sul e Nigéria tiveram um acréscimo de 6% e 2% respectivamente.

Figura 2 – Importações chinesas advindas da África do Sul, Angola e Nigéria.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em The Observatory of Economic Complexity, 2016, online.

Ainda na esfera econômica, África do Sul, Angola e Nigéria figuram entre os países que mais receberam investimentos chineses nos últimos anos, como aponta a Figura 3, o que representa o interesse da China em relacionar-se não apenas comercialmente com estes países, mas também através de investimentos diretos nos mais variados setores.

Figura 3 – Estoque de Investimento Direto Chinês na África por destino, 2013.



Fonte: World Institute Resources, 2014.

Portanto, este capítulo busca explorar o papel das políticas econômicas e culturais chinesas na Angola, na África do Sul e na Nigéria e qual os resultados destas políticas em três esferas:

1. Como o investimento chinês resulta em **apoio destes países em debates e votações favoráveis à China em órgãos multilaterais, em especial, na ONU**;
2. Como o investimento chinês é instrumentalizado pelo governo de Beijing para **enfraquecer o apoio diplomático que o governo de Taiwan recebe**.
3. Como o investimento chinês impacta no **abastecimento interno da China**, ou seja, nas importações chinesas advindas do continente africano e a importância destas para o mercado interno. A importação de petróleo, por exemplo, torna-se essencial para a China, haja visto o *boom* automobilístico do país.

Ainda, o aumento exponencial do número de veículos na China relaciona-se diretamente com aumento dos investimentos da China nos três países analisados no setor de petróleo e demais recursos energéticos, os quais serão analisados individual e posteriormente. Quanto a esfera econômica do *soft power* chinês, este trabalho buscará apresentar e analisar três setores de maior impacto:

1. **O setor agrícola**, que abarca, entre outras políticas, doações de maquinário, capital e mão de obra, especialização e treinamento agrícola e modernização de produção;
2. **O setor de infraestrutura**, concentrado especialmente na modernização e na construção de rodovias, ferrovias e portos, além de investimentos no setor de geração de energia, em especial, na construção de hidrelétricas;
3. **O setor de energia**, o qual reflete de forma mais clara os interesses da China no continente africano. Neste setor, as ações chinesas estão voltadas aos investimentos em plataformas e refinarias de petróleo e, no caso da África do Sul, do carvão mineral.

Já quanto ao *soft power* cultural, este estudo subdivide-se em três esferas:

1. **O ensino do mandarim e da cultura chinesa**, difundindo a língua e os costumes da China de acordo com os propósitos do governo chinês;
2. **O intercâmbio acadêmico**, contribuindo para a especialização produtiva africana;
3. **O turismo**, que abarca a entrada de angolanos, sul-africanos e nigerianos na China, contribuindo para a imagem positiva e para o mercado turístico do país, além da entrada de chineses na África do Sul, Angola e Nigéria, os quais representam parcela significativa dos ganhos turísticos anuais dos países africanos.

3.1 REPÚBLICA POPULAR DA ANGOLA

3.1.1 *Soft power* econômico

O processo de remodelação angolana, no pós-Guerra Civil tem início a partir da rejeição do governo angolano das exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) para empréstimos ao país, em 2004. Segundo o FMI, Angola possuía um dos maiores índices de corrupção e, para que os empréstimos de restauração do país fossem aprovados, as instituições angolanas deveriam se adequar as normas anticorrupção impostas pelo FMI. O acordo não teve sucesso e coube a China conceder uma linha de crédito de US\$ 2 bilhões ao governo angolano. O *Export-Import Bank of China* (Eximbank)³⁹ concordou em conceder à Angola uma linha de crédito, paga em doze anos. Contudo, estes pagamentos foram convertidos em cerca de 15 mil barris de petróleo por dia (bbl/d). Este número aumentou para 40 mil bbl/d até que o empréstimo foi quitado (LEE; SHALMON, 2008, p. 118). Essa linha de crédito concedida à Angola foi fracionada em duas fases e pode ser simplificada de acordo com a Tabela 2.

O chamado “modo Angola”, também conhecido como “troca de recursos naturais por infraestrutura”, tem permitido, desde a primeira década do século XXI, com que Angola e China usufruam do que podem oferecer, através de uma cooperação *win-win*, ou seja, o governo chinês, através do Eximbank, concede empréstimos ao governo angolano, aos quais devem ser utilizados na modernização da infraestrutura doméstica do país, em contrapartida, o reembolso destes empréstimos é feito em termos de recursos naturais, como petróleo, permitindo à China e a empresas chinesas favorecimento na extração, refinamento e exportação dos recursos naturais (CHEN et al, 2009, p. 7). Além disso, os projetos de modernização e ampliação da infraestrutura angolana devem ser feitos por empresas chinesas.

³⁹ Eximbank é o Banco de Importação e Exportação da China a serviço do governo chinês na implementação de políticas de Estado nas áreas de indústria, comércio internacional, diplomacia, economia e no fornecimento de apoio financeiro na promoção de exportação de produtos e serviços chineses.

Tabela 2 – Linha de crédito chinesa à Angola no período 2004-2012.

	Nº total de contratos	Setor	Nº de projetos	Valor (US\$)
Primeira fase	31	Energia e água	8	243,845,110.58
		Saúde	9	205,100,425.42
		Educação	8	217,158,670.63
		Comunicação	1	66,905,200
		Obras públicas	1	211,684,100.65
		Transporte	1	13,840,468
		Agricultura	3	149,753,214
Total			31	1,108,287,189.28
Segunda Fase*	18	Energia e água	3	104,902,615
		Saúde	1	43,805,500
		Educação	3	229,042,314
		Comunicação	-	-
		Obras públicas	2	9,400,000
		Transporte	-	-
		Agricultura	1	54,006,958
		Pesca	3	266,847,509
		Serviços postais e telecomunicações	4	276,307,189
Total	49		17	835,609,970

* Alguns projetos da segunda fase incluíam projetos inacabados da primeira fase.

Fonte: Elaborada pelo autor com baseem AID DATA: Open Data for International Development, 2016, online.

3.1.1.1 Agricultura

O primeiro passo de modernização do setor agrícola angolano inicia-se a partir da utilização de parte da linha de crédito chinesa fornecida pela China. Em agosto de 2004, China e Angola assinaram um contrato de seis meses para fornecimento de equipamentos, maquinários e ferramentas agrícolas, no valor total de US\$ 22.36 milhões (cotação da época). Estes materiais foram distribuídos pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário da Angola e pela Empresa Nacional de Mecanização Agrícola (MECANAGRO). O mesmo contrato foi assinado em agosto do ano seguinte, no valor de US\$ 32 milhões e foi usado para promover ações da MECANAGRO (AID DATA, 2016, online). Buscava-se, por parte destes investimentos uma modernização do setor agrícola angolano, até então limitado por conta da Guerra Civil.

Modernização esta que se intensifica nos anos seguintes e concede à China grande vantagem no que tange às exportações dos resultados advindos do país.

Ainda em 2005, o governo chinês doou à província de Malanje⁴⁰ cerca de 46 toneladas de insumos agrícolas, totalizando aproximadamente 960 toneladas e um valor estimado de US\$ 1 milhão⁴¹. No mesmo ano, outro projeto também financiado pela linha de crédito chinesa teve início: a construção de um canal de irrigação em Chibia⁴², além de uma barragem hidroelétrica em Ganelas, que estão situados a cerca de 200km a sul de Lubango, no Estado de Huíla. O canal de irrigação cobre uma área de 1400 hectares de terra arável e barragem armazena um volume de 3.5 milhões de metros cúbicos de água. O projeto total teve um custo de US\$ 5 milhões (AID DATA, 2016, online).

A participação do investimento chinês advindo da linha de crédito concedida pelo país à Angola decolou na primeira década do século XXI, ao passo que mais oito projetos relacionados à agricultura e à pesca foram realizados no país, somando-se a mais um no ano de 2012, como mostra o Quadro 8. Estes investimentos demonstram não somente o papel vantajoso para a modernização e avanço do setor produtivo agrícola angolano, mas também mostram os interesses chineses em áreas fortemente produtivas, alavancando as importações chinesas advindas da região a um custo consideravelmente mais baixo.

⁴⁰ Malanje é uma província angolana localizada ao norte do país e possui como capital a cidade de Malanje, cuja distância para a capital, Luanda, é de 383km. Ainda, Malanje tem uma densidade populacional de 9.9 habitantes por km² e tem como maior fonte econômica o setor agrícola, destacando-se pela produção de mandioca, arroz, algodão, milho, batata-doce, soja, feijão, além de forte pecuária voltada à criação bovina, suína e ovina.

⁴¹ Entre os insumos distribuídos para agricultores da região, 150 mil enxadas, 159 mil machados, 228,697 cutelos, 50 foices e mil arados.

⁴² O município de Chibia é uma cidade com cerca de 133 mil habitantes e aproximadamente 60 cooperativas. Contudo, a região é forte produtora de frutas cítricas, milho e legumes.

Quadro 8 – Participação dos investimentos chineses no setor agrícola e pesqueiro angolano 2006-2012.

	Ano	Cidade(s) / Estado(s) beneficiado(s)	Custo (USD)	Descrição
Projetos	Irrigação - Fase 1	2005 Luena, Caxito, Gandjelas e Waco-Kungo	95,306,000.00	Projeto ligado à linha de crédito chinesa de US\$ 2 bilhões. Empresa contratada: Sinohydro (China). Contou com 307 trabalhadores angolanos e 72 chineses. Finalizado em 2009.
	Equipamentos para a indústria de pesca - Fase 2	2006 Angola	98,119,525.00	A CMEC (China Machinery Engineering Corporation) assinou um contrato com a Angola para o fornecimento de 25 barcos de pesca de 30 metros e 1000 canoas de 4,15 metros para a indústria de pesca.
	Provisão de navios de pesca, lanchas e outros equipamentos de pesca - Fase 2	2006 Angola	70,880,779.00	A CMEC assinou um contrato com a Angola para o fornecimento de dez barcos de pesca, uma lancha, uma base naval, cinco navios de patrulha e um rebocador para a indústria de pesca de Angola.
	Provisão de barcos de patrulha, barcos de pesca e canoas - Fase 2	2006 Angola	97,847,205.00	A CMEC assinou um contrato com a Angola para o fornecimento de 5 barcos de pesca, 10 barcos de pesca de camarão e 2000 canoas para a indústria de pesca de Angola.
	Irrigação - Fase 2	2007 Luena, Caxito, Gandjelas e Waco-Kungo	48,606,262.20	A corporação chinesa Sinohydro fechou um contrato com a Angola, para a segunda fase da irrigação. Finalizado em 2009.
	Ampliação do empréstimo para a compra de caminhões de refrigeração	2007 Angola	40,000,000.00	O China EXIM Bank forneceu um empréstimo para a compra de caminhões de refrigeração e veículos isotérmicos para a indústria da pesca na Angola.
	Desenvolvimento agrícola	2009 Angola	1,200,000,000.00	O Banco de Desenvolvimento da China financiou um empréstimo para a Angola, a ser gasto no desenvolvimento do setor agrícola, garantindo o fornecimento de mercadorias e criando empregos.
	Empréstimo para agricultura	2009 Angola	1,000,000,000.00	A China concedeu um empréstimo para ser usado no desenvolvimento do setor agrícola na Angola.
	Construção de centro de demonstração agrícola	2012 Mazozo e Luanda		Assinatura de três acordos entre China e Angola. Primeiro, para a construção do centro de pesquisa agrícola. Segundo, isenção de tarifas de exportação. Terceiro de reabilitação e ampliação do hospital em Luanda.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance, 2016, online.

3.1.1.2 Infraestrutura

Os esforços chineses na reconstrução da África no começo do século XXI contrastam com o que se via até então no continente por parte dos Estados Unidos e da Europa. Como forma de ganho mútuo, a infraestrutura angolana remanescente dos séculos XIX e XX, que não atendia as necessidades do próprio país e as necessidades da China, foi remodelada drasticamente. O aumento exponencial de infraestrutura na África tem dado aos países africanos avanços em qualidade de vida significativos. Contudo, os investimentos chineses nessa (re) construção de malhas ferroviárias, rodoviárias e portuárias refletem, da mesma forma, os próprios interesses da China. (RUPP, 2008, p. 73).

Benguela⁴³, por exemplo, teve sua linha ferroviária reconstruída a partir de investimentos chineses em 2005. A linha ferroviária de Benguela percorre a costa angolana diretamente para as zonas de minério da República Democrática do Congo e da Zâmbia e mostra que estes investimentos da China são projetados principalmente com interesses comerciais para o exterior, ao invés de interesses domésticos. De qualquer forma, segundo Rupp (2008, p. 74), o aumento da rede logística angolana é simultaneamente vital para a economia do país e, consequentemente, de seus cidadãos. Ainda, a linha ferroviária de Benguela, que conecta toda a África subsaariana, é a primeira estrada de ferro a criar um corredor leste-oeste no subcontinente, e tem como estratégia a redução do risco do transporte de suprimentos destinados, especialmente, à China (DAVIES, 2008, p. 150). No que se refere à malha portuária angolana, o país recebeu do Eximbank, nos últimos anos, como empréstimos a juros considerados baixos pelos angolanos, cerca de 4.4 bilhões de dólares para a modernização e ampliação do porto de Lobito⁴⁴.

Juntamente com o setor energético, o setor de infraestrutura foi o que mais recebeu investimentos chineses no período 2002 – 2014, como mostra o Quadro 9 abaixo. Ao todo, são 100 projetos de infraestrutura nos setores de transporte, água e saneamento, energia e luz, indústria, mineração, construção e comunicação. Estes investimentos destacam, além de tudo, o interesse da China na troca destes investimentos por preferências em setores de seu interesse, como o petrolífero. Além disso, estes investimentos na Angola são, em geral, operacionalizados por empresas chinesas, ou seja, os recursos acabam voltando aos chineses.

⁴³ Localizada no extremo oeste da Angola, faz fronteira com a cidade portuária de Lobito.

⁴⁴ A cidade portuária de Lobito localiza-se ao norte da cidade de Benguela. Seu porto é o segundo porto do país e essencial para a logística internacional da Angola, uma vez que a malha ferroviária de Benguela começa no porto de Lobito, fazendo a ligação desde com a costa oriental da África.

Quadro 9 – Investimentos chineses na infraestrutura angolana.

Água e saneamento				Energia e luz			
Nº de projetos	Nº de cidades contempladas	Periodo	Valor (US\$)	Nº de projetos	Nº de cidades contempladas	Periodo	Valor (US\$)
9	11	2005 - 2007	590,645,288.06	30	28	2002 - 2014	4,665,580,445.55
Características gerais dos projetos: Sistema de distribuição de água; irrigação; tratamento de água.				Características gerais dos projetos: Distribuição de energia; Reabilitação e expansão de redes de energia; Reconstrução de hidrelétricas; Treinamento para o uso de energia solar.			
Cidades: Huambo*, Catete, Caxito*, Uige*, Luanda*, Cacuaco, Gandjelas, Luena, Waco-Kungo, Dundo e Saurimo				Cidades: Quifangondo, Mabubas, Luanda*, Moxico*, Benguela*, Huambo, Bié*, Zaire, Caxito*, Cazenga, Lobito, Cunene*, Dundo, Saurimo, Capanda, Uige*, Lucala, Ndolatando, Cambembe, Huila*, Bengo*, Kwanza Sul*, Malange, Luana, Luanda Norte*, Lubango, Namibe e Tombowa.			
Comunicação				Indústria, mineração e construção			
Nº de projetos	Nº de cidades contempladas	Periodo	Valor (US\$)	Nº de projetos	Nº de cidades contempladas	Periodo	Valor (US\$)
6	7	2002 - 2010	333,683,094.07	1	1	2003	17,721,854.98
Características gerais dos projetos: Construção e/ou expansão da rede de telecomunicações; Construção de uma estação televisiva.				Características gerais dos projetos: Construção de casas populares.			
Cidades: Namibe*, Huile*, Cunene*, Luanda*, Camama, Benguela*, Lobito.				Cidades: Luanda*			
Transporte				Saúde e educação			
Nº de projetos	Nº de cidades contempladas	Periodo	Valor (US\$)	Nº de projetos	Nº de cidades contempladas	Periodo	Valor (US\$)
21	18	2002 - 2014	4,688,267,321.28	33	34	2003 - 2014	1,146,449,191.56
Características gerais dos projetos: Compra de ônibus e outros veículos; Construção e reabilitação de rodovias; Construção de pontes; Construção de um aeroporto internacional.				Características gerais dos projetos: Construção, ampliação e modernização de hospitais, escolas e universidades.			
Cidades: Lobito, Luau, Luanda, Benguela*, Huambo*, Uige*, Malange*, Caxito*, Negage, Zaire, Cabinda*, Lubango, Xangongo, Ondjiva, Guifangondo, Nzeto, Omboco e Mbanza Congo.				Cidades: Luanda*, Kiwaba N'zogi, Huambo*, Huila*, Benguela*, Sambizanga, Cacuaco, Viana, Lobito, Graça, Sumbe, Dondo, Ndolatando, Késsua, Caculama, Nova Vida, Massangarala, Kwanza Sul, Kwanza Norte, Bie*, Lubango, Benguela*, Congandala, Carreira de Tiros, Namibe, Cuando*, Cunene*, Sumbe, Bengo*, Cabinda*, Luanda Sul*, Luanda Norte*, Moxico e Malange*.			

* Capitais estaduais e capital nacional (Luanda)

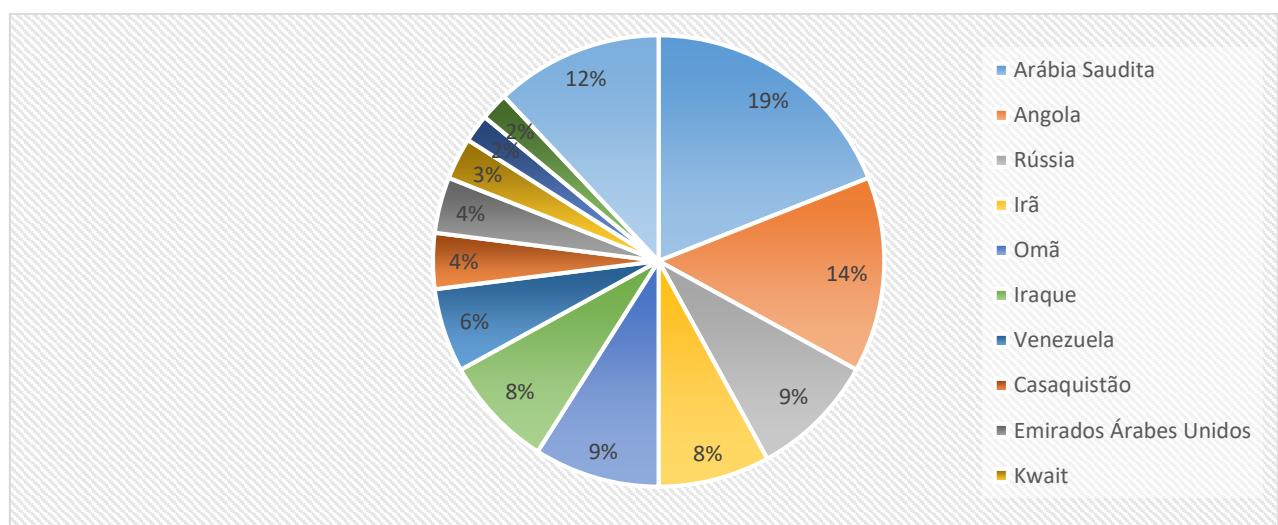
Fonte: Elaborado pelo autor com base em AID DATA: Open Data for International Development - Tracking Chinese Development Finance, 2016, online.

3.1.1.3 Energia

Até a década de 1990, a China considerava-se autossuficiente em energia, especialmente quanto ao petróleo. Com menos de 10 milhões de automóveis para uma população de mais de 1 bilhão de pessoas, as reservas domésticas suportavam a demanda chinesa. No entanto, dez anos depois, a China tornou-se o segundo maior consumidor de petróleo bruto importado, atrás apenas dos Estados Unidos (ROTBERG, 2008, p. 8). Aumento este causado pelo maior enriquecimento da sua população e, por consequência, o aumento de automóveis. Além disso, o *boom* industrial na China fez com que cada vez mais fosse necessária a importação do produto para a fabricação de seus derivados.

Apesar de se opor ao governo vencedor da Guerra Civil na Angola, a China, a partir de 2006, deixou de relacionar-se com o país meramente através de projetos vinculados à agricultura e encontrou na Angola uma parceria energética a qual suas vantagens tiveram um efeito *spillover*⁴⁵ em outros setores (ROTBERG, 2008, p. 9). Angola, portanto, passou a fornecer cerca de 47% de todo petróleo bruto que a China importava do continente africano. Além disso, o país africano tornou-se o segundo maior parceiro comercial chinês neste setor, atrás apenas da Arábia Saudita, como mostra a Figura 4.

Figura 4 – Origem de importações de petróleo bruto da China.



Fonte: Elaborada pelo autor com base em China National Knowledge Integrated - Economics database (2016, online).

⁴⁵ Efeito *spillover* (em português, efeito de transbordamento) refere-se, neste caso, às políticas que, por conta de seu sucesso, fazem com que suas vantagens atinjam outros setores, como o de infraestrutura, por exemplo.

As negociações sino-angolanas referente às áreas petrolíferas, no mesmo período, demonstram o poder da influência chinesa no país. No mesmo período em que o Eximbank concedeu à Angola a linha de crédito de 2 bilhões de dólares, a empresa estadunidense de petróleo Shell colocou à venda sua área de exploração para ONCC Videsh, uma companhia indiana que ainda concederia à Angola cerca de 200 milhões de dólares, aos quais seriam convertidos em investimentos em infraestrutura do país. Contudo, o governo angolano exerceu sua preferência na compra e o acordo entre Shell e ONCC não foi possível. Imediatamente, o governo angolano vendeu 75% destas concessões de exploração de petróleo à Sinopec, empresa chinesa de petróleo (ROTBURG, 2008, p. 120). Além destes 75% da exploração de petróleo no país, os investimentos chineses no setor petrolífero alcançam mais cinco projetos, sendo dois destes pagos por meio de barris de petróleo. Estes projetos estão expostos no Quadro 10.

Quadro 10 – Investimentos chineses no setor petrolífero angolano.

Projeto	Ano	Status	Valor (US\$)	Forma de pagamento	Descrição
Linha de crédito para o setor petrolífero	2007	Penhorado	2,5 bilhões	60,000 barris de petróleo por dia entre 2007 - 2010	Linha de crédito concedida pelo Eximbank da China ao governo angolano, que concordou em plataformas de petróleo como forma de pagamento
Participação na extração de petróleo	2009	Acabamento	1,9 bilhões	30% da exploração de petróleo	Articulação conjunta entre Sinopec e China National Offshore Oil Corporation para a compra da plataforma de petróleo 32 de uma empresa estadunidense
Aquisição de plataforma de petróleo	2010	Acabamento	2,46 bilhões	US\$ 1,68 bilhões + US\$ 0,78 bilhões de juros. Total: US\$ 2,46 bilhões	Sinopec adquire a plataforma de petróleo nº 18. A produção da plataforma é de 72,520 barris por dia
Empréstimo à companhia petrolífera Sonangol	2011	Penhorado	3 bilhões	Pagamento feito por meio de barris de petróleo. Quantidade não especificada	Empréstimo para investimentos no setor petrolífero.
Empréstimo à companhia petrolífera Sonangol	2013	Acabamento	1,32 bilhões	Pagamento feito em 10 anos a uma taxa de juros de 3,5%	Empréstimo concedido pelo Banco de Desenvolvimento da China à Sonangol.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em AID DATA: Open Data for International Development - Tracking Chinese Development Finance (2016, online).

Do ponto de vista chinês, o mercado angolano faz-se necessário a fim de suprir o próprio desenvolvimento chinês, com uma demanda exponencialmente crescente. Do ponto de vista angolano, o envolvimento da China nas questões energéticas do país traz grandes benefícios, uma vez que cria uma grande competição internacional, aumentando os preços de seu produto,

além de acesso a crédito com maior facilidade, dando Angola um forte poder de barganha no sistema internacional.

3.1.2 *Soft power cultural*

Apesar de se consolidar como um dos maiores parceiros econômicos da China no continente africano⁴⁶, a difusão da cultura chinesa na Angola ainda é muito aquém das expectativas para a implementação de um sólido *soft power* cultural e baseado em um forte fluxo de pessoas entre os dois países.

3.1.2.1 Promoção do ensino do mandarim e da cultura chinesa

Prova de que a implementação do *soft power* cultural chinês na Angola ainda está em processo de maturação é o fato do país ter apenas um Instituto Confúcio, mesmo sendo um dos maiores recebedores de investimentos chineses na África. Inaugurado em março de 2014, o primeiro Instituto Confúcio em território angolano foi aberto em parceria com a Universidade Agostinho Neto, situada na capital Luanda e a empresa Citic Construction da China. Dentre as atividades e cursos culturais disponíveis do Instituto estão os de língua chinesa, cultura chinesa geral, Tai Chi, música chinesa, teatro, gastronomia chinesa e medicina chinesa⁴⁷. Em 2015, o Ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, António Pitra Neto, anunciou, juntamente com o embaixador da China na Angola, Gao Kexiang, um novo centro de formação profissional na cidade de Rangel, com capacidade para 900 alunos. Atualmente, o Centro promove aulas teóricas e práticas de hotelaria, restauração e ensino do mandarim⁴⁸.

⁴⁶ Angola esteve no topo em relação ao comércio com a China, comparativamente a outros países africanos. No entanto, a partir de 2009, a África do Sul passa a ser o maior parceiro comercial chinês. Fonte: (*OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY*, 2016, online).

⁴⁷ Instituto Confúcio - Universidade Agostinho Neto. <http://www.uan.ao/faculdades/ic-uan/>. Acesso em: 16 out. 2016.

⁴⁸ Jornal de Angola. http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/lingua_mandarim_ensinada_no_rangel_1. Acesso em: 16 out. 2016.

3.1.2.2 Intercâmbio acadêmico

Destino da maior parte dos investimentos diretos da China no continente africano e um dos maiores parceiros econômicos, Angola e a China não contam com grandes projetos de intercâmbio acadêmico e, segundo dados da UNESCO, não há intercâmbio acadêmico entre estudantes chineses e universidades angolanas, bem como estudantes angolanos e universidades chinesas. Ainda, segundo a mesma fonte, os principais destinos dos estudantes angolanos são Portugal, Brasil e Estados Unidos, sendo os dois primeiros países lusófonos, assim como a Angola (UNESCO, 2016, online).

3.1.2.3 Turismo

Assim como a China coopera com Angola através do comércio internacional e de investimentos diretos, os chineses representam para o mercado angolano grande valor quando se trata de turismo na Angola. Segundo o Anuário de Estatística de Turismo da Angola, elaborado em 2015 pelo Ministério da Hotelaria e do Turismo, a China representou uma das maiores origens de turistas, mesmo com um decréscimo comparado a 2013. Ao todo, em 2014, foram 49.695 turistas chineses no país, ficando atrás apenas de Portugal que, em 2014, foi a origem de 219.258 dos turistas na Angola (MINISTÉRIO DA HOTELARIA E TURISMO, 2015, p. 25). Contudo, o ano de 2014 mostrou-se o menos favorável, com o menor número de visitantes desde 2008 e uma queda de 40,73% em relação ao ano anterior, como pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3 – Chegada de chineses não-residentes na Angola entre 2002 e 2014.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nº de visitantes chineses	712	-	-	5.849	9.636	18.500	43.035	51.900	60.577	69.907	69.334	84.300	49.965

Fonte: Elaborada pelo autor com base em UNWTO (2015, p. 1).

O Anuário não especifica o número de turistas chineses que visitaram o país a negócios ou trabalho, mas o forte investimento direto chinês no mesmo período sugere que parcela destes visitantes entram na Angola para servirem de mão de obra especializada, para treinamento de

pessoal em obras em andamento e/ou recentemente concluídas, além de prospecção de novos projetos.

Em contrapartida, segundo a Organização Mundial de Turismo (2013), Angola representou a terceira maior origem de turistas da China advindos da África no ano de 2013, ficando atrás apenas da África do Sul. Ao todo, 24.998 turistas angolanos visitaram a China, representando 0,02% do mercado africano.

3.2 ÁFRICA DO SUL

3.2.1 *Soft power* econômico

Juntamente aos discursos de solidariedade às questões internas da África do Sul e a fim das relações diplomáticas com Taiwan, os laços econômicos entre chineses e sul-africanos têm evoluído (SHINN; EISENMAN, 2012, p. 349-350). A África do Sul representava, até os últimos levantamentos de 2014, quase 15% de todo comércio da China com o continente africano.

Muito além do fato da China ser a maior parceira comercial da África do Sul desde 2009 (OEC, 2016, online) são os investimentos diretos dos chineses na África do Sul, o que ainda coloca em discussão a influência do *soft power* econômico no país. São, ao todo, 39 investimentos, em especial, no setor de mineração e energia (AID DATA, 2016, online), em comparação com os Estados Unidos, por exemplo, o número se torna menos significante. Os estadunidenses operaram, em 2014, com 270 investimentos, principalmente no setor de saúde (US AID, 2014, online). Ainda assim, os investimentos da China nos setores mencionados implicam, em grande relevância, nos resultados de abastecimento doméstico chinês e no que tange ao turismo.

3.2.1.1 *Agricultura*

O setor agrícola sul-africano representa, diferentemente de outros países da África, pouco mais de 10% de sua população economicamente ativa no país (GREEN et al, 2014, p. 9). Beneficia-se especialmente da produção de milho – principal produto agrícola do país – e

tem larga dificuldade de diversificação produtiva, pois conta com um território arenoso e impróprio para produções em grande escala. Portanto, ainda não se vê investimentos diretos da China no setor, estes investimentos concentram-se especialmente nas áreas de extração mineral e energia (AID DATA, 2016, online).

3.2.1.2 Infraestrutura

Dos três países analisados no continente africano, a África do Sul é a que menos recebeu investimentos em sua infraestrutura. Ao todo, são dez projetos voltados aos setores de comunicação, geração de energia, água e saneamento, transporte e indústria, mineração e construção, esse último recebendo a maior parte dos investimentos (AID DATA, 2016, online).

Em 2002, China e África do Sul assinaram um acordo de cooperação em Tecnologia da Informação e Comunicação. O acordo previa o intercâmbio de informações acerca de satélites e outras redes de comunicações, desenvolvimento de recursos humanos e ferramentas de gestão de radiofrequências, implementadas especialmente na área securitária do país. As áreas de água e saneamento, transporte e geração de energia receberam um investimento cada. A primeira, em 2006, relacionada à construção de fábricas para tratamento de água potável. No ano de 2013, setor de transporte sul-africano recebeu do Banco de Desenvolvimento da China um empréstimo de US\$ 5 bilhões. O empréstimo visava um programa de reabilitação de rodovias e infraestrutura portuária, além disso abrangia a cooperação acerca da fabricação de equipamentos em território sul-africano. Ainda, o projeto de modernização do setor de transportes sul-africanos previa um investimento futuro no setor ferroviário no valor de US\$ 33,82 bilhões e será implementado no ano de 2020 (AID DATA, 2016, online).

Ademais, as áreas de indústria, mineração e construção foram as que mais receberam investimentos e executaram projetos. Como mostra o Quadro 11, ao todo, foram mais de US\$ 3 bilhões em investimentos entre os anos de 2006 e 2010, voltados especialmente para a extração de minerais e produção de aço (2006). Em todos os investimentos providos pela China, houve participação de empresas chinesas.

Quadro 11 – Projetos e investimentos chineses voltados à indústria, mineração e construção na África do Sul.

Projeto	Ano	Valor (US\$)	Descrição
Acordo de produção de aço	2006	2 bilhões	A companhia sul-africana Samancor assinou, em 2006, um acordo de financiamento e produção de aço com o Eximbank da China e a empresa estatal chinesa Sinosteel. O acordo previa a criação de uma parceria a qual o banco financiará futuras expansões produtivas na África do Sul.
Acordo de cooperação em mineração	2007	Não informado	O acordo de cooperação entre China e África do Sul visava impulsionar a produção mineradora do país. Além disso, previa a troca de informações sobre consumo e comércio entre os governos. Três empresas chinesas foram indicadas para o projeto.
Investimento em minas de platina	2010	877 milhões	A mineradora estatal chinesa Jinchuan comprou, em 2007, 51% de participação da Wesizwe (US\$ 277 milhões), empresa mineradora sul-africana e, posteriormente, o Banco de Desenvolvimento da China ofereceu US\$ 650 milhões em financiamento de projetos relacionados à extração. A expectativa é de que a mina extraia 350,000 oz/ano até 2023.
Memorando de Entendimento sobre fábrica de cimento	2010	217 milhões	Empresas chinesas e sul-africanas assinaram, em 2010, um memorando de entendimento para a construção de uma fábrica de cimento com capacidade de produzir 2,500 toneladas de cimento por dia. O projeto obteve fundos a partir do Bando de Desenvolvimento China-África e foi finalizado em 2013.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em AID DATA: Open Data for International Development - Tracking Chinese Development Finance (2016, online).

Em 2013, o Banco Industrial e Comercial da China assinou, juntamente com o governo sul-africano, um acordo de apoio financeiro no valor de US\$ 2,2 bilhões para projetos de energia renovável no país. O projeto, após sua finalização, possibilitou alcançar cerca de 3,275 megawatts de energia a partir de fontes renováveis e tinha como objetivo central para os chineses permitir a facilitação da entrada de outros investimentos no país (AID DATA, 2016, online). Ainda em maturação, os investimentos chineses na infraestrutura sul-africana têm buscado facilitar a entrada de outros investimentos no país, em especial, para o setor de energia limpa e que busque diminuir a dependência chinesa do petróleo bruto.

3.2.1.3 Energia

A África do Sul está longe de ser um dos maiores parceiros da China no setor energético. Contudo, os sul-africanos apresentam uma fonte energética alternativa aos demais países, uma vez que, diferentemente de Angola e Nigéria, a África do Sul recebe grandes investimentos para a exploração, desenvolvimento e transformação de carvão mineral em petróleo, além do próprio investimento na extração de petróleo bruto, diversificando sua produção. Para a China, a diversificação produtiva freia a dependência chinesa crescente de petróleo bruto dos últimos anos.

Em 2006, em viagem do Primeiro Ministro Wen Jiabao, a China assinou um acordo com a África do Sul para a cooperação e desenvolvimento de tecnologia no que tange ao carvão mineral. A tecnologia foi desenvolvida pela empresa sul-africana Sasol, líder global em produção e desenvolvimento de combustível a partir do carvão mineral. O projeto previa a abertura de nove blocos de exploração, cobrindo 110,000 km² na região de Xinjiang, na China, desbloqueando uma área inexplorada de recursos naturais capaz de abastecer 3,800 km de gasodutos na região. O acordo permitiu a redução de 15% das importações chinesas de petróleo bruto e seus valores são incertos (AID DATA, 2016, online).

No ano de 2008, o Banco Industrial e Comercial da China, juntamente com o grupo credor sul-africano Standard Group anunciaram o lançamento de um fundo global de US\$ 1 bilhão, a ser investido em projetos no setor petrolífero, mineral e na extração de outros recursos naturais na África do Sul, entretanto, os projetos a serem implementados ainda estão em fase de desenvolvimento.

Todavia, foi somente em 2013 que se implementou o primeiro projeto energético relacionado à extração de petróleo bruto na África do Sul, estabelecido a partir de um acordo firmado entre os presidentes Xi Jinping (China) e Jacob Zuma (África do Sul) para a construção de uma refinaria de petróleo, localizada na Zona de Desenvolvimento Industrial da Coega, próximo ao Porto Elizabeth. A implementação do projeto coube às empresas Sinopec, da China, e PetroSA, da África do Sul, e teve um custo de US\$ 10 bilhões. O Projeto Mthombo – como ficou conhecido – permitiu a criação de 27,500 empregos diretos e indiretos para sua conclusão, e iniciou, em 2015, com uma produção de 360 mil barris de petróleo por dia, além disso, permitiu a criação de mais 18 mil empregos diretos (AID DATA, 2016, online).

Ainda em fase de maturação, os investimentos chineses na África do Sul apresentam distinções quando se analisa comparativamente aos outros países por três motivos: (I) permitem

a diversificação do setor energético chinês; (II) reduzem a dependência chinesa do petróleo bruto importado especialmente da Arábia Saudita e Angola; e (III) diferentemente dos demais investimentos, as parcerias com a África do Sul são, em sua maioria, implementadas em território chinês, facilitando o controle, a logística e a utilização dos recursos naturais extraídos.

3.2.2 *Soft power cultural*

A penetração cultural chinesa na África do Sul após o reconhecimento de Beijing como representante do povo chinês e, por consequência, o fim das relações dos sul-africanos com Taiwan, em 1996, entende-se como plausível, uma vez que as relações entre Beijing e África do Sul pré-1996 não ocorriam por questões ideológicas do regime do Apartheid, contrário ao pensamento ideológico comunista, e não por questões mais pragmáticas. Portanto, via-se necessário difundir a cultura, a língua e a imagem chinesa a partir da nova perspectiva implementada por Beijing a fim de eliminar qualquer resquício ideológico do antigo regime em relação à República Popular da China.

3.2.2.1 Promoção do ensino do mandarim e da cultura chinesa

A África do Sul é, ao lado do Quênia, o país que mais possui Institutos Confúcio em toda a África, são cinco, ao todo (HANBAN, 2016, online). Em geral, os Institutos Confúcio operam de acordo com as instruções do Hanban⁴⁹, ou seja, promovendo o ensino da língua e da cultura chinesa, além do desenvolvimento de professores locais para o ensino do mandarim (ZAHARNA et al, 2014, p. 55).

O primeiro Instituto Confúcio da África do Sul foi inaugurado em 2008, na Universidade Rhodes, em Grahamstown, em parceria com a Universidade de Jinan, da China (ZAHARNA et al, 2014, p. 55). Grahamstown é conhecida por ser a única cidade da África do Sul cujo setor principal é o de educação. Com pouco menos de 70 mil habitantes, de acordo com o senso de 2011, a cidade conta com diversos institutos nacionais e mais quatro

⁴⁹ Hanban é a abreviação coloquial chinesa para Escritório Nacional Chinês para Ensino do Chinês como uma Língua Estrangeira. O Hanban é o responsável pelos programas desenvolvidos pelos Institutos Confúcio ao redor do mundo.

universidades – mais a Universidade Rhodes –, além disso, a língua inglesa é minoritária na cidade, com 10,8% da população tendo o inglês como língua principal. Na Universidade de Rhodes, os estudos chineses são organizados pelo Instituto Confúcio e tornaram-se parte integrante do sistema acadêmico da Faculdade de Línguas da universidade (ZAHARNA et al, 2014, p. 57).

Portanto, a abertura do primeiro Instituto Confúcio na África do Sul, em Grahamstown, demonstra o interesse do governo chinês em difundir a cultura chinesa na capital educacional da África do Sul e educar uma geração de sul-africanos que não conviveram profundamente com o regime do Apartheid.

No ano seguinte, o Hanban inaugurou, na Universidade de Stellenbosch, em Stellenbosch, o segundo Instituto Confúcio da África do Sul, em parceria com a Universidade de Xiamen, da China (HANBAN, 2016, online). Stellenbosch conta com uma população de aproximadamente 155 mil pessoas, segundo o último senso de 2011 e, de acordo com o mesmo senso, cerca de 8,6% da população fala inglês, representando a minoria populacional. Somente a Universidade contava, em 2014, com cerca de 29 mil estudantes. Além disso, a Universidade de Stellenbosch é conhecida por sua importância quanto à Sinologia, ou simplesmente estudos da China. É comum ver, em grandes centros acadêmicos e universidades renomadas centros de pesquisa especializados em China. Pois, até 2012, a Universidade de Stellenbosch era a única universidade com um programa nacional de estudos voltados à China (CISSÉ, 2012, p. 1). O Instituto disponibiliza ainda, em parceria com a universidade, créditos complementares para os estudantes, não somente aqueles de graduação, mas também para estudantes da rede de ensino médio e primário que ingressarem nos cursos disponibilizados (ZAHARNA, R.S. et al, 2014, p. 55). De acordo com Zaharna et al (2014, p. 55), 395 estudantes foram registrados em 2011, outros 659 em 2012 e mais 812 em 2013, o que mostra o forte crescimento dos estudos relacionados à China em Stellenbosch

Em 2010, em parceria com a Universidade Sun Yat-Sen, a Universidade da Cidade do Cabo inaugurou seu Instituto (HANBAN, 2016, online). A Cidade do Cabo conta com a segunda maior área urbana mais populosa do país e é sede do legislativo da África do Sul. A inauguração de um Instituto Confúcio na Universidade da Cidade do Cabo aconteceu no mesmo ano em que ela foi eleita a melhor universidade do continente africano. Em 2013, o Instituto Confúcio da Universidade da Cidade do Cabo comportava 127 estudantes (ZAHARNA et al, 2014, p. 55).

Em 2014, em uma parceria entre a Universidade de Tecnologia de Durban e a *Fujian Agriculture and Forestry University*, inaugurou-se o quarto Instituto Confúcio na África do Sul. Até então, a criação de Institutos Confúcio deu-se em cidades as quais a língua inglesa era minoritária, em Durban, no entanto, quase metade da população tem o inglês como primeira língua, além disso, segundo o senso de 2011, cerca de 38% da população são menores de 19 anos, ou seja, em estágio escolar. Diferentemente dos demais países, a última cidade a receber um Instituto Confúcio na África do Sul foi a capital, Johanesburgo, em 2014, em parceria com a Universidade de Tecnologia de Nanjing (ZAHARNA, R.S.; et al, 2014, p. 58).

A difusão da língua chinesa na África do Sul acontece não somente pela implementação de Institutos Confúcio nas universidades, mas também nos níveis básicos e elementares da educação sul-africana. Em 2015, o Presidente Jacob Zuma assinou um plano de educação que inseriu o ensino do mandarim nas escolas sul-africanas. O novo plano começou a valer a partir de janeiro de 2016, mas está em andamento desde agosto de 2015, com o envio de professores para a China, onde estes receberam a formação adequada para o ensino da língua chinesa, além disso, o governo chinês também enviou e tem enviado profissionais de educação para garantir o funcionamento inicial do plano. A formação destes professores é paga pela China que também pretende construir mais três Institutos Confúcio no país, em cidades ainda não definidas (RA, 2015, online).

3.2.2.2 Intercâmbio acadêmico

Os processos de intercâmbio acadêmico entre estudantes sul-africanos na China e estudantes chineses na África do Sul, segundo dados da UNESCO, ainda são fracos. Somando-se os territórios administrativos de Macau e Hong Kong, o número de estudantes sul-africanos em universidades chinesas chegou, em 2014 – ano de maior concentração –, a oito, como mostra a Tabela 4. Este fator pode estar ligado ao fato das relações diplomáticas sul-africanas com a China ainda serem recentes e a influência ideológica de Taiwan ainda permanecer.

Tabela 4 – Número de estudantes sul-africanos estudando em universidades da China (2000-2016).

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
China	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hong Kong	-	(n)	3	5	(n)	5	5	-	-								
Macau	-	-	-	(n)	1	(n)	(n)	(n)	(n)	1	2	2	1	(n)	3	-	-

(n) = magnitude insignificante

Fonte: Elaborada pelo autor com base em UNESCO (2016, online).

No sentido inverso, ainda segundo a UNESCO, o número de chineses estudando em território sul-africano teve alto crescimento de 2010 para 2011, entretanto, este número diminuiu nos dois anos seguintes. O destino principal de estudantes de ambos países continua sendo os Estados Unidos e a Europa Ocidental, o que infere não somente na capacidade destes países em atrair estudantes e, por consequência, seus *soft powers*, mas também em uma falta de incentivo aos acadêmicos tanto da África do Sul, quanto da China, em explorar seus campos de estudo nestes países.

Tabela 5 – Número de estudantes chineses estudando em universidades da África do Sul.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
África do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	(n)	-	-	465	326	288	-	-	-

(n) = magnitude insignificante

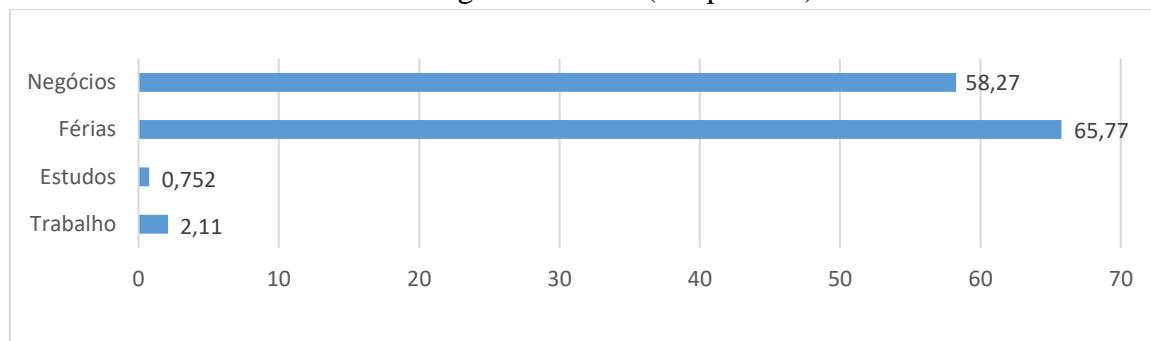
Fonte: Elaborada pelo autor com base em UNESCO (2016, online).

3.2.2.3 Turismo

A instrumentalização do turismo para o *soft power* cultural chinês desde que a China começou a figurar entre as dez principais origens de turistas da África do Sul, em 2001 (STATS SA, 2016, p. 5), demonstra que, tão importante quanto a imagem que os sul-africanos têm da China é também a imagem que os sul-africanos têm dos chineses que entram na África do Sul. A Figura 5 aponta o propósito da viagem dos turistas chineses na África do Sul nos meses de

dezembro⁵⁰ entre os anos 2002 a 2015 e o mês de agosto de 2016 (último levantamento feito pelo Stats AS⁵¹).

Figura 5 – Número de turistas chineses por propósito da viagem na África do Sul nos meses de dezembro de 2002 - agosto de 2016 (mil pessoas).



Fonte: Elaborada pelo autor com base em STATS AS – Statistics South Africa.

De acordo com o Stats SA (2016, p. 5), os turistas que foram à África do Sul a passeio não permaneceram no país mais do que 21 dias e este grupo representa expressivamente a maior parte dos turistas chineses que visitaram a África do Sul.

Ainda, segundo o Instituto (STATS SA, 2016, p. 5), os turistas que entraram na África do Sul com propósito de trabalhar permaneceram no país por mais de 365 dias, assim como os turistas que entraram na África do Sul para estudar, mesmo representando a menor parcela dentre os grupos de turistas. Isso atesta para as parcerias econômicas firmadas entre China e África do Sul nos setores de agricultura, infraestrutura e energia apontados neste trabalho, uma vez que, em diversos destas parcerias, foi necessária a importação de mão de obra especializada para treinamento e operação das obras, dos projetos e do período de maturação dos projetos. Quanto aos turistas com propósitos de estudo, este dado comprova o fomento ao intercâmbio acadêmico entre universidades chinesas e sul-africanas, ao qual conecta-se às parcerias do Hanban com as Instituições de Ensino Superior (IES) da África do Sul.

Por fim, os turistas chineses que entraram na África do Sul com o propósito de negócios no mesmo período ficaram no país por, no máximo, 31 dias (STATS SA, 2016, p. 5). Estes

⁵⁰ Este estudo optou por elencar apenas o mês de dezembro pois, além do Instituto Stats SA, responsável pelo levantamento de dados na África do Sul (como o IBGE no Brasil) computar apenas dados mensais, inviabilizando um levantamento anual, é neste período em que o comércio chinês atinge sua baixa temporada, que dura até o mês de março, após as comemorações do ano novo chinês. Vale ressaltar que na China as comemorações de natal e ano novo (como comemoradas no ocidente) não são tradicionais, uma vez que a cultura chinesa segue seu próprio calendário. Portanto, é mais viável para a população chinesa viajar internacionalmente entre os meses de dezembro e fevereiro.

⁵¹ Stats AS é o instituto do governo sul-africano para coleta de dados acerca da população, semelhante ao IBGE para o Brasil.

turistas são, em tese, os que fomentam as parcerias comerciais entre os dois países nos mais diversos setores.

No sentido inverso, os sul-africanos são os a população que mais visitou a China. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2015, p. 1), 322.756 sul-africanos visitaram o país asiático entre os anos de 2009 e 2013⁵². Nesse período, o único decréscimo ocorreu no ano de 2013 em relação a 2012, -4,08%. Para ilustrar a importância dos sul-africanos no mercado turístico da China, em 2013, a população africana representou 0,36% da participação deste mercado chinês, divididos entre os 54 países independentes, destes 0,36%, 0,05% eram da África do Sul (UNWTO, 2015, p. 1). Apesar de baixo, este valor demonstra que a entrada de sul-africanos na China é maior do que a soma da entrada de diversos países da África, juntos, e que um aumento ou uma queda desta parcela significaria uma mudança mais significativa destes números.

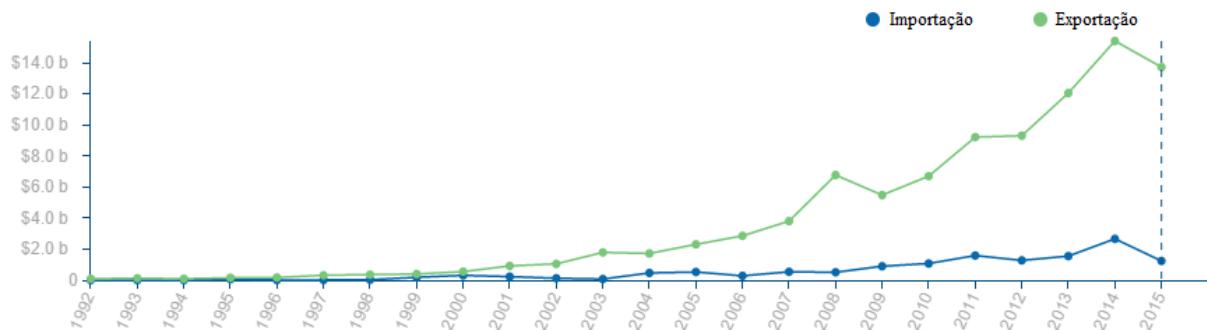
3.3 REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA

3.3.1 *Soft power* econômico

Apesar das relações sino-nigerianas existirem desde 1971, a partir do reconhecimento da República Popular da China na ONU, frente à República da China, foi somente com o retorno do regime democrático nigeriano, em 1999, que as relações bilaterais entre os países atingiram proporções significativas (EGBULA; ZHENG, 2011, p. 4). No continente africano, nenhuma outra relação econômica bilateral tem evoluído tão rápido quanto às relações sino-nigerianas. Entre os anos de 2003 e 2009, a Nigéria foi o país que mais recebeu Investimento Estrangeiro Direto chinês no continente africano, além de um salto de US\$ 16 bilhões em comércio bilateral entre 2000 e 2010 (EGBULA; ZHENG, 2011, p. 3). A Figura 6 mostra como, de fato, as relações comerciais entre os dois países intensifica-se a partir de 2000, com quedas apenas no período 2008 – 2009 e 2014 – 2015.

⁵² Em 2009: 50.783; em 2010: 64.477; em 2011: 67.354; em 2012: 71.529; e em 2013: 68.613 pessoas.

Figura 6 – Comércio da China com a Nigéria no período 1992 – 2015.



Fonte: *UN Comtrade database*. Desenvolvido pelo *Department for Business Innovation and Skills*, 2016, online.

O desenvolvimento e a intensificação das relações bilaterais entre os dois países no início do século XXI foi fomentada a partir de visitas oficiais dos Presidentes Hu Jintao (China) e Obasanjo (Nigéria), além do Primeiro Ministro chinês Wen Jiabao. Como consequência destas visitas, foi inaugurado, em 2001, o Escritório de Comércio da Nigéria na China e o Centro de Promoção de Investimento em Desenvolvimento e Comércio da China, na Nigéria. Segundo o Ministro de Comércio da China, as principais políticas de governo chinesas para a Nigéria são: (I) o aumento de empresas transnacionais chinesas no mercado nigeriano; (II) expansão do mercado nigeriano para os produtos manufaturados da China; (III) aumento da presença chinesa nos setores petrolíferos e de gás na Nigéria; e (IV) promoção de investimentos da Nigéria como forma de ingressar no mercado da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (EGBULA; ZHENG, 2011, p. 5). O Quadro 12 mostra como essas políticas avançaram no período 2004 – 2015.

Quadro 12 – Exportações da China para a Nigéria e importações chinesas da Nigéria por commodities em 2004 e 2015.

	Commodity	Valor 2004 (US\$)	Valor 2015 (US\$)
Importações	Combustíveis minerais e petróleo	442.8 milhões	764.7 milhões
	Minérios	5.0 milhões	69.6 milhões
	Sementes oleaginosas e frutas	4.0 milhões	11.6 milhões
	Algodão	3.8 milhões	*
	Cobre e artigos de cobre	2.6 milhões	11.6 milhões
	Couro	1.2 milhão	9.2 milhões
	Alumínio e artigos de alumínio	1.0 milhão	2.2 milhões
	Reatores nucleares e maquinário	959.9 mil	42.9 mil
	Madeira e artigos de madeira	596.2 mil	350.3 milhões
	Cacau	331.4 mil	3.2 milhões
Exportações	Veículos	359.9 milhões	902.3 milhões
	Equipamentos eletrônicos	332.6 milhões	2.1 bilhões
	Reatores nucleares e maquinário	162.9 milhões	1.3 bilhões
	Tecidos, rendas e tapeçarias	84.8 milhões	*
	Filamentos	68.1 milhões	1.1 mil
	Borracha e artigos de borracha	56.2 milhões	1.9 milhões
	Artigos de ferro e aço	46.8 milhões	660.3 milhões
	Calçados	41.5 milhões	5.9 mil
	Vestuário e acessórios	37.3 milhões	*
	Algodão	35.3 milhões	579.6 milhões

* Valor não disponível

Fonte: Elaborado pelo autor com base em UN Comtrade database (2016, online).

De fato, como mostra o Quadro 12, houve um aumento exponencial nos valores das importações e das exportações dos commodities entre os dois países, comprovando a eficácia das quatro políticas do Ministro de Comércio chinês, em 2004. Nas importações, todos os commodities compõem produtos do setor primário e dois deles estão relacionados ao setor energético – petróleo e reatores nucleares. Quanto às exportações chinesas para a Nigéria, apenas algodão e borracha compõem o setor primário, o que mostra o papel de chineses e nigerianos nas relações bilaterais, o primeiro, provedor de manufaturados necessários para o desenvolvimento de infraestrutura e para suprir um mercado nigeriano desindustrializado. O segundo é provedor de produtos primários, de matérias primas necessárias para a fabricação de produtos do setor secundário, em geral. Dessa forma, nas seções seguintes, este trabalho

apresentará os investimentos e as ações da China nos três setores de análise deste estudo – agrícola, infraestrutura e energético.

3.3.1.1 Agricultura

Caracterizado por ser um dos territórios mais férteis do continente africano, a Nigéria, majoritariamente dependente da produção agrícola, tem cerca de 70% de sua população rural. Os principais produtos cultivados são o feijão, castanha de caju, amendoim, noz de cola, além de uma exploração pecuária (NABINE, 2009, p. 3). O processo de modernização e ampliação do setor agrícola nigeriano, até então débil, escasso e arcaico, tem início no limiar do século XXI. Com uma conjuntura interna desfavorável a esse processo e um mercado investidor desfavorável e receoso de seus governos, o governo nigeriano tem como poder de barganha seu poder de voto em órgãos multilaterais, como a ONU, e fóruns de cooperação estratégica, como o Fórum de Cooperação África-China (FOCAC).

Os investimentos chineses e a cooperação entre os dois países no que tange à agricultura no século XXI teve início em setembro de 2002, já com Hu Jintao como Secretário-Geral do PCC. Naquele ano, o governo nigeriano comprometeu-se em desembolsar US\$ 20 milhões para a modernização do setor agrícola a partir de tecnologia chinesa, uma vez que, segundo o então Ministro da Agricultura da Nigéria, Adamu Bello, a agricultura tradicional de exploração de milho não era rentável (AID DATA, 2016, online). O projeto envolveu a construção de 3,000 barragens que seriam utilizadas em menor escada. Para isso, cerca de 10,000 nigerianos foram treinados para construir e controlar estas barragens nos quatro anos iniciais em que a equipe chinesa de apoio estivesse no país (AID DATA, 2016, online).

Ainda em 2002, o governo nigeriano iniciou a irrigação das pequenas barragens, com a assistência da China e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). No ano seguinte, China, Nigéria e FAO assinaram um acordo tripartite de Cooperação Sul-Sul, a partir do qual 524 especialistas e técnicos agrícolas chineses foram enviados ao país, dos quais 496 foram alocados na capital, Abuja, e incluíam o uso de tecnologia e especialização chinesa nas áreas de controle hídrico, pesca, pecuária, produção agrícola, energia rural e agro-processamento (AID DATA, 2016, online).

Entre os anos de 2004 e 2007, mais de mil produtores agrícolas nigerianos receberam treinamento especial de profissionais chineses em compostagem de adubos orgânicos a partir

de um programa acordado entre China, Nigéria e FAO, e gerido pelo Programa Nacional Especial para Alimentação e Segurança (AID DATA, 2016, online). Em 2012, já com Xi Jinping atuando como Secretário-Geral do PCC, o governo nigeriano garantiu um empréstimo avaliado em cerca de US\$ 200 milhões do Eximbank da China para a aquisição e instalação de 18 fábricas para o processamento em larga escala de farinha de mandioca. A expectativa era de que as fábricas iniciassem os trabalhos em 18 meses e seriam geridas pelo setor privado nigeriano (AID DATA, 2016, online).

A análise da conjuntura internacional no período inicial do século XXI é de substancial valor para explicar a entrada de investimentos chineses numa ex-colônia britânica, uma vez que, a partir do fim da Guerra Fria, Estados Unidos e Europa ausentam-se do continente africano. Essa conjuntura permite à China ganhar influência em territórios aos quais Estados Unidos e Europa tinha maior influência.

3.3.1.2 Infraestrutura

A remodelação da infraestrutura nigeriana pela China tem acontecido, especialmente, por trocas entre os dois governos, ou seja, o chinês aplica investimentos diretos no país nos setores de transporte, geração de energia, educação, saúde, comunicação, indústria, mineração e construção, em troca, o governo nigeriano se compromete em pagar estes investimentos por meio de concessões em áreas petrolíferas ou em barris de petróleo bruto. Estes acordos geraram mais de US\$ 11 bilhões em investimentos na infraestrutura nigeriana, sendo o setor de geração de energia o mais bem aproveitado, como mostra o Quadro 13.

Quadro 13 – Projetos de infraestrutura na Nigéria.

Água e saneamento				Energia e luz			
Nº de projetos	Nº de cidades contempladas	Período	Valor (US\$)	Nº de projetos	Nº de cidades contempladas	Período	Valor (US\$)
1	19	2005	7.054.294,57	18	3	2002 - 2013	5.662.634.533,69
Característica geral do projeto: Proteção de abastecimento de água.				Características gerais dos projetos: Construção, reforma e modernização de hidrelétricas e capacitação de pessoal.			
Cidades: Ekiti, Ogun, Oyo, Anambra, Enugu, Imo, Delta, Akwa, Ibom, Rivers, Sokoto, Kaduna, Kano, Adamawa, Bornu, Taraba, Kogi, Bonue e Niger.				Cidades: Ogun, Taraba e Omotosho.			
Comunicação				Indústria, mineração e construção			
Nº de projetos	Nº de cidades contempladas	Período	Valor (US\$)	Nº de projetos	Nº de cidades contempladas	Período	Valor (US\$)
21	5	2002 - 2013	1.592.083.521,00	4	6	2003 - 2007	3.353.296.183,75
Características gerais dos projetos: Programas espaciais, construção de redes de telecomunicação e construção de telefonia rural.				Características gerais dos projetos: Exploração mineral, capacitação de pessoal e desenvolvimento e organização de dados logísticos.			
Cidades: Kafanchan, Zaria, Birnin-Gwari, Sanga e Lere.				Cidades: Apko, Egina, South Egina, Preowei, Akwa e Ibon.			
Transporte				Saúde e educação			
Nº de projetos	Nº de cidades contempladas	Período	Valor (US\$)	Nº de projetos	Nº de cidades contempladas	Período	Valor (US\$)
3	-	2006 - 2013	1.345.800.571,26	6	1	2002 - 2014	24.026.841,92
Características gerais dos projetos: Modernização de rodovias.				Características gerais dos projetos: Construção e reforma de escolas, universidades e hospitais.			
Cidades: Estado de Cross River e as cidades de Lagos até Abuja.				Cidades: Abuja			

Fonte: Elaborado pelo autor com base em AID DATA: Open Data for International Development - Tracking Chinese Development Finance (2016, online).

3.3.1.3 Energia

O setor energético nigeriano, apontado como um dos mais ricos do continente, aparece como principal fonte de receita do país, atraindo investimentos externos, principalmente dos Estados Unidos no início do século XXI. Contudo, segundo aponta Djeri-wake Nabine (2009, p. 3), devido à ausência de um sistema de distribuição adequado, as reservas de petróleo refinado não são bem comercializadas, mesmo dentro do país. Para tanto, o governo chinês tem procurado solucionar as falhas estruturais do setor petrolífero nigeriano, atraindo investimentos e aumentando a concorrência dos Estados Unidos pelo petróleo do país.

A demanda chinesa por petróleo relaciona-se com os investimentos do país na Nigéria, uma vez que, diferentemente dos projetos na Angola e na África do Sul, estes investimentos não têm sido alocados diretamente no setor petrolífero devido à forte concorrência com empresas estadunidenses. Portanto, a China utiliza seu capital para investir no setor de infraestrutura do país com a condição de que estes investimentos sejam pagos com petróleo bruto e/ou preferência nas licitações para extração do recurso mineral (NABINE, 2009, p. 3).

Em 2006, o presidente chinês Hu Jintao e o então presidente nigeriano Obasanjo Olusegu assinaram um acordo de troca de quatro licenças de perfuração de áreas petrolíferas em troca de US\$ 4 bilhões convertidos em projetos de infraestrutura (AID DATA, 2016, online). No ano seguinte, o governo nigeriano firmou um acordo com o Eximbank da China para o empréstimo de US\$ 2 bilhões. Neste acordo, foi determinado que equipes chinesas especialistas na exploração de petróleo, ferro e minério seriam enviadas à Nigéria e que, uma vez desenvolvido, o governo chinês teria preferência na extração dos recursos (AID DATA, 2016, online).

3.3.2 *Soft power cultural*

A interação cultural entre chineses e nigerianos, especialmente a partir de 2004, enfrentou altos e baixos. Em 2004, foi inaugurado, em Lagos, a primeira Chinatown em território nigeriano. Entretanto, a venda de produtos falsificados e o mercado informal obrigou o governo da Nigéria a fechar quase a totalidade do comércio gerido por chineses na região, o que implicou em uma emigração maciça de chineses (EGBULA; QI, 2011, p. 17). Mesmo assim, até 2010, cerca de 50 mil chineses viviam na Nigéria (EGBULA; QI, 2011, p. 17). Desse modo, a inauguração de um Instituto Confúcio em Lagos é, possivelmente, uma tentativa de frear a imagem negativa causada pelas questões envolvendo o fechamento da Chinatown.

3.3.2.1 Promoção do ensino do mandarim e da cultura chinesa

Assim como na África do Sul e em Angola, o Instituto Confúcio, na Nigéria, é o principal instrumento de promoção da língua e da cultura chinesa. Atualmente, duas universidades nigerianas contam com Institutos Confúcio.

O primeiro Instituto foi inaugurado na cidade de Awka, em 2008, pela Universidade Nnamdi Azikiwe em parceria com a Universidade Xiamen, da China. Awka, capital do estado de Anambra, tem sua economia baseada em três pilares que podem explicar porque foi a primeira cidade a receber um Instituto Confúcio: (I) nela encontram-se grande parte das instituições governamentais federais, incluindo ministérios; (II) nos diversos investimentos relacionados ao setor petrolífero. Em Awka, está localizada a matriz da estatal de petróleo

nigeriana *Orient Petroleum Resources* e diversos projetos relacionados à extração e ao refinamento de petróleo bruto estão na cidade; e (III) Awka também conta com duas universidades, as quais representavam 15% da população da cidade até 2011, entre elas, a sede do Instituto Confúcio, Universidade Nnamdi Azikiwe, que contava com cerca de 36 mil estudantes, em 2011.

Além do Instituto Confúcio, a Universidade Nnamdi Azikiwe conta com um Departamento de Estudos Chineses, inaugurado em 2014, tendo como objetivos “prover aos estudantes habilidades extensivas de língua chinesa moderna, cultura e literatura.”⁵³

O segundo Instituto Confúcio em território nigeriano foi inaugurado pela Universidade de Lagos em parceria com o Instituto de Tecnologia de Beijing. Lagos é a capital econômica nigeriana, nela concentram-se as maiores empresas e instituições financeiras. Ainda, o porto de Lagos é maior do continente africano, além de concentrar o maior fluxo de navios do continente (EGBULA; QI, 2011, p. 8). Além dos Institutos, a embaixada da China na Nigéria, em Abuja, também organiza anualmente cursos de mandarim para estudantes de todos os níveis de ensino (EGBULA; QI, 2011, p. 17).

3.3.2.2 Intercâmbio acadêmico

Em termos acadêmicos, o número de estudantes nigerianos na China ainda é baixo e cabível de observação somente se for considerado às regiões administrativas especiais de Hong Kong e Macau. Segundo a UNESCO, entre 2007 e 2014, 100 cidadãos nigerianos visitaram essas duas regiões com o propósito de estudar em universidades, destes, 74 destinaram-se a Macau (UNESCO, 2016, online). Um dos fatores favoráveis à Macau quanto ao recebimento de estudantes é o fato da região administrativa especial ter a língua portuguesa como oficial, juntamente com o mandarim, o que expande as possibilidades de estudo.

⁵³ Departamento de Estudos Chineses - Universidade Nnamdi Azikiwe. Disponível em: <<https://www.unizik.edu.ng/depts/chinese-studies?action=resources.php#rs>>. Acesso em: 18 out. 2016.

3.3.2.3 Turismo

Assim como a África do Sul e Angola, a Nigéria tem participação semelhantemente expressiva quanto ao número de visitantes na China e, segundo a OWTO, figurou como a segunda maior origem dos visitantes advindos do continente africano entre os anos de 2009 e 2013, atrás apenas da África do Sul. Ao todo, foram 221.813 turistas, dispersos entre estes 5 anos de acordo com a Tabela 6, representando 0,04% de toda a parcela de mercado chinês que vem da África (ao todo, essa parcela equivale a 0,36%).

Tabela 6 – Chegada nigerianos não-residentes na China entre os anos de 2009 e 2013.

	2009	2010	2011	2012	2013
Nº de turistas nigerianos	50.567	41.372	45.440	38.852	45.582

Fonte: Elaborada pelo autor com base em UNWTO (2015, p. 2).

Segundo Egbula e Qi (2011, p. 17), a maioria destes nigerianos que visitaram a China são empresários que permanecem no país por pouco tempo e se concentram em grandes centros industriais, como Guangzhou que, de acordo com a embaixada da Nigéria, chegou a registrar a entrada de dois a três mil pessoas em 2006. A capital da província de Guangdong é conhecida por sua feira comercial, a *Canton Fair*, uma das maiores do mundo.

Da mesma forma, a entrada de chineses na Nigéria representa grande parte do mercado turístico nigeriano. Segundo a UNWTO (2015, p. 1), o número de pessoas teve um aumento exponencial de 2005 para 2006 e obteve crescimento até 2011, como pode ser visto na Tabela 7, muito por conta do aumento de investimentos chineses no país, em especial, nos setores petrolíferos e de infraestrutura, além da Nigéria representar um forte mercado consumidor da China no continente africano.

Tabela 7 – Chegada de chineses não-residentes na Nigéria entre 2002 a 2014.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nº de chineses	22.964	26.983	31.705	33.290	38.254	65.679	72.984	75.904	76.143	241.280	227.694	113.779	117.424

Fonte: Elaborada pelo autor com base em UNWTO (2015, p. 2).

3.4 RESULTADOS

3.4.1 Organização das Nações Unidas

Como uma potência ascendente, a China tem buscado novos aliados e parceiros para sustentar sua política externa e conter pressões ocidentais em assuntos como direitos humanos, abertura econômica e questões políticas domésticas, e encontrou na África a oportunidade de angariamento de votos e influência a seu favor dentro da Organização das Nações Unidas. O continente africano representa mais de um quarto da Assembleia Geral da ONU e o suporte mútuo entre chineses e africanos tem colaborado com os interesses da China na África e fora dela (PARUK, 2014, p. 200).

A exemplo disso são as resoluções que envolvem direitos humanos. A China enfrenta constantemente resoluções na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU) e tem conseguido, com a ajuda de Estados africanos, bloquear essas resoluções a partir de propostas de não-ação (*no-action motions*). Em 2004, os Estados Unidos entraram com a resolução nº E/CN.4/2004/L.37, a qual identificava severas restrições de liberdade de associação, de consciência, de expressão e religião, deixando de defender as obrigações internacionais no âmbito da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em resposta, o governo chinês entrou com uma proposta de não-ação. A proposta foi aprovada com 28 votos a favor, entre eles, os votos de Nigéria e África do Sul, e 16 contrários, além de 9 abstenções⁵⁴. Em 2008, a China foi mais uma vez criticada pela CDHNU por questões envolvendo o Tibete e, como em 2004, recebeu o apoio da África do Sul e da Nigéria (MARTINEZ, 2015, p. 43).

No Conselho de Segurança da ONU (CSNU), desde 2003, Angola esteve presente por quatro vezes (2003, 2004, 2015 e 2016). Nestes quatro anos, Angola e China tiveram votos divergentes em apenas quatro ocasiões, três delas relacionadas ao Sudão, o qual a China prestou apoio. A África do Sul esteve no CSNU em quatro oportunidades (2007 – 2008 e 2011 – 2012) e foi contrária aos votos da China em três ocasiões⁵⁵. Por fim, a Nigéria, assim como África do Sul e Angola, também esteve no CSNU quatro vezes (2010 – 2011 e 2014 – 2015), com três

⁵⁴ Votaram a favor da proposta de não-ação da China: **África do Sul**, Bahrein, Butão, Brasil, Burkina Faso, China, Congo, Cuba, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Índia, Indonésia, Mauritânia, Nepal, **Nigéria**, Paquistão, Qatar, Rússia, Arábia Saudita, Serra Leoa, Sri Lanka, Sudão, Suazilândia, Togo, Ucrânia e Zimbábue. Votaram contra: Estados Unidos, Austrália, Áustria, Costa Rica, Croácia, França, Alemanha, Guatemala, Honduras, Irlanda, Itália, Japão, Holanda, Suécia e Reino Unido. Abstenções a proposta: Argentina, Armênia, Chile, República Dominicana, México, Paraguai, Peru, Coréia do Sul e Uganda.

⁵⁵ Resolução nº 1973, sobre o conflito na Líbia, em 2011; resolução 2023, acerca de questões de paz e segurança na África; e resolução 2068, sobre a participação de crianças em conflitos armados.

votos contrários a china em quatro anos, relacionados ao Sudão, ao conflito na Líbia, em 2011, e a participação de crianças em conflitos armados.

A influência chinesa no continente africano, em especial, nestes três países, faz parte da política do governo Chinês em aumentar sua capacidade política frente às grandes potências, através de ferramentas como a diplomacia econômica, vantajosa para os países africanos.

3.4.2 One-China Policy e o isolamento de Taiwan

Um dos aspectos mais importantes da política externa chinesa no continente africano refere-se ao apoio dos países do continente no não-reconhecimento de Taiwan como um país independente e a promoção da política de uma única China (*One-China Policy*). Desde o reconhecimento da República Popular da China como único Estado chinês na ONU, em outubro de 1971 até, posteriormente, o reconhecimento estadunidense de Pequim – e não mais Taipei – como capital da China, em 1979, 46 Estados africanos reconheceram a República Popular da China ao invés da República da China (Taiwan) como representante do povo chinês (PARUK, 2014, p. 200-201).

Segundo Ursula Van Beek (2006, p. 37), “a China dá dinheiro a qualquer país na África, com a exceção daqueles poucos que continuam mantendo relações diplomáticas com Taiwan” (TAYLOR, 2006, p. 37). Na 60^a Assembleia Geral da ONU, o Presidente chinês Hu Jintao ofereceu perdão de dívidas e exportações sem taxas a todos os países considerados pobres economicamente, exceto àqueles que reconhecessem Taiwan (VAN BEEK, 2011, p. 389-308). De acordo com Paruk (2014, p. 202 - tradução nossa), o reconhecimento da República Popular da China como representante do povo chinês (incluindo o povo de Taiwan) pelos países africanos mostra que,

Os países africanos estão cientes do potencial ganho econômico e estão tomando decisões a partir de seus próprios interesses. Para um Estado mudar o reconhecimento e aquecer as relações com Pequim, que vai retribuir com assistência prometida, investimentos, oportunidade econômica e educação, os custos potenciais são muito baixos, enquanto a vantagem é que ele vai agradar os interesses da China e e potencialmente evitar uma oportunidade perdida⁵⁶.

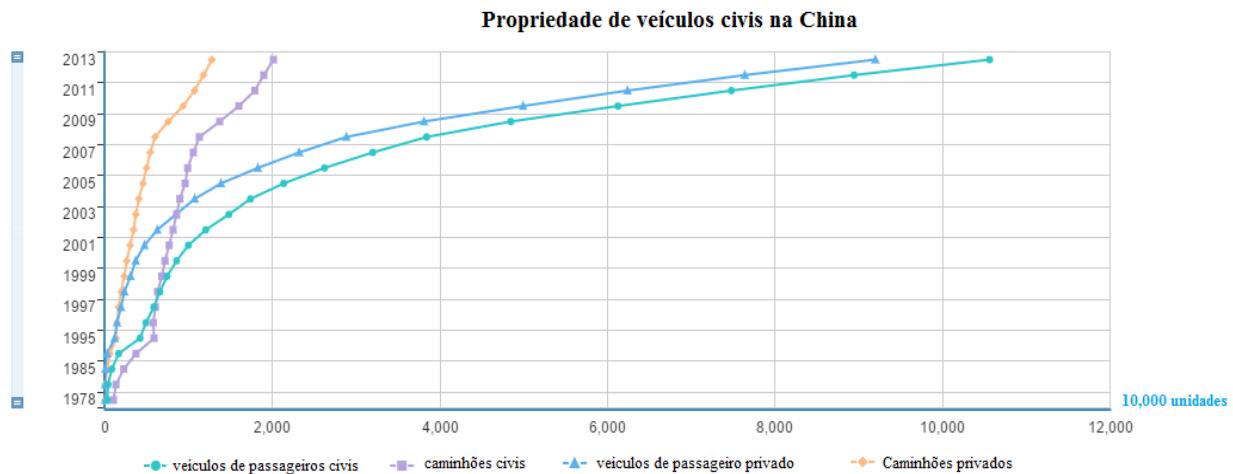
⁵⁶ Texto original: “For a state to switch recognition and warm relations with Beijing who will reciprocate with promised aid, investment, economic opportunity, and education, the potential costs are very low while the advantage is that it will please China greatly and will potentially avoid a missed opportunity.”

Dos três países analisados neste capítulo, a África do Sul figura como o último a reconhecer Pequim como representante legítimo da China, em 1996. A decisão sul-africana de mudança de relações diplomáticas de Taipei para Pequim ocorreu depois de uma barganha econômica entre África do Sul, Taiwan e China. Contando com mais de 620 empresas taiwanesas no país e empregando cerca de 45 mil pessoas no país, a África do Sul encerrou relações diplomáticas com Taiwan depois de um acordo com Pequim envolvendo US\$ 18 bilhões em investimentos no desenvolvimento do parque industrial Limpopo, o qual criou mais de 500 mil empregos no país. A contraproposta taiwanesa oferecia um investimento de US\$ 3.5 bilhões em um polo petroquímico no país (PARUK, 2014, p. 204). A escolha sul-africana foi determinada por seus próprios interesses econômicos, enquanto para a China, através de sua capacidade econômica, obteve resultados positivos na esfera política. A última mudança quanto ao reconhecimento diplomático ocorreu em 2008, quando Malawi rompeu relações diplomáticas com Taiwan e reconheceu a República Popular da China como a representante legítima do povo chinês (ROTBURG, 2008, p. 2).

3.4.3 Abastecimento interno

A taxa de crescimento populacional da China tem exigido do país um aumento cada vez maior das importações de produtos primários para o abastecimento interno. Em 2002, a China alcançava uma população de 1.276.270.00 pessoas, uma frota automobilista de 30.220.000 veículos e uma balança comercial de petróleo deficitária em 10,9 bilhões de dólares. O aumento exponencial de veículos, como representado na Figura 7, e uma indústria cada vez mais acelerada demandava à China novas políticas e novos mercados. Rognvaldur Hanneson (apud PARUK, 2014, p. 128) afirma que há uma clara ligação entre o aumento do PIB e o consumo de energia, e o rápido crescimento da economia levaria a um similar aumento da demanda por energia. Estima-se, ainda, que a China use 10.9 milhões de barris de petróleo por dia em 2025, sendo que 7.5 milhões destes barris serão importados (HANNESON apud PARUK, 2014, p. 128).

Figura 7 – Propriedade de veículos civis na China entre 1978 – 2013.



Fonte: China National Knowledge Integrated - Economics database (2016 – adaptado).

A necessidade e a pressão por petróleo continuam sendo a maior parte das preocupações energéticas da China. Em 2003, os chineses ultrapassaram o Japão como o segundo maior importador de petróleo e, em 2004, tornaram-se o segundo maior consumidor de energia do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Portanto, para atender às demandas domésticas, Beijing tem buscado assegurar as fontes petrolíferas do continente africano e o uso do *soft power* é considerado como um dos mais importantes meios para garantir as importações de petróleo (PARUK, 2014, p. 129).

Ainda em 2002, as relações comerciais de importação chinesa da Angola eram baseadas exclusivamente em petróleo bruto (OEC, 2016, online) que, ao todo, geravam 1.1 bilhão de dólares aos cofres angolanos (UNCOMTRADE, 2016, online). Esse cenário só muda a partir de 2005 e, ainda assim, o petróleo bruto ainda tomava 99,9% dos importados da Angola pela China⁵⁷. Até 2014, o cenário das importações de origem angolana não apresentava mudanças significativas, uma vez que o petróleo ainda é o principal insumo importado, tomado 99,3% dos produtos (OEC, 2016, online).

Na Nigéria, as recentes descobertas de petróleo trouxeram interesse imediato da China, que tem assinado diversos acordos com o governo nigeriano, visando as produções futuras que, até 2025, são estimadas em atingir o dobro da produção atual (PARUK, 2014, p. 130). No início

⁵⁷ A partir de 2005, a China também inicia processos de importação de materiais de construção, metais e animais marinhos para consumo (OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2016, online).

do governo de Hu Jintao, em 2003, as importações chinesas da Nigéria eram mais diversificadas do que as advindas da Angola, contudo, o cenário não era diferente, o commodity principal ainda era petróleo e derivados (OEC, 2016, online). Em 2014, as importações da China advindas da Nigéria sofreram modificações. O petróleo bruto teve um aumento percentual de 19% em relação à 2003, o gás liquefeito de petróleo passou de 43%, em 2003, para 23% em 2014, já os demais produtos, como os metais, tiveram baixas significativas e hoje representam menos de 1% das importações (OEC, 2016, online).

Para a África do Sul, o cenário é diferente. Em 2003, os sul-africanos já possuíam uma diversificação de exportações para a China mais equilibrada do que Nigéria e Angola. As exportações eram diversificadas majoritariamente entre minerais, metais, pedras preciosas e frutas. Até 2014, a maior quantidade de importados eram de commodities não especificados, seguidos por pedras preciosas, ferro e aço (UNCOMTRADE, 2016, online).

A Tabela 8 faz uma relação entre o aumento populacional na China, o número de automóveis, o PIB nominal e o valor (em US\$) de petróleo importado de Angola, África do Sul e Nigéria entre os anos de 2002 e 2015.

Tabela 8 – Relação população ↔ PIB nominal ↔ automóveis ↔ importações de petróleo da Angola, África do Sul e Nigéria (2002 – 2014).

Ano	População (bi)	Nº de automóveis (10.000 unidades)	PIB (tri US\$)	Importações de Petróleo (em bi US\$)		
				Angola	Áfricado Sul	Nigéria
2002	1.276	3.022	1,454	1,1	0,188	0,109
2003	1.284	3.602	1,641	2,2	0,078	0,058
2004	1.292	4.176	1,932	4,7	0,129	0,442
2005	1.299	5.008	2,257	6,6	0,545	0,503
2006	1.307	6.030	2,71	10,9	0,1895	0,241
2007	1.314	7.234	3,49	12,9	1,1	0,489
2008	1.321	8.601	-	22,4	0,114	0,432
2009	1.328	10.856	4,99	14,6	0,702	0,832
2010	1.334	13.741	5,93	22,8	0,711	0,927
2011	1.340	16.683	7,32	24,8	1,2	1,4
2012	1.347	19.772	8,23	33,4	1,9	1,1
2013	1.354	11.769	9,24	31,9	1,1	1,4
2014	1.360	-	-	31,1	0,463	2,1

Fonte: Elaborada pelo autor com base em: (I) População: Banco Mundial; (II) Nº de automóveis: CNKI; (III) PIB: Banco Mundial; (IV) Importações de petróleo: UN comtrade *database*.

A partir da análise da Tabela 8, percebe-se que a afirmativa de Rognvaldur Hanneson (apud PARUK, 2014, p. 128) acerca da ligação entre os quatro fatores considerados é

verdadeira. Entre os anos de 2002 e 2014, população, número de automóveis e PIB nominal⁵⁸ não apresentaram quedas. Enquanto as importações de petróleo angolano permaneceram crescentes, as exportações de petróleo nigeriano e sul-africano para a China variaram com certas semelhanças pois ambas apresentaram quedas nos anos de 2003, 2006 e 2008. A África do Sul ainda apresenta quedas nos anos de 2013 e 2014. Mesmo assim, a China foi não só capaz de manter um equilíbrio entre as importações dos três países, mas também de obter aumento nas importações de petróleo, mesmo com as quedas conjuntas de África do Sul e Nigéria, uma vez que o aumento das importações advindas da Angola foi significativamente maior.

Nessa perspectiva, a construção do *soft power* econômico e cultural chinês no continente africano tem relação direta quando se analisa os resultados, em especial, o abastecimento interno e o apoio de Nigéria, África do Sul e Angola em votações da ONU. É importante observar que a construção do *soft power* pode ocorrer de forma distinta, uma vez que cada país apresenta suas características individuais e cabe ao governo chinês observar estas diferenças e operacionalizar seus recursos nas áreas mais que mais apresentarem resultados.

Com o propósito de determinar a intensidade das variáveis independentes da China nas unidades de observação deste capítulo, este estudo classifica essa intensidade em: (I) muito baixa; (II) baixa; (III) média; (IV) alta; e (V) muito alta, ou seja, propõe-se a tradução do valor financeiro total dos investimentos em *soft power* econômico em um dado qualitativo. Da mesma forma, para o *soft power* cultural, neste capítulo, propõe-se avaliar a intensidade da promoção da língua e da cultura chinesa, do intercâmbio acadêmico e do turismo por meio deste mesmo dado qualitativo. Ainda, faz-se necessário justificar o uso dos valores financeiros ante ao uso do número de projetos em termos de *soft power* econômico uma vez que, em determinadas análises certas unidades apresentam expressivo número de projetos, contudo, seus valores financeiros são baixos.

Para avaliar *soft power* econômico nas unidades de observação em relação ao continente africano, este estudo optou pela seguinte avaliação: 1º) soma dos investimentos da China nas unidades de observação em agricultura, geração e fornecimento de energia, comunicação, indústria, mineração e construção, transporte, saneamento e fornecimento de água no período 2002 – 2016; 2º) soma dos investimentos totais da China no continente africano nos mesmos setores acima destacados no período 2002 – 2016; 3º) média aritmética do valor total dos investimentos no continente, ou seja, a divisão do valor total dos investimentos pelo número de países da África; 4º) classificação dos dados qualitativos a partir de comparação da

⁵⁸ Desconsiderando-se os anos de 2008 e 2014, que não constam nas estatísticas do Banco Mundial (2016).

média aritmética e do valor total do investimento em *soft power* econômico nas unidades de observação. Assim, a Tabela 9 mostra a relação de valores do *soft power* econômico da China na África e nas unidades de observação deste capítulo.

Tabela 9 – Relação de valores totais e média aritmética do *soft power* econômico da China na África e nas unidades de observação.

<i>Soft Power</i> Econômico	África		África do sul	Angola	Nigéria
	Valor total (US\$**)	Média aritmética*	Valor total (US\$)	Valor total (US\$)	Valor total (US\$)
Agricultura/Infraestrutura/Energia	142.764.230.173,64	2.643.782.040,25	21.960.090.863,51	17.715.704.031,42	20.209.248.652,00

* A média aritmética do continente africano é feita a partir do número de países da região. Ao todo, são 54. ** Para dar maior paridade aos valores financeiros, todos os investimentos foram convertidos para a cotação do dólar americano de 2009, uma vez que é nesta cotação que a maioria dos investimentos estão apresentados nas fontes deste estudo.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em AID DATA: Open Data for International Development - Tracking Chinese Development Finance (2016, online).

Observa-se, a partir da análise da Tabela 9, a intensidade do uso do *soft power* econômico como instrumento de política externa do governo de Beijing nas três unidades de observação. África do Sul, Angola e Nigéria representaram, juntas, 41,95% de todos os investimentos da China no continente africano entre 2002 e 2016. Além disso, é necessário ponderar a relação entre os valores financeiros e o número de projetos propostos em cada unidade. Mesmo que o valor total de investimentos da China na Angola seja menor do que os demais países, os angolanos receberam 23% mais projetos do que África do Sul e Nigéria juntas.

Para a classificação da intensidade do *soft power* cultural nas unidades de observação, este estudo optou por avaliações distintas para cada elemento de análise devido às peculiaridades destes elementos. No que tange à promoção do ensino do mandarim e da cultura chinesa, foram selecionados os seguintes critérios: 1º) soma dos Institutos Confúcio e das *Confucius Classrooms* de cada unidade de observação; 2º) soma dos Institutos Confúcio e das *Confucius Classrooms* do continente africano; 3º) média aritmética do número de ICs e de *Confucius Classrooms* do continente, ou seja, a divisão da quantidade total pelo número de países da África; 4º) classificação dos dados qualitativos a partir de comparação da média aritmética e do número total de ICs e de *Confucius Classrooms* nas unidades de observação.

No tocante ao intercâmbio acadêmico, utilizou-se os valores apresentados nas respectivas seções das unidades de observação e os valores disponibilizados pelo banco de dados da UNESCO, uma vez que não há uma regularidade por parte do governo chinês quanto a divulgação de dados estatísticos. Mesmo que, de acordo com a UNESCO, o número de estudantes em mobilidade acadêmica internacional seja menor do que os números apresentados pelo governo da China, há maior regularidade na divulgação dos dados por parte da UNESCO.

A respeito do turismo, este estudo avaliou a entrada de chineses nas unidades de observação, bem como nos demais países da África entre 2002 – 2016. Ainda, levou-se em conta a entrada de turistas advindos das unidades de observação e dos demais países do continente africano. À vista disso, classificou-se qualitativamente ambos os casos e, posteriormente, avaliou-se o turismo baseado na média entre estas duas classificações. Assim, observa-se no Quadro 14 a relação de valores do *soft power* cultural da China nas unidades de observação, bem como no Sudeste asiático.

Quadro 14 – Relação de valores totais e média aritmética do *soft power* cultural da China no continente africano e nas unidades de observação.

<i>Soft power</i> Cultural	África				África do Sul		Angola		Nigéria					
Promoção ensino do mandarim e da cultura chinesa	Instituto Confúcio (IC)		<i>Confucius Classroom</i> (CC)		IC	CC	IC	CC	IC	CC				
	Total		Total		Total									
	46		23		5	3	1	0	2	0				
	Total Geral				Total Geral									
	69				8		1		2					
	Média Geral													
	1,27													
Turismo	África → China		China → África		África do Sul → China	China → África do Sul	Angola → China	China → Angola	Nigéria → China	China → Nigéria				
	Total	Média	Total	Média	Total									
	3.505.056	64.908	4.521.296	83.728	614.046	856.375	24.998	463.431	394.583	1.144.083				
	Total geral / média geral				Total Geral									
	8.026.352 / 74.318				1.468.421		488.429		1.538.666					
Intercâmbio acadêmico	África → China		China → África		África do Sul → China	China → África do Sul	Angola → China	China → Angola	Nigéria → China	China → Nigéria				
	Total	Média	Total	Média	Total									
	857	15,87	1.940	35,92	28	1079	61	0	100	0				
	Total geral / média geral				Total Geral									
2.797 / 25,6				1.107		61		100						

As médias gerais são as médias aritméticas, cujo valor é extraído da divisão do valor total pelo número de países do continente. A média geral é a soma das médias aritméticas dividido por dois. O total geral refere-se a soma dos valores disponíveis para cada item em cada país. Em "promoção do ensino da língua e da cultura chinesa", por exemplo, o total geral para Angola, é a soma de ICs e CCs.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Destaca-se, na análise do Quadro 14, o alto número de políticas do governo de Beijing voltadas à promoção do ensino do mandarim e da cultura chinesa na África do Sul em relação à média continental (seis vezes maior). Esse fenômeno pode ser explicado por conta da ainda recente relação diplomática entre os dois países, em 1996. Anteriormente, sob o regime do Apartheid, o pensamento ideológico sul-africano era contrário à China e ao pensamento comunista chinês. Ainda, destaca-se o grande número de chineses que visitaram a Nigéria entre os anos de 2002 e 2016. Pressupõe-se que isso tenha ocorrido por conta do grande número de projetos da China no país, o que demandou a importação de mão de obra advinda da China.

À vista dos dados apresentados na Tabela 8 e no Quadro 13, este trabalho estabelece um valor qualitativo para o nível da intensidade de cada variável independente nas unidades de observação e no caso analisado. Àquele valor que se apresentar como muito acima da média (em torno de duas vezes maior), classifica-se como **intensidade muito alta**. Àquele valor que se apresentar como acima da média (mais do que $\frac{1}{4}$ da média), classifica-se como de **intensidade alta**. Para os valores que estiverem até $\frac{1}{4}$ acima ou abaixo da média, classifica-se como de **intensidade média**. Os valores que se mostrarem abaixo da média (menos do que $\frac{1}{4}$ da média), classificam-se como de **intensidade baixa**. Àqueles valores que se apresentarem como muito abaixo da média (em torno de duas vezes menos), classifica-se como de **intensidade muito baixa**. Portanto, o Quadro 15 apresenta a intensidade das variáveis independentes das unidades de observação deste capítulo – Angola, África do Sul e Nigéria – em comparação à própria região que pertencem, neste caso, o continente africano.

Quadro 15 – Intensidade das variáveis independentes nas unidades de observação em comparação ao continente africano.

Variáveis	Elementos de Análise	Casos	Unidades de Observação	Resultado observado (unidades de observação)	Resultado observado (caso)		
Comparada com a média da região	Soft Power Econômico	Agricultura/Infraestrutura/Energia	(1) África	(1) África do Sul	Muito alta	Muito alta	
				(2) Angola	Muito alta		
				(3) Nigéria	Muito alta		
	Soft Power Cultural	Promoção da língua e da cultura chinesa/Intercâmbio acadêmico/Turismo		(1) África do Sul	Muito alta	Muito alta	
				(2) Angola	Muito alta		
				(3) Nigéria	Muito alta		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para a classificação do nível de intensidade do *soft power* cultural nas unidades de observação e o nível de intensidade das variáveis independentes no caso analisado, considera-se a tradução do valor qualitativo em um número, de acordo com a intensidade deste valor da seguinte forma: muito alta (+2); alta (+1); média (0); baixa (-1); muito baixa (-2). Quando uma unidade de observação apresenta elementos de intensidade distintas, traduz-se o nível de intensidade pela sua forma numérica e equaciona-se para chegar ao resultado final do nível de intensidade. Por exemplo: Angola possui intensidade média (0) quando se trata de promoção do ensino do mandarim e da cultura chinesa, intensidade muito alta (+2) quando se trata do intercâmbio acadêmico e muito alta (-2) quando se trata do turismo, portanto: $0 + 2 + 2 = +4$, ou seja, intensidade muito alta.

Observa-se no Quadro 15 que o *soft power* econômico e cultural na Angola, na África do Sul e na Nigéria são de intensidade muito alta no período 2002 – 2016. Isso pode ser explicado por dois motivos: (I) o potencial de recursos naturais, em especial, de petróleo e carvão destes três países frente à demanda interna chinesa crescente; (II) à ausência dos Estados Unidos e dos Estados europeus na África após a Guerra Fria, o que permitiu a penetração dos investimentos chineses de forma mais fácil; e (III) o fato da China ser geograficamente mais distante da África, em comparação com o Sudeste asiático, determina que o governo chinês desenvolva políticas que fomentem o *soft power* cultural no continente a fim de transmitir uma imagem amistosa e pacífica da China.

O capítulo seguinte abordará como o *soft power* cultural e o *soft power* econômico da China são operacionalizados no Sudeste asiático, tendo em vista os mesmos instrumentos analisados neste capítulo, a fim de observar as semelhanças e as diferenças entre a aplicação da política externa chinesa nas duas regiões. Em relação ao Sudeste asiático, este trabalho analisará estes fatores no Camboja, na Tailândia e no Vietnã durante o mesmo período tratado no capítulo 2, ou seja, de 2002 a 2016.

4 O SOFT POWER CHINÊS NO SUDESTE ASIÁTICO

O Sudeste asiático é a região onde as ferramentas de *soft power* chinês podem ser mais facilmente notadas, segundo Joshua Kurlantzick (2007, p. 10). A China buscou concentrar seu *soft power* primeiramente na região, no começo da década de 2000, antes de ampliar seus esforços para as demais regiões do globo. Tal estratégia faz sentido, uma vez que o Sudeste asiático, vizinho mais próximo da China, possui cerca de vinte milhões de pessoas com etnia chinesa e tem laços históricos, econômicos e culturais com a China datados de milênios atrás. Para um país que ainda busca se firmar como potência internacional, o Sudeste asiático apresenta uma oportunidade (KURLANTZICK, 2007, p. 10 – 11). Ainda, de acordo com Kurlantzick (2007, p. 11 - tradução nossa), “assim como os Estados Unidos fez no século passado, a China poderia fazer da região sua própria – uma Doutrina Monroe Chinesa para o Sudeste asiático faria de Beijing a maior influência sobre os assuntos regionais”⁵⁹.

Diferentemente do continente africano, os assuntos relacionados à região envolvem peculiaridades históricas, culturais e estratégicas mais evidentes, o que, em certa medida, dificulta a penetração do *soft power* chinês na região, mas também apresenta pontos positivos. Negativamente, as disputas territoriais entre a China e seus vizinhos (são quatorze, ao todo⁶⁰), em especial, com o Vietnã, ainda estão presentes quando se trata das relações entre os dois países. Além disso, as disputas no Mar Sul da China refletem na construção da imagem de uma China mais agressiva. Positivamente, a etnia chinesa está presente em quase todos os países do Sudeste asiático, esse laço histórico possibilita à China empregar discursos e ações que atinjam esses grupos étnicos.

Nos últimos anos, os consideráveis investimentos da China em alguns de seus vizinhos levantaram a possibilidade de que Beijing tem desenvolvido sólidos parceiros dispostos a reembolsar parte dessa assistência por meio de apoio diplomático confiável (CIORCIARI, 2014, p. 2). Quantitativamente, o Sudeste asiático aparece como a segunda região com maior número de investimentos chineses no mundo, atrás apenas da África. Contudo, o que determina a grande importância do Sudeste asiático para a política externa chinesa está vinculado à manutenção de uma região pacífica para os chineses. Uma região pacífica e sob a influência

⁵⁹ Texto original: “*China could make the region its own – a Chinese Monroe Doctrine for Southeast Asia would make Beijing the major influence over regional affairs.*”

⁶⁰ Rússia, Índia, Paquistão, Vietnã, Japão, Coreia do Norte, Mongólia, Myanmare, Afeganistão, Laos, Cazaquistão, Nepal e Butão.

chinesa representa um forte aliado político e econômico nas questões referentes ao Mar Sul da China, à *One China Policy*, e a questões na ONU.

Especialmente após a crise econômica dos países da ASEAN, em 1997, a China elevou seus incentivos ao Sudeste Asiático e estima-se que essa ajuda tenha aumentado de US\$ 36 milhões em 2002 para US\$ 6,7 bilhões em 2007 (LUM et al., 2009). Segundo Ian Tsung-yen Chen (2014, p. 294), ao contrário dos credores ocidentais, as condições estabelecidas pelos incentivos econômicos da China são mais flexíveis e, além disso, o sistema político e o sistema de valores da China estão mais de acordo com os sistemas do Sudeste asiático. São estes fatores que tornam os incentivos econômicos da China mais atraentes.

Em termos estruturais, este capítulo busca explorar como são operacionalizadas as ferramentas de *soft power* econômico e de *soft power* cultural da China e o papel destas ferramentas nas relações com o Camboja, a Tailândia e o Vietnã, e quais os resultados dessas políticas em três planos:

1. Como os incentivos econômicos e culturais da China resultam em **apoio destes países à China na ONU**;
2. Como os investimentos chineses são instrumentalizados pelo governo de Beijing para **enfraquecer o apoio diplomático que o governo de Taiwan recebe**;
3. Como o investimento econômico e cultural da China impacta no **abastecimento doméstico do país**, ou seja, a importância das importações advindas das três unidades de observação deste capítulo. A importação chinesa de eletrônicos de base e de pequeno porte advindos da Tailândia e do Vietnã, por exemplo, está de certo modo ligada ao crescimento da indústria de exportação destes produtos pela China, ou seja, parte da cadeia de produção de eletrônicos e de maquinários da China têm início na importação dos produtos-base advindos do Sudeste asiático.

O *soft power* econômico chinês no Sudeste asiático é definido neste capítulo por meio da operacionalização dos incentivos em três setores:

1. O **setor agrícola**, focado no desenvolvimento de uma produção mais eficaz, como na modernização da irrigação de campos de arroz, um dos alimentos mais consumidos pela China;
2. O **setor de infraestrutura**, sendo este o mais similar aos incentivos operacionalizados na África, concentrado especialmente na modernização e na construção de hidrelétricas, termelétricas, rodovias e pontes;

3. O setor energético, voltado às descobertas de novas áreas petrolíferas no Sudeste asiático e na importação do carvão.

Já o *soft power* cultural da China na região é definido a partir de três esferas:

1. Pela **promoção do ensino do mandarim e da cultura chinesa**, sendo este um dos fatores de menor necessidade de operacionalização, uma vez que a cultura da região está intimamente ligada à cultura da China;
2. Pelo **intercâmbio acadêmico**, promovendo debates regionais, permitindo à China adquirir uma imagem menos ameaçadora na região;
3. Pelo **turismo** que, devido às características da região e das populações de Vietnã, Camboja e Tailândia, torna-se uma opção mais viável economicamente para viagens internacionais de lazer. Da mesma forma com que ocorre na África, a entrada de chineses nestes países também é importante no que tange à arrecadação financeira destes países. Para isso, o incentivo de políticas voltadas ao turismo ganha papel de destaque.

Camboja, Tailândia e Vietnã compõem três dos cinco países da sub-região do Mekong, um dos maiores rios do mundo, cujas águas também atravessam Laos, Mianmar e China. A importância do Rio Mekong para região envolve diversos fatores, como ambientais, energéticos, comerciais e turísticos. Para tanto, o primeiro investimento da China na região, em 2002, abrange as três unidades de observação deste estudo. Naquele ano, o governo chinês investiu cerca de US\$ 5 milhões no desenvolvimento de rotas de navegação no Mekong em uma distância total de 4.661 km, atravessando Mianmar, Laos, Tailândia, Camboja, Vietnã e a própria China. O projeto tinha como objetivo o desenvolvimento da capacidade marítima do Mekong sobretudo para fins comerciais e turísticos.

4.1 CAMBOJA

4.1.1 *Soft power* econômico

Ao longo das últimas duas décadas, o Camboja tem recebido investimentos e apoio substancial de Beijing e, atualmente, é considerado como um dos maiores parceiros da China na Ásia, segundo John Ciorciari (2014, p. 2). Ainda, de acordo com Ciorciari (2014, p. 2), nos últimos anos, o governo cambojano tomou uma série de medidas que se assimilam ao

pagamento de dívidas com a China, tal como a defesa da construção das barragens do Rio Mekong⁶¹ pela China. Em 2012, durante uma cerimônia de abertura para um projeto de infraestrutura, o Primeiro-ministro do Camboja, Hun Sen, elogiou “o vínculo magnífico das relações entre China e Camboja, que foi construído por líderes da geração anterior... Norodom Sihanouk⁶² e líderes como Mao Zedong⁶³, Zhou Enlai⁶⁴ e Liu Shaoqi⁶⁵” (CIORCIARI, 2014. p. 6-7).

No mesmo ano, o investimento chinês representou cerca de 36% dos investimentos estrangeiros diretos no Camboja, quase o triplo de investidores tradicionais, como a União Europeia e a Coreia do Sul. Entre os anos de 1994 e 2013, a China representou cerca de US\$ 9,6 bilhões dos investimentos diretos aprovados no Camboja (GLOBAL TIMES, 2014, online). Este valor não constitui grande parcela dos investimentos da China ao redor do mundo que, no mesmo período, foi de aproximadamente US\$ 500 bilhões. Contudo, se comparado ao PIB cambojano no ano de 2013, de US\$ 15,45 bilhões (BANCO MUNDIAL, 2016, online), este valor adquire expressivo destaque (SUON, 2012 apud CIORCIARI, 2014, p. 8). Na tabela abaixo, estão elencados o número de projetos – e seus valores totais – por setor em que a China participou no Camboja entre os anos de 2002 e 2015.

⁶¹ O Rio Mekong é considerado o sétimo maior rio do Sudeste asiático e corta seis países: o Sudoeste da China, o Leste e o Norte de Mianmar, Laos, Tailândia, Vietnã e Camboja. A China tem acordos com o governo de Mianmar de cooperação e gerenciamento das atividades do rio em território birmanês.

⁶² Norodom Sihanouk foi o rei do Camboja durante os anos de 1941 a 1955 e, posteriormente, de 1993 a 2004. Mesmo afastado da coroa entre 1955 a 1993, Sihanouk atuou como Primeiro-ministro do Camboja de 1955 a 1960. Em 1960, após a morte do rei (seu pai), instaurou um regime político unipartidário que concedeu a ele o título de Chefe de Estado durante dez anos. Entre os anos 1970 e 1993, participou de movimentos políticos ligados a partidos comunistas, onde atuou como aliado da China e da União Soviética. Em 1993, a partir de eleições gerais, foi eleito Chefe de Estado novamente e, no mesmo ano, nomeado rei do Camboja novamente, reinando até 2004. Norodom Sihanouk morreu em 2012, em Beijing.

⁶³ Mao Zedong foi fundador do Partido Comunista Chinês e líder da Revolução Comunista da China na primeira metade do século XX. Governou a China como Presidente do Partido Comunista da China entre os anos de 1949 até sua morte, em 1976.

⁶⁴ Zhou Enlai foi o primeiro Premier da República Popular da China entre os anos de 1949 até sua morte, em 1976. Zhou foi o formador da política externa chinesa durante a era maoísta e desenvolveu as políticas econômicas da China no período, além disso, é considerado o pai da diplomacia chinesa.

⁶⁵ Liu Shaoqi foi Presidente da China entre os anos de 1959 e 1968. Anteriormente, Liu ocupou os cargos de Vice-presidente do Partido Comunista Chinês de 1966 e 1956. Era considerado um dos três homens mais poderosos da China, atrás apenas de Mao e Zhou Enlai.

Tabela 10 – Número de projetos em que a China participou no Camboja nos setores elencados entre os anos de 2002 e 2015 e seus respectivos valores totais⁶⁶.

Setor	Nº de projetos	Valor (US\$ 2009)
Agricultura e pesca	20	522.261.426
Comunicação	3	334.130.075,84
Geração e fornecimento de energia	12	1.814.303.025,95
Industria, mineração e construção	7	525.139.676,80
Transporte	38	2.219.413.466,21
Petrolífero	1	1.670.000.000,00

Fonte: Elaborada pelo autor com base em AID DATA: Open Data for International Development - Tracking Chinese Finance Development (2016, online).

Observa-se, na Tabela 10 que, apesar do número de projetos no setor agrícola ser superior ao setor de geração e fornecimento de energia e de indústria, mineração e construção, seu valor financeiro é inferior. Isso se dá por conta da característica dos investimentos da China no setor agrícola que são, em grande medida, de pequeno porte, não representando qualidade de expressiva nos projetos.

4.1.1.1 Agricultura

Apesar de ser, atualmente, o segundo setor com o maior número de projetos, a entrada de investimentos chineses no mercado agrícola cambojano teve um início moderadamente tímido e tardio. Até 2016, 17 projetos foram concluídos, os quais podem ser divididos em duas categorias: (I) doações de insumos e; (II) empréstimos relacionados à irrigação plantio e ao fornecimento de água. Os dois primeiros, em 2007 e 2008, estão associados à primeira categoria. Em 2007, a China, por meio de sua embaixada no Camboja, doou duzentas bombas de água a diesel para pequenos e médios produtores rurais cambojanos (AID DATA, 2016, online). No ano seguinte, o governo chinês doou quase 73 mil dólares em equipamentos de perfuração de poços (AID DATA, 2016, online). Os dois primeiros projetos mostraram que a

⁶⁶ A fim de estabelecer um padrão na quantia financeira dos projetos, os valores de cada um desses foram convertidos para a cotação do dólar americano do ano de 2009, cotação essa em que já é apresentada em grande dos dados adquiridos na fonte já mencionada na legenda da Tabela 9.

questão hídrica seria a principal diretriz a ser seguida pelo governo chinês em relação aos investimentos no setor agrícola do Camboja. O Quadro 16 mostra todas as doações da China para o Camboja entre 2002 e 2016.

Quadro 16 – Doações do governo Chinês para o setor agrícola cambojano (2002 – 2016).

Projeto	Ano	Custo (USD)	Descrição
Doação de 200 bombas de água à diesel para pequenos e médios agricultores cambojanos	2007	-	Em 2007, a embaixada da China no Camboja assinou um acordo com o governo comprometendo-se na doação de 200 bombas de água à diesel de pequeno porte para pequenos e médios agricultores cambojanos.
Doação de equipamentos de perfuração de poços	2008	72,756.99	Em 2008, a China doou RMB 500.000 em equipamentos de perfuração de poços para o governo cambojano a serem usados em plantações de arroz.
Doação de suprimentos agrícolas	2010	137,317.48	Em 2010, a embaixada da China no Camboja doou um lote de suprimentos agrícolas avaliados em um milhão de yuan. Entre os suprimentos estavam 50 bombas de água, 10 veículos e 30 tratores.
Doação de instrumentos detectores de resíduos de pesticidas nos vegetais	2013	30.000,00	Em 2013, o governo chinês doou o equivalente a US\$ 30.000 em instrumentos de detecção rápida de resíduos de pesticidas vegetais.
China doa 100 toneladas de arroz branqueado para o Camboja	2013	-	Doação do Departamento de Agricultura da China de 100 toneladas de arroz branqueado ao Camboja. Além disso, o Departamento assinou, juntamente com o Ministério da Agricultura do Camboja, um memorando de cooperação agrícola.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance (2016, online).

As doações do governo chinês para a população rural do Camboja não representam parcela significativa do *soft power* econômico da China no setor cambojano, mas têm importante papel quando se leva em conta a imagem que a população cambojana, que exporta seus produtos para o mercado chinês, tem da China. Em contrapartida, os financiamentos dos projetos relacionados aos recursos hídricos cambojanos, demonstram o duplo interesse da China, uma vez que os investimentos nas bacias hidrográficas estão relacionados não somente ao desenvolvimento e aumento da produtividade agrícola, mas também com a capacidade energética da região.

O primeiro financiamento chinês de grande porte ocorreu em 2009. Naquele ano, o Secretário de Estado do Camboja e Ministro da Economia e Finanças e o Presidente do Eximbank da China, Li Ruogu, assinaram um acordo que estabelecia o empréstimo por parte do banco chinês de US\$ 31.014.469 para um projeto de irrigação na cidade de Kampong Trebek, no sul do país.

Embora o desenvolvimento de um sistema de irrigação tenha sido um dos objetivos, o projeto foi mais conhecido por prover um sistema de controle de inundações em Kampong Trabek. De acordo com as autoridades locais, os riscos de inundações eram estimados em US\$ 700 mil por ano. Além disso, o projeto, concluído em 2014, buscava: (I) melhorar o padrão de controle de cheias e a taxa de utilização da terra; (II) melhorar a condição de cultivo e a produção de grãos; e (III) construir um dique de controle de inundaçāo em ambas as margens do rio Preaek Tra Beak juntamente com irrigação de campo e sistema de drenagem. Uma vez em operação, o mecanismo de controle de inundaçāo proposto tem garantido, desde 2014, aos produtores locais, benefícios líquidos de arroz de US\$ 3,45 milhões por ano. O Quadro 16 apresenta demais os investimentos da China no setor de agrícola cambojano entre 2002 e 2016.

Quadro 17 – Empréstimos da China para o setor agrícola cambojano (2002 – 2016).

(continua)

Projeto	Ano	Custo (USD)	Descrição
Empréstimo concessionário para controle da inundaçāo do rio Kampong Trabek - Fase 1	2009	31,014,469.00	O governo chinês, por meio do Eximbank, concedeu um empréstimo de US\$ 31.014.469 para um projeto de irrigação em Kampong Trabek, Prey na província de Veng.
Empréstimo para o projeto de desenvolvimento de irrigação de Kanghot - Fase 1	2010	43,694,786.03	O projeto, iniciado em 2010 e finalizado em 2014, consiste na construção de uma barragem fluvial e uma represa de desvio de água, cobrindo 34,3 mil hectares de área irrigada para as populações das cidades de Banan e Sangke, no nordeste do Camboja.
Empréstimo para o desenvolvimento da bacia Sreng	2011	43,142,724.16	Em 2011, o Eximbank da China concedeu um empréstimo ao governo cambojano para o desenvolvimento de projetos de irrigação e desenvolvimento de recursos hidráulicos na bacia do rio Sreng. O projeto buscava beneficiar os produtores rurais das províncias de Oddar Meanchey, Siem Reap e Banteay Meanchey, no nordeste cambojano. A bacia, atualmente, é capaz de cobrir 25 mil hectares de terra fértil.
Empréstimo para o projeto de desenvolvimento de recursos da água de Prek Stung Keo	2011	37,332,819.55	Em 2011, o governo chinês concedeu um empréstimo ao governo cambojano para o desenvolvimento de recursos hidráulicos de Prek Stung Keo. O projeto previa o aumento da produção agrícola da região.
Empréstimo para o projeto de desenvolvimento de irrigação de Kanghot - Fase 2	2012	27,789,467.66	A fim de dar continuidade ao projeto inicial (Fase 1), o qual viria a ser finalizado no ano seguinte, o projeto de desenvolvimento de irrigação de Kanghot foi posto em prática a partir de outro empréstimo do Eximbank da China ao governo cambojano. O projeto foi finalizado em 2016.
Empréstimo para o projeto de desenvolvimento de recursos hidráulicos de Stung Chikreng - Fase 1	2013	45,000,000.00	O projeto de desenvolvimento de sub-bacias na província de Siem Reap foi acordado entre o Eximbank da China, o Ministério de Finanças do e pelo Ministério de Recursos Hídricos e Meteorologia do Camboja. O objetivo do projeto é desenvolver instalações de irrigação e o segurança alimentar.
Empréstimos para o projeto de desenvolvimento de recursos hidráulicos da bacia do Rio Staung - Fase 1	2013	48,647,085.00	O projeto, ainda em processo de finalização, tem como objetivo alavancar a produtividade agrícola na província de Kampong Thom. A área foi identificada pelo Comitê do Rio Mekong como um potencial reservatório para irrigação.

Quadro 17 – Empréstimos da China para o setor agrícola cambojano (2002 – 2016).
 (conclusão)

Projeto	Ano	Custo (USD)	Descrição
Empréstimo para o projeto de desenvolvimento de irrigação Achang	2013	45.000.000,00	O projeto, assinado em outubro de 2013 entre o Eximbank da China e o Ministério das Finanças do Camboja previa o desenvolvimento de um sistema de irrigação no norte da província de Kampong Chhnang. Finalizado em 2015, o projeto tinha como objetivo atingir a exportação de um milhão de toneladas de arroz no mesmo ano. Ainda, pretendia potencializar o uso dos recursos hídricos na província e promover o desenvolvimento agrícola local.
China doa 100 toneladas de arroz branqueado para o Camboja	2013	-	Doação do Departamento de Agricultura da China de 100 toneladas de arroz branqueado ao Camboja. Além disso, o Departamento assinou, juntamente com o Ministério da Agricultura do Camboja, um memorando de cooperação agrícola.
China financia projeto de irrigação Vaico de 200m USD	2013	200.000.000,00	O projeto de irrigação de Vaico, composto de duas fases, é o maior projeto de irrigação do camboja. A primeira fase tem capacidade de irrigar 135.400 hectares de arroz e foi a única a ser concluída até 2016.
China concede \$400.000 USD para a segunda fase do projeto de cooperação de cultivo de mandioca	2013	400.000,00	Em 2013, a China concedeu 400 mil dólares para o Camboja para a realização de projetos para o desenvolvimento da indústria de mandioca do país. O financiamento é fornecido através da cooperação da China, do Camboja e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). No inicio, o Camboja e a China assinaram um Protocolo sobre as Exportações de Mandioca Cambojana para o mercado chinês, que visava aumentar a participação da mandioca cambojana no mercado e facilitar as exportações para a China. A segunda fase do projeto continuou até setembro de 2014 e estava relacionada com uma primeira fase, na qual a China forneceu 212 mil dólares de fundos para apoiar o treinamento do cultivo da mandioca.
Empréstimo para o Banco do Desenvolvimento Rural para apoiar o setor do arroz	2013	-	Acordo assinado entre o Eximbank da China e o Banco do Desenvolvimento Rural (RDB) do Camboja para aumentar o financiamento do setor do arroz. O acordo previa empréstimos ao RDB sem a necessidade de garantias governamentais.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance (2016, online).

4.1.1.2 Infraestrutura

O setor de construção pesada do Camboja é o que mais se beneficiou do *soft power* econômico chinês no país desde 2002. A China tem investimentos lucrativos em hidrelétricas cambojanas, na indústria têxtil, na de vestuário e no setor de transportes. Os investidores chineses possuem cerca de 90% das empresas têxteis e quase todas as usinas hidrelétricas no Camboja, que vendem eletricidade para a concessionária cambojana *Électricité du Cambodge* (CHHEANG, 2009 apud CIORCIARI, 2014, p. 12). Os projetos de infraestrutura de transporte no Camboja dão às empresas chinesas mais oportunidades de lucros e avanços no objetivo de Beijing de criar uma rede de infraestrutura que conecte a China aos maiores mercados do

Sudeste Asiático (HOLSLAG, 2010 apud CIORCIARI, 2014, p. 14). Desde 2002, o setor de transportes recebeu investimentos em todos os anos, com a exceção de 2005, 2006 e 2016.

Até 2003, ano cujo primeiro projeto chinês relacionado à construção de rodovias no país teve início, o Camboja possuía pouco mais de 6% de toda sua malha rodoviária asfaltada. Ao todo, são 11 rodovias federais e 133 estradas intermunicipais. Em 12 anos, a China participou da construção, extensão e da remodelação de 5 rodovias e 20 estradas, o que representa pouco mais de 17% do acumulado rodoviário do país. As tabelas abaixo apresentam as rodovias federais e as rodovias intermunicipais contempladas entre os anos de 2002 e 2016.

Tabela 11 – Rodovias federais que receberam investimentos chineses entre 2002 e 2016.

Rodovias							
Rodovia	7	8	10	8.1 e 8.2	6	5	6
Ano	2003	2007	2007	2009	2011	2012	2013
Valor (USD 2009)	38,665,865.42	85,337,896.86	24,988,220.77	14,800,000.00	56,694,073.91	47,739,276.31	242,269,000.00
Extensão	200 km	109 km	45 km	24,2 km	40,4 km	407 km	248,5 km

Fonte: Elaborada pelo autor com base em AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance (2016, online).

Tabela 12 – Rodovias intermunicipais que receberam investimentos chineses entre 2002 e 2016.

Rodovia	Ano	Valor (USD 2009)	Extensão
76	2007	61,933,555.78	127 km
57	2007	24,988,220.77	43,8 km
62 e 210	2008	58,443,110.78	144 km
57b	2009	92,088,050.59	176,3 km
78	2009	74,767,807.45	120,9 km
3762	2009	15,228,192.00	26,4 km
61	2010	8,826,837.65	16 km
59	2011	65,376,529.40	144,2 km
76	2012	75,032,525.58	172 km
214	2012	95,345,651.69	143,4 km
44	2013	78,192,000.00	139,1 km
1577	2014	3,301,400.00	51,7 km
58	2014	119,751,775.00	174 km
55	2015	-	182 km

Fonte: Elaborada pelo autor com base em AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance (2016, online).

Além de estradas e rodovias, os investimentos da China no Camboja também estão intimamente ligados à construção de pontes, as quais receberam o nome de Ponte da Amizade China – Camboja. Ao todo, são sete pontes por todo o país. Para a construção da primeira ponte, em 2004, os investimentos começaram a entrar no Camboja já em 2001. Somadas as doações de daquele ano e do ano seguinte, pouco mais de US\$ 24 milhões em aço foram doados para o Camboja. A Tabela 13 mostra que, ao todo, a China construiu 6.802,84 metros em pontes em todo o país, além de desembolsar um total de US\$ 160.582.873,90.

Tabela 13 – Pontes da Amizade China – Camboja construídas com financiamento chinês no período 2002 – 2016.

Ponte da Amizade China - Camboja	Ano de inicio da construção	Extensão	Valor (USD 2009)
Nº 1	2004	1.056,84 m	x
Nº 2	2007	975 m	34.348.259,34
Nº 3	2007	1060 m	51.913.946,32
Nº 4	2011	855 m	26.522.593,36
Nº 5	2011	719 m	22.176.081,41
Nº 6	2012	1730 m	2.150.053,45
Nº 7	2013	407 m	23.471.940,02

Fonte: Elaborada pelo autor com base em AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance (2016, online).

Na abertura da segunda Ponte da Amizade, em 2010, o Primeiro Ministro do Camboja, Hun Sem, afirmou que "a China respeita as decisões políticas do Camboja. Constroem pontes e estradas e não há condições complicadas" (STRANGIO, 2012 apud CIORCIARI, 2014, p. 8). A declaração de Hun enfatiza a atratividade do dinheiro chinês que não acompanha condições tais quais as do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do Banco Asiático do Desenvolvimento.

Outro setor de grande penetração dos investimentos chineses no Camboja é o hidrelétrico. O Camboja possui grande potencial energético quando se trata do uso de seus rios e de sua bacia hidrográfica, além disso, é contemplado com território cuja disponibilidade hídrica atinge todas as regiões. Ao todo, a China participou de 12 projetos envolvendo a geração de energia, a partir da construção e restauração de hidrelétricas e redes de transmissão, além de um empréstimo, em 2012, de pouco mais de US\$ 42 milhões para o governo cambojano investir no setor energético do país (AID DATA, 2016, online) e de uma doação, em 2014, de 300

biodigestores, equivalentes a US\$ 400 milhões, usados para geração de energia elétrica voltada à população rural cambojana (AID DATA, 2016, online). O Quadro 18 apresenta as hidrelétricas e as redes de transmissão construídas e gerenciadas pela China.

Quadro 18 – Investimentos chineses na construção e restauração de hidrelétricas e redes de transmissão no Camboja.

Hidrelétrica	Tipo	Valor (USD 2009)	Inicio	Inauguração	Local	Capacidade	Observações
Kirirom I	Restauração	25.623.607,26	2002	2004	Koh Kong (Sul/Sudoeste cambojano)	12 MW	A empresa Chinesa CETIC tem o direito de gerenciamento da hidrelétrica por 30 anos e vende energia para a estatal cambojana de energia elétrica.
Hidrelétrica da represa de Kamchay	Construção	538.320.222,50	2006	2012	Kampot (Sul/Sudoeste cambojano)	193 MW	A empresa estatal chinesa Sinohydro tem direito de gerenciamento da hidrelétrica por 44 anos e vende para a estatal cambojana de energia elétrica.
Estação hidrelétrica Kirirom III	Construção	56.205.599,86	2007	2013	Koh Kong (Sul/Sudoeste cambojano)	18 MW	A empresa chinesa CETIC tem direito de gerenciamento da estação hidrelétrica por 30 anos e vende energia para a estatal cambojana de energia elétrica.
Hidrelétrica Stung Tatay	Construção	518.759.374,58	2010	2014	Koh Kong (Sul/Sudoeste cambojano)	246 MW	A empresa chinesa National Heavy Machinery Corporation (CNHMC) tem direito de gerenciamento da hidrelétrica por 37 anos e vende energia para a estatal cambojana de energia elétrica.
Hidrelétrica Stung Russey Chrum	Construção	383.026.634,99	2010	2013	Koh Kong (Sul/Sudoeste cambojano)	338 MW	A empresa chinesa Huadian Kong Kong tem direito de gerenciamento da hidrelétrica por 30 anos e vende energia para a estatal cambojana de energia elétrica.
<u>Redes de transmissão</u>							
Rede Elétrica de Transmissão Rural	Construção	50.000.000,00	2009	2012	Srök Ch'eh Sén, Chey Saen, Preah Vihear	230 KW	Nomeado "Energia para Todos", o projeto previa duas estações de 115 KW cada.
Rede Elétrica de Transmissão Rural - Fase I	Construção	47.305.276,90	2012	2014	Kampong Cham, Prey Veng, Kampong Speu e Preah Sihanouk	22 KW	Possui 2.000 km de cabos de transmissão de energia e abastece 4 milhões de pessoas.
Rede Elétrica de Transmissão Rural - Fase II	Construção	7.244.255,70	2014	Não finalizado	Kampong Cham, Prey Veng, Kampong Speu e Preah Sihanouk	-	O projeto é a segunda fase do "Energia para todos".

Fonte: Elaborado pelo autor com base em AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance (2016, online).

Além do pagamento pelo financiamento das construções relacionadas à geração e distribuição de energia elétrica no Camboja, a China, recebe do governo cambojano o pagamento pela energia gerada nas hidrelétricas, uma vez que as empresas chinesas

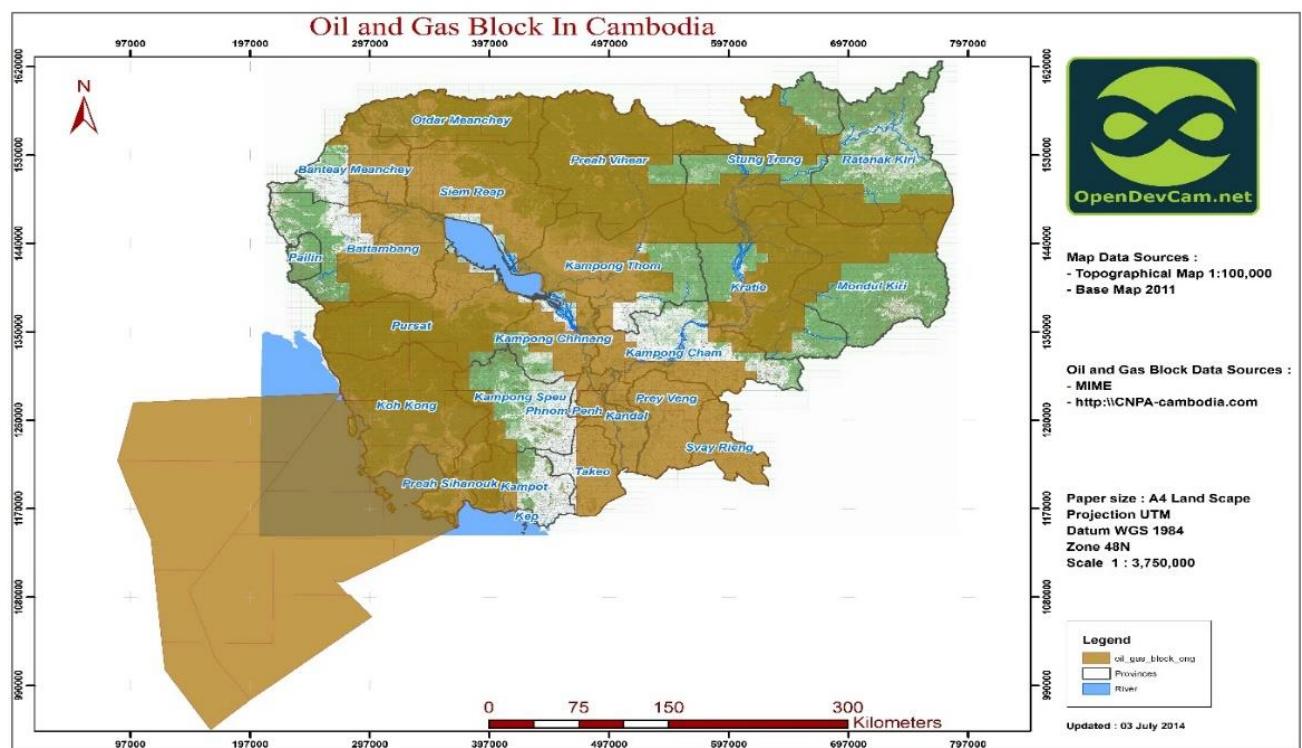
construtoras – estatais e privadas – permanecem gerenciando as hidrelétricas durante pelo menos 30 anos. Mesmo assim, o governo cambojano observa que o investimento chinês é mais vantajoso. Em 2012, o Camboja pediu à China que financiasse US\$ 600 milhões da linha ferroviária trans-ASEAN para o Vietnã, queixando-se de que um empréstimo proposto pelo Banco Asiático de Desenvolvimento era "complicado" - uma referência às condições ambientais do empréstimo e outras salvaguardas. Embora o investimento chinês não esteja livre de condições, as condições implícitas que Beijing atribui estão mais em consonância com os estreitos interesses econômicos e políticos da elite governante do Camboja (POST, 2012 apud CIORCIARI, 2014, p. 9).

Por fim, os investimentos em comunicação, indústria, mineração e construção compõem, ao todo, um custo total de US\$ 334,14 milhões para comunicação entre 2005 e 2007 (AID DATA, 2016, online) e US\$ 905,5 milhões para indústria, mineração e construção (AID DATA, 2016, online).

4.1.1.3 Energia

Embora o número de projetos da China no setor de energia petrolífera cambojana ainda não seja expressivo, em termos de valor financeiro, o único investimento adquire notoriedade. O território cambojano é um dos mais ricos em termos energéticos do Sudeste asiático. A entrada de investimentos chineses no país, ainda que não haja extração de petróleo e gás, representa os objetivos de Beijing quanto às políticas de abastecimento interno. A Figura 8 mostra a capacidade energética do território cambojano.

Figura 8 – O potencial energético cambojano – blocos de petróleo e gás.



Fonte: Open Development of Cambodia (2014).

Em 2007, o Camboja concedeu à empresa estatal China National Offshore Oil Company direitos exclusivos de exploração e produção de petróleo e gás para um dos seis blocos offshore identificados, além de dois dos outros cinco blocos a empresas intimamente ligadas à China. Em 2013, o governo chinês, por meio do Eximbank, assinou um empréstimo de US\$ 1,67 bilhão junto às empresas estatais Cambodian Petrochemical Company (Camboja) e a Sinopec (China) para a construção da primeira refinaria de petróleo do Camboja, cujo território abrange 80 hectares de terra entre as províncias de Preah Sihanouk e Kampot, no Sul do país. A extração está programada para iniciar em 2018 e não há informações da capacidade extrativa da refinaria, bem como da forma de pagamento deste investimento⁶⁷ (MA; YAP, 2013 apud CIORCIARI, 2014, p. 14).

⁶⁷ Como já visto neste trabalho, alguns dos investimentos chineses em blocos de petróleo e refinarias no exterior são pagos pelos governos locais por meio do próprio produto extraído e refinado, como é o caso da Angola.

4.1.2 Soft power cultural

Assim como os demais países da sub-região do Mekong, as relações culturais entre China e Camboja datam de séculos atrás por conta da proximidade geográfica entre os países. À vista disso, o desenvolvimento de ações de *soft power* cultural da China como instrumento de política externa no Camboja não são prioritárias para o governo de Beijing. Mesmo assim, as políticas da China no Camboja concentram-se, especialmente, na promoção da cultura e do ensino do mandarim, uma vez que cerca de 1% da população cambojana é de etnia chinesa.

4.1.2.1 Promoção do ensino do mandarim e da cultura chinesa

Por conta da proximidade cultural entre China e Camboja, a promoção da língua e da cultura chinesa já se faz presente pela própria população. Cerca de 1% da população cambojana têm raízes chinesas, o que não representa, de fato, grande porção da população total, mas é o suficiente para que, no país, haja diversas escolas particulares cuja língua principal é o mandarim, a fim de atender a essa minoria chinesa. Ainda assim, desde 2010, o governo de Beijing viu a necessidade de manter estas escolas em pleno funcionamento e, portanto, tem enviado voluntários para o Camboja com o propósito de ensinar mandarim em escolas chinesas. Entre 2010 e 2014, 468 voluntárias e voluntários foram enviados ao Camboja pelo Hanban e pelo Escritório do Conselho de Assuntos Chineses no Exterior⁶⁸.

Mesmo assim, por conta do forte laço diplomático entre os dois países, a China possui um Instituto Confúcio no Camboja. Inaugurado em 2009 na Academia Real do Camboja em Phnom Penh, o Instituto tem parceria com a Universidade Jiujiang (HANBAN, 2016, online) e, de acordo com o Instituto, busca estreitar as relações sino-cambojanas no âmbito econômico, linguístico, cultural e turístico (HANBAN, 2016, online). Além disso, em 2013, três salas de aula vinculadas ao Hanban foram inauguradas em outras instituições⁶⁹, as quais apenas uma não se situa na capital cambojana. A primeira é a escola de ensino médio Angkor, localizada na

⁶⁸ Em 2010, 38 pessoas para 20 escolas chinesas; em 2011, 58 pessoas, para 22 escolas; em 2012, 73 pessoas para 23 escolas; em 2013, 133 pessoas; em 2014, 166 pessoas para 24 escolas chinesas.

⁶⁹ As “*Confucius Classrooms*” fazem parte de um projeto do Hanban que visa os mesmos objetivos do Instituto Confúcio, entretanto, os Institutos Confúcio estão vinculados às universidades, já as “*Confucius Classrooms*” possuem maior flexibilidade e podem ser vinculadas às escolas de ensino básico, elementar e médio, além de outras instituições, como as de defesa, no caso cambojano.

província de Siem Reap, no norte do país. As demais ganham destaque por vincularem-se à 70^a Brigada do Camboja e à Academia de Política do Camboja, ambas em Phnom-Penh.

4.1.2.2 Intercâmbio acadêmico

Parte do *soft power* cultural chinês concentra-se na entrada de cambojanos em universidades chinesas e na produção acadêmica voltada para os assuntos relacionados à China que é incentivada a eles, além de treinamento de pessoal do governo cambojano na China. O crescimento econômico da China abriu oportunidades a acadêmicos que buscavam incentivos e grandes centros de estudo e, a vista disso, de 2008 a 2014, 385 cambojanas e cambojanos realizaram mobilidade acadêmica internacional para a China (AID DATA, 2016, online). Essa mobilidade deriva de acordos tripartite entre governo de Beijing que garante os custos destes acadêmicos, as universidades chinesas que fazem parte dos programas de mobilidade acadêmica internacional e do governo cambojano.

Na esfera governamental, o governo chinês propôs, em 2005, o treinamento de pessoas ligadas aos mais variados setores do governo cambojano. Naquele ano, 15 pessoas receberam bolsas de treinamento na China em diversas áreas⁷⁰ e, até 2012, mais 497 pessoas⁷¹ foram contempladas (AID DATA, 2016, online). Estes treinamentos não beneficiam apenas ao governo do Camboja, mas também representam os interesses de Beijing, uma vez que as pautas tratadas em cada área, a didática dos treinamentos e a escolha dos assuntos são deferidas pelo governo chinês, ou seja, seguindo os moldes de interesse da China.

⁷⁰ Os tópicos dos treinamentos foram: (2005) recursos hídricos, política monetária e financeira e supervisão bancária, políticas de transporte, planejamento e gestão de infraestrutura de transporte, operação e gestão de portos, planejamento e gestão de transporte hídrico; (2010) crises financeiras e recuperação econômica, indústria, agricultura, transporte, saúde, comunicação, infraestrutura, proteção ambiental, turismo, clima, água e segurança alimentar; (2011) gestão econômica, desenvolvimento agrícola, cooperação regional, empréstimos governamentais, geologia e recursos minerais, informação e comunicação, meteorologia, proteção ambiental e construção viária; (2012) sistemas de construção industrial, empoderamento feminino, coleta de dados comerciais, inspeção e desenvolvimento agrícola, gestão econômica, cooperação regional, empréstimos governamentais, geologia e recursos minerais, informação e comunicação, meteorologia e proteção ambiental, construção, serviços, comércio, administração aduaneira, prevenção e controle de doenças, gestão logística, desenvolvimento de recursos hídricos, cooperação policial e segurança alimentar.

⁷¹ Em 2010: 95 pessoas; em 2011: 206 pessoas, sendo duas destas contempladas com bolsas de mestrado; em 2012: 196 pessoas, sendo uma contemplada com bolsa de mestrado.

4.1.2.3 Turismo

Além do intercâmbio acadêmico e da promoção do mandarim e da cultura chinesa, a entrada de visitantes chineses não-residentes no Camboja representa importante fonte de receita para o país. Ainda que a entrada de cambojanos não-residentes em território chinês não corresponda a parcela significativa dos estrangeiros que visitam a China, o antigo império do meio é um forte atrativo para a população cambojana que procura viagens internacionais devido aos grandes centros urbanos cada vez mais desenvolvidos na China, como Guangzhou, no Sul da China, além de Shanghai e Beijing.

Mesmo assim, como pode ser observado na Tabela 13, o número de visitantes cambojanos não-residentes na China nunca apresentou decréscimo em relação ao ano anterior desde 2002. Em um encontro de cooperação do turismo em 2013, no Camboja, o governo cambojano, por meio de seu ministério do turismo e o governo da província de Guangdong, no Sul da China, acordaram em promover políticas de desenvolvimento do turismo entre os países. Segundo a vice-governadora de Guangdong, Zhao Yufang, dos quase 29 mil cambojanos e cambojanas que visitaram a China em 2012, 22 mil descolaram-se para a província sulista (CHINA NEWS SERVICE, 2013, online). Viu-se, então, a necessidade da implantação de políticas de promoção do turismo para que este número seguisse expressivo. A cooperação entre os dois governos envolve o setor turístico privado, que têm recebido, desde então, incentivos para a instalação de agências nos dois países.

Tabela 14 – Número de visitantes cambojanos não-residentes na China (2002 – 2014).

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nº de visitantes cambojanos	6.513	4.651	10.219	11.577	14.216	18.253	18.548	20.104	24.265	26.534	29.803	34.578	-

Fonte: Elaborada pelo autor com base em UNWTO (2008, p. 156; 2012, p. 138; 2016, p. 160).

No mesmo encontro, Zhao afirmou que 167 mil cidadãos de Guangdong, visitaram o Camboja em 2012, metade do total de chineses visitantes naquele ano. Segundo Pak Sokhom, ministro do turismo do Camboja, a China é o maior investidor no setor de turismo cambojano. Até 2013, 28 agências de turismo chinesas estavam instaladas no Camboja (CHINA NEWS

SERVICE, 2013, online). A Tabela 14 mostra que o fomento às políticas de incentivo ao turismo do Camboja e da China têm sido positivas.

Tabela 15 – Número de visitantes chineses não-residentes no Camboja (2002 – 2014).

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nº de visitantes chineses	54.045	38.664	46.325	59.153	80.540	118.417	129.626	128.210	177.636	247.197	333.894	463.123	560.335

Fonte: Elaborada pelo autor com base em UNWTO (2008, p. 141; 2012, p. 107; 2016, p. 134).

Desde 2002, o número de visitantes chineses não-residentes no Camboja apresentou decréscimo apenas em 2009 em relação à 2008 (queda de 1,09%). O aumento da entrada de turistas de outras nacionalidades não seguiu os mesmos passos da China, uma vez que é crescente a parcela representativa total de turistas chineses que entraram no Camboja. Em 2006, a China correspondia a 4,74% dos turistas no Camboja (UNWTO, 2008, p. 141), em 2010, este número subiu para 7,40% (UNWTO, 2012, p. 107) e, em 2014, 12,44% (UNWTO, 2016, p. 134).

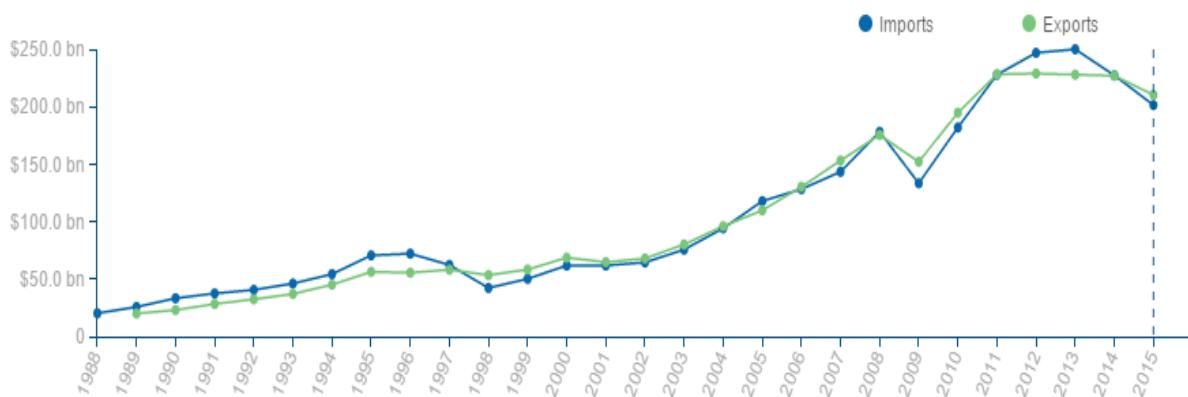
4.2 TAILÂNDIA

4.2.1 *Soft power* econômico

Dentre as unidades de observação deste estudo, os investimentos econômicos da China nos setores de agricultura, infraestrutura e energia são os de menor valor financeiro e concentram-se no desenvolvimento da infraestrutura tailandesa. A penetração de investimentos econômicos na Tailândia, país cujos laços econômicos e políticos são fortemente ligados aos Estados Unidos reflete em uma busca do governo de Beijing ao desenvolvimento de políticas para fazer valer sua força regional frente aos Estados Unidos no país. Ao todo, o governo chinês participou em pelo menos dez projetos no país (AID DATA, 2016, online). Em termos comerciais, a China é o maior mercado importador e exportador da Tailândia e, diferentemente das outras unidades de observação, a balança comercial sino-tailandesa é a que apresenta maior equilíbrio entre 2002 e 2015, como mostra a Figura 9. Observa-se, nesta figura, a simetria entre

as importações e exportações de China e Tailândia e, portanto, pressupõe-se a interdependência dos mercados.

Figura 9 – Balança comercial China – Tailândia (1998 – 2015).



Fonte: Department of Business Innovation and Skills - based on UN Comtrade data, 2016, online.

4.2.1.1 Agricultura

Em termos quantitativos, o número de projetos da China no setor agrícola tailandês é baixo. Até 2016, dois projetos foram realizados. No entanto, em termos qualitativos, estes projetos tiveram forte investimento financeiro chinês e nortearam o desenvolvimento do mercado de papel e celulose da Tailândia que, posteriormente, tornou-se o principal mercado importador da China. Apesar do primeiro acordo entre os governos tenha sido feito em 1997, o projeto do governo de Beijing no setor agrícola tailandês foi posto em prática apenas em 2002, quando a realocação de terras e os termos ambientais foram sanados.

Em 1997, os governos da China e da Tailândia assinaram um acordo de cooperação conjunta para o desenvolvimento de projetos na indústria do papel e celulose. O acordo previa o financiamento de 38 bilhões de Baht (aproximadamente US\$ 1,61 bilhão) pelo governo chinês, o que representava 51% do projeto, o restante coube à uma empresa privada tailandesa. A companhia foi responsável pela construção de uma fábrica de celulose cuja capacidade era de aproximadamente 700 mil toneladas de papel por ano e era abastecida eucaliptos de uma área concedida pelo governo tailandês correspondente a 32 mil hectares, dispersa pelo oeste e nordeste do país (AID DATA, 2016, online).

Em 2008, a exportação tailandesa de pasta de madeira e materiais celulósicos para a China alcançou US\$ 106,6 milhões, um aumento de 365% em relação a 2004 (UNCOMTRADE, 2016, online), ano em que a fábrica tailandesa começou a operar. Já exportação chinesa de papel e artigos manufaturados de celulose para a Tailândia passou a ser positiva em relação às importações a partir de 2006, com balanço negativo apenas em 2011 (UNCOMTRADE, 2016, online). Isso demonstra o benefício mútuo do acordo firmado em 1997 pelo governo de Beijing e pelo governo de Bangkok, o primeiro, credor, importador de matérias primas e exportador de manufaturados, o segundo, provedor de matéria prima.

O segundo acordo entre Tailândia e China, assinado em 2014, refere-se ao monitoramento geoespacial de áreas agrícolas tailandesas. O governo chinês concordou em fornecer tecnologia⁷² para a criação de um sistema de navegação por satélite para a prevenção de desastres naturais. Além disso, o acordo previa a modernização do parque tailandês de informação geoespacial.

4.2.1.2 Infraestrutura

Igualmente aos investimentos da China na agricultura tailandesa, o setor de infraestrutura do país recebeu poucos investimentos em termos quantitativos. No entanto, em termos qualitativos e financeiros, os projetos do governo de Beijing mostram-se significantes para a Tailândia, em especial, para o setor de transportes.

Já no início do mandato de Hu Jintao como presidente da RPC, em 2002, a governo chinês, por meio da estatal China Enterprise Investment Company (CSEIC), assinou um acordo de cooperação para o desenvolvimento de um depósito de potassa⁷³ no nordeste tailandês. O acordo previa o financiamento de 50% do projeto (cerca de US\$ 250 milhões) entre a estatal chinesa e uma empresa privada tailandesa. O projeto, contudo, só teve início na metade de 2015, com uma capacidade de extração de dois milhões de toneladas de potassa por ano (AID DATA, 2016, online).

Em 2008, o governo de Beijing propôs uma assistência financeira de US\$ 400 milhões à Tailândia para o desenvolvimento de rotas de transmissão de energia elétrica da Tailândia (AID

⁷² A tecnologia deste projeto referia-se, inicialmente, a implementação de veículos aéreos não tripulados. O governo chinês forneceu, posteriormente, outros materiais.

⁷³ Potassa é um químico e pode ser utilizado tanto para a fabricação de vidro (substituindo a soda), quanto para a fabricação de adubos. Essa variação ocorre de acordo com a utilização de fabricação química do produto.

DATA, 2016, online). No ano seguinte, ainda sob o governo Hu, a província chinesa de Yunnan anunciou um plano de investimento de ¥ 10 bilhões (cerca de US\$ 1,5 bilhão, de acordo com a cotação da época) nos setores de infraestrutura e turismo tailandês. Entre os projetos acordados entre o governo tailandês e a Yunnan estavam a criação de uma rota ferroviária e uma rodoviária entre Kunming, capital da província, e a Tailândia (AID DATA, 2016, online). O projeto, contudo, teve início apenas em 2015 e ainda não foi concluído. Naquele ano, o governo chinês doou 20 locomotivas à Tailândia, além de um plano de empréstimos de 100 bilhões de Baht (cerca de US\$ 2,815 bilhões) por meio do Banco da China para o início das obras (AID DATA, 2016, online).

4.2.1.3 Energia

Em 2010, a companhia estatal chinesa Shaanxi Yanchang Petroleum Group e o Ministério da Energia da Tailândia assinaram um acordo de exploração e refinação de petróleo e gás em quatro províncias do nordeste tailandês – Buriram, Maha Sarakham, Roi Et e Surin (AID DATA, 2016, online). De acordo com o Ministério, a estatal chinesa ficou responsável por 100% da exploração e refinação de petróleo e gás natural do bloco L31/50, um dos 29 blocos de exploração em terra da Tailândia e com uma área equivalente a 3.690km² (MINISTÉRIO DA ENERGIA, 2013, p. 39). Em termos comparativos, a China não tem se mostrado tão presente no mercado petrolífero tailandês quanto no Camboja ou nas unidades de observação da África deste estudo. Dos 64 blocos de petróleo e gás natural *onshore* e *offshore* da Tailândia, apenas um é de concessão chinesa.

4.2.2 Soft power cultural

A presença de uma grande comunidade chinesa na Tailândia é a evidência de séculos de interação entre os dois países. Os laços culturais entre eles são considerados os mais fortes entre os países do Sudeste asiático, e essa interação cultural se reflete profundamente nas relações bilaterais entre eles. Até 2009, aproximadamente 12% dos tailandeses identificavam-se como chineses-tailandeses e pelo menos 80% dos tailandeses tinham ancestrais chineses. Além disso, diversos chineses-tailandeses fazem parte do alto escalão econômico e político do país,

incluindo o Rei Bhumibol, morto em 2016, afirmava ter ancestrais chineses. A única instituição política da Tailândia que não era controlada por chineses-tailandeses era o Ministério da Defesa, dominado exclusivamente por representantes da população indígena do país (MCGIFFERT et al, 2009).

4.2.2.1 Promoção do ensino do mandarim e da cultura chinesa

Por conta da forte interação cultural com a China presente na sociedade tailandesa, o interesse no estudo da língua chinesa tem aumentado conforme as oportunidades têm surgido. O governo tailandês tem encorajado ativamente a promoção do estudo do mandarim e, atualmente, 14 Institutos Confúcio (ICs) estão em funcionamento no país, além de 11 *Confucius Classroom*⁷⁴, tornando a Tailândia o país com o sétimo maior número de ICs do mundo⁷⁵ e o segundo maior da Ásia, ao lado do Japão e atrás da Coréia do Sul, com 22 ICs (HANBAN, 2016, online).

Dentre os três países analisados neste capítulo, a Tailândia foi o primeiro país a receber um Instituto Confúcio, em 2006, dois anos após a criação da instituição e da inauguração do primeiro IC no mundo, em Seul, na Coréia do Sul. No mesmo ano, outros nove Institutos foram inaugurados em universidades tailandesas.

4.2.2.2 Intercâmbio acadêmico

O expressivo número de Institutos Confúcio, *Confucius Classroom* e fomento ao ensino da língua e da cultura chinesa resultaram, segundo dados do Conselho Chinês de Bolsas Estudantis, vinculado ao Ministério da Educação da China, em um significativo número de tailandeses estudando na China. De acordo com a organização, somente em 2011, os tailandeses

⁷⁴ Literalmente traduzido, as “Salas de aula Confúcio” têm, em tese, o mesmo papel que os Institutos Confúcio (ICs), no entanto, as *Confucius Classroom* estão não se instalaram em universidades, como os ICs, mas sim em escolas de ensino fundamental, ensino médio, dentre outros centros de ensino.

⁷⁵ Os países com o maior número de ICs do mundo são: Estados Unidos (109), Reino Unido (29), Alemanha (18), França (17), Rússia (17). A Austrália aparece empatada com 14 Institutos Confúcio.

e as tailandesas representaram a terceira maior nacionalidade de estrangeiros que estudaram na China naquele ano. Ao todo, foram 14.145 estudantes⁷⁶.

Desde 2002, estudantes advindos da Tailândia estão entre as dez maiores nacionalidades de estudantes estrangeiros em universidades chinesas. Ainda, o crescente número pode, dentre diversas variáveis, estar relacionado à promoção da cultura e da língua chinesa na Tailândia, além do crescimento econômico chinês, o que gera ao cada vez mais receita para diversos setores, dentre eles, o educacional. Na Tabela 15, observa-se que, desde 2007, o número de tailandeses e tailandesas em universidades chinesas não apresentou quedas, com a exceção de 2015 em relação ao ano anterior.

Tabela 16 – Número de estudantes tailandeses em mobilidade acadêmica internacional na China (2005 – 2015).

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Tailandeses em mobilidade acadêmica internacional na China	3.668	*	7.306	8.476	11.379	13.177	14.145	16.745	20.106	21.296	19.976

* Dado indisponível ou igual a zero.

Fonte: Elaborada pelo autor com base em China Scholarship Council (2016, online).

Tão positiva quanto a entrada de tailandeses na China, os chineses que ingressaram em universidades tailandesas têm papel significativo para o ambiente acadêmico do país. Mesmo que, comparativamente, o número de tailandeses na China seja maior do que o número de chineses na Tailândia, estes representam o maior grupo dentre os estudantes estrangeiros no país. Em um período de oito anos (2004 – 2011), o ingresso de acadêmicos chineses na Tailândia mostrou-se positivo em relação ao ano anterior. Na segunda década do século, entretanto, este número apresentou quedas constantes, conforme pode ser verificada na tabela abaixo.

⁷⁶ Segundo a entidade, em 2011, os cinco países que mais exportaram estudantes para a China são: Coréia do Sul (62.442), Estados Unidos (23.292), Japão (17.961), Tailândia (14.145) e Vietnã (13.340). Não há dados estatísticos de outros anos. Disponível em: <http://www.csc.edu.cn/studyinchina/newsdetailen.aspx?cid=122&id=1399>. Acesso em: 14 nov. 016.

Tabela 17 – Número de estudantes chineses em mobilidade acadêmica internacional na China (2002 – 2014).

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nº de estudantes chineses na Tailândia	950	*	1.186	1.193	1.624	2.708	4.220	7.310	9.005	9.340	8.454	*	4.340

* Valor não disponível ou igual a zero.

Fonte: Elaborada pelo autor com base em UNESCO (2016, online)

4.2.2.3 Turismo

Para a China, a entrada de turistas tailandeses não releva grande destaque quando se trata do número total de estrangeiros que chegam no país. Em média, os tailandeses corresponderam a 0,475% dos turistas entre os anos de 2002 – 2016. No entanto, desde 2005, mais de meio milhão de tailandeses escolheram a China como destino turístico, seja qual tenha sido o propósito – trabalho, lazer ou negócios. Ainda que tenha apresentado oscilações, como pode ser visto na Tabela 17, a China é o principal destino dos tailandeses que viajam para o exterior e, à vista disso, o *soft power* cultural chinês levou vantagem durante o período analisado.

Tabela 18 – Número de visitantes tailandeses não-residentes na China (2002 – 2013).

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nº de visitantes tailandeses	386.328	275.429	464.129	586.267	591.956	611.615	554.275	541.830	635.539	608.044	647.597	651.654

Fonte: Elaborada pelo autor com base em UNWTO (2008, p. 158; 2012, p. 139; 2016, p. 162).

Por sua vez, os chineses constituem importante fonte de receita para o setor turístico tailandês. Observa-se na Tabela 18 que o plano de investimentos da província de Yunnan, em 2009, tem resultado em um aumento gradual e significativo para o setor de turismo tailandês. Um ano após o anúncio do plano para o desenvolvimento da infraestrutura e do turismo tailandês, o número de turistas chineses não-residentes na Tailândia aumentou quase 40% em relação ao ano anterior, além disso, estes passaram a representar 7,10% de todos os turistas

estrangeiros em território tailandês. Ainda, no final do ano de 2014, mesmo com queda em relação ao ano anterior, os chineses correspondiam a 18,69% dos turistas, um aumento expressivo em relação ao ano de 2010.

Tabela 19 – Número de visitantes chineses não-residentes na Tailândia (2002 – 2014).

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nº de visitantes chineses	797.976	606.635	729.848	776.792	1.033.305	1.003.141	937.358	815.708	1.132.267	1.721.247	2.786.860	4.637.335	4.636.298

Fonte: Elaborada pelo autor com base em UNWTO (2008, p. 715; 2012, p. 800; 2016, p. 800).

4.3 VIETNÃ

4.3.1 *Soft power* econômico

Visto que as rivalidades históricas entre China e Vietnã ainda marcam as relações entre os dois países, a inclinação das políticas de *soft power* de Beijing inclinam-se para a esfera econômica, a partir de investimentos concentrados no setor de infraestrutura do país, em especial, na geração e no fornecimento de energia. Este setor, portanto, é o que move os projetos econômicos e políticos do governo chinês no país, uma vez que há baixa concentração de investimentos nos setores agrícola e energético. Comercialmente, a China tem sido o segundo maior mercado exportador vietnamita, atrás dos Estados Unidos, cujo valor comercial importado do Vietnã foi o dobro dos chineses, em 2015. Ainda assim, os produtos chineses são os principais em termos de importação vietnamita desde 2003 (UNCOMTRADE, 2016, online).

4.3.1.1 Agricultura

O setor agrícola do Vietnã é o terceiro de maior relevância para o país⁷⁷, sendo responsável por 18,1% do PIB de 2014, atrás da indústria (38,5%) e do setor de serviços (43,4%) (UNCOMTRADE, 2016, online). Portanto, mesmo que o setor seja responsável pela exportação de dois dos dez commodities mais exportados para a China (algodão e cereais) em 2014, em termos de investimentos, os chineses ainda não adotaram políticas que fomentem projetos na agricultura do Vietnã. Ainda assim, a China participa de grandes investimentos na construção de fábricas especializadas na produção de fertilizantes nitrogenados, usados como adubo para melhor aproveitamento da produção agrícola, contudo, estes projetos serão observados na seção de investimentos em infraestrutura deste estudo.

4.3.1.2 Infraestrutura

O setor de infraestrutura vietnamita foi o que mais recebeu investimentos chineses no país desde 2002. Ao todo, 15 projetos em indústria, mineração e construção (cinco), geração e distribuição de energia (seis) e transporte (quatro) foram concluídos ou estão em andamento no Vietnã.

Já no primeiro ano de mandato de Hu Jintao, em 2003, o governo chinês comprometeu-se em conceder um empréstimo de ¥ 530 milhões (US\$ 103,11 milhões) para o governo vietnamita, cuja finalidade era a modernização dos sinais e do sistema de informação ferroviário do país. No entanto, por problemas em licitações⁷⁸, o projeto foi iniciado apenas em 2011 e concluído em 2013 (AID DATA, 2016, online). Em 2004, a estatal vietnamita de construção de navios Vinashin teve acesso a um empréstimo de US\$ 99,8 milhões para o desenvolvimento e a construção de um estaleiro no centro-leste do Vietnã. O empréstimo foi concedido pela empresa estatal chinesa Yunnan Machinery Import & Export (YMIEC) e pelo Eximbank da China, sendo este responsável por 5% do empréstimo e aquele, pelo restante. Concluído em 2008, o estaleiro tem capacidade de construção de navios de até 300 mil toneladas.

⁷⁷ No agregado dos anos 2005, 2010 e 2014 computados pelo banco de dados da ONU, o setor agrícola vietnamita aparece como terceira fonte do PIB nacional. Em 2005: 21% agricultura, 41,5% indústria e 37,5% serviços. Em 2010, 18,9% agricultura, 38,2% indústria e 42,9% serviços.

⁷⁸ A empresa chinesa China Railway Shisiju Group Corporation, subsidiária da China Railway Construction Corporation Ltd. ganhou a licitação em 2009.

Nos dois anos seguintes, acordos entre o governo de Beijing e o de Hanoi possibilitaram o desenvolvimento de mais dois projetos no setor de transportes, cujo valor total foi de US\$ 355,55 milhões. O primeiro, acordado em 2005 entre as duas partes, estava relacionado à construção de uma linha ferroviária de 12 estações, cobrindo 13,04 km. O projeto, instalado em Hanoi, teve início em 2011, uma vez que a empresa chinesa construtora do projeto inicial abandonou o projeto, e ainda não foi concluído (AID DATA, 2016, online). O segundo, assinado em 2006, teve sua primeira fase iniciada em 2009. O projeto envolvia a construção de 1.150 km fibras ópticas e 1.577 km de cabos coaxial (AID DATA, 2016, online)⁷⁹ entre as cidades de Vinh e Ho Chi Minh. Além disso, o acordo previa a doação de painéis de controle, câmeras de segurança e computadores para as 54 estações da linha ferroviária (AID DATA, 2016, online).

Para os setores de indústria, mineração e construção, o governo chinês, por meio do Eximbank e do Banco de Desenvolvimento da China, acumulou um gasto total de US\$ 1,770 bilhão entre os anos de 2003 e 2011. Dentre os projetos desenvolvidos pela China e pelo governo vietnamita, o primeiro, em 2003, está relacionado à extração de uma mina de cobre na província de Lao Cai, na fronteira com a China. A mina, inaugurada em 2006, tem capacidade de extração de 1,2 milhão de toneladas de minério de cobre por ano, além disso, as empresas detentoras dos direitos de extração – CNMIC, da China e Vinacomin, do Vietnã – extraem do local quantidades significativas de minério de ferro, ácido sulfúrico, minério de pirita e ouro. O custo total do projeto, financiado pelo Eximbank, foi pouco mais de US\$ 65 milhões (AID DATA, 2016, online).

Em 2006 e 2007, o governo chinês financiou a construção e a ampliação de usinas de fertilizantes nitrogenados na província de Ninh Binh. Em 2006, a China doou a quantia de US\$ 45,93 milhões para a ampliação da usina de fertilizantes agrícolas nitrogenados de Ha Bac. O custo da doação representa pouco mais de 12% do valor total da ampliação, o restante foi financiado pelo Banco de Desenvolvimento do Vietnã e por outros bancos privados, mesmo assim, a doação garantiu, em 2010, à estatal chinesa China National Machinery Import-Export Equipment Company direitos de participação na usina, juntamente a demais empresas (AID DATA, 2016, online).

No segundo projeto, em 2007, o governo chinês financiou, por meio do Eximbank, cerca de US\$ 376,71 milhões para a construção de uma usina de fertilizantes nitrogenados. O projeto fez parte de uma parceria público-privado entre empresas privadas da China e a estatal

⁷⁹ O cabo coaxial é um cabo condutor usado para a transmissão de áudio e vídeo.

vietnamita Vinachem e coube às empresas estrangeiras as atividades relacionadas a transferência de tecnologia, fornecimento e instalação de maquinário, treinamento de pessoal e apoio operacional por tempo indeterminado. A fábrica, cuja operação iniciou em 2012, tinha como objetivo o fornecimento de fertilizantes para o mercado interno vietnamita, abastecendo-o com cerca de 560 mil toneladas por ano (AID DATA, 2016, online).

Em 2011, o governo de Beijing concedeu dois empréstimos para: (I) a construção de casas populares em todo o país; e (II) a construção de uma metalúrgica na província de Tanh Hoa. O primeiro projeto, cujo custo total foi de US\$ 1,2 bilhão, foi acordado entre o Banco de Desenvolvimento da China e o Ministério de Construções e previa a construção de casas e apartamentos populares para a população de baixa renda vietnamita capaz de atender a 64 mil pessoas (AID DATA, 2016, online). O segundo projeto faz parte de um empréstimo do Eximbank da China no valor de US\$ 38,13 milhões para a construção de uma metalúrgica na província de Tanh Hoa, cuja capacidade de produção foi estimada em 9,2 milhões de toneladas de ferro por ano em 2015 (AID DATA, 2016, online).

Por fim, os investimentos da China na geração e no fornecimento de energia concentram-se na construção de usinas termelétricas a carvão. Ao todo, o governo chinês, por meio de seus bancos estatais, participou da construção de seis termelétricas entre 2002 e 2015. Nestes projetos, o governo chinês participou integral ou parcialmente por meio de pelo menos sete bancos estatais, além disso, cinco empresas privadas da China e duas estatais do Vietnã participaram dos projetos. Em termos financeiros, os bancos chineses concederam US\$ 2,361 bilhões na construção e ampliação dessas usinas, cuja capacidade total, após concluídas, é de mais de 2.000 MW, fornecidos para todo o país (AID DATA, 2016, online).

4.3.1.3 Energia

Dentre as três unidades de observação deste estudo, o Vietnã é o único país a não receber investimentos da China no setor petrolífero e de gás natural entre 2002 e 2016. Em contrapartida, a construção de termelétricas de carvão mineral em províncias do norte do Vietnã possibilita a migração energética do Vietnã para a China em casos emergenciais. Além disso, a falta de interesse por parte dos chineses no setor petrolífero e de gás natural do Vietnã tem sido adotada desde o início do período avaliado neste estudo e, não se sabe ao certo a quem esta falta de interesse está relacionada – se à vontade dos chineses ou à negativa vietnamita. No entanto,

incorreto afirmar que não há debate sino-vietnamita acerca dos recursos energéticos na região. China e Vietnã participaram, juntamente com as Filipinas, em 2000, em explorações conjuntas nas jazidas de petróleo *off-shore* nas litigiosas águas do mar da China Meridional (VISENTINI, 2008, p. 150).

4.3.2 *Soft power cultural*

China e Vietnã são países vizinhos com fortes laços históricos e culturais. As disputas territoriais em uma fronteira de 1.281 km entre os dois países ainda se fazem presente quando se trata das relações culturais entre chineses e vietnamitas (SAM, 2007). Ainda assim, o número de cidadãos vietnamitas com descendência chinesa é o suficiente para que o governo chinês fomente a promoção da cultura chinesa no país. Além disso, China e Vietnã possuem relações diplomáticas oficiais há apenas 25 anos e, para isso, o governo chinês buscou o desenvolvimento de políticas culturais, especialmente no que tange à promoção do turismo entre os países, uma vez que acesso de chineses e vietnamitas aos seus vizinhos era, até o início do século XXI dificultado por conta da rivalidade territorial entre os países.

4.3.2.1 Promoção do ensino do mandarim e da cultura chinesa

Ainda que a promoção do ensino do mandarim e da cultura chinesa no Vietnã pelo governo chinês tenha iniciado anteriormente em comparação às demais unidades de observação deste estudo, ainda se vê pouca efetividade e quantidade de projetos neste setor. Atualmente, o Vietnã possui apenas um Instituto Confúcio, localizado na Universidade de Hanoi, na capital vietnamita.

Desde 2002, os dois países assinaram diversos acordos de cooperação cultural, como o Acordo de Cooperação Cultural China-Vietnã, o qual busca encorajar intercâmbios e cooperações em áreas como artes e literatura, esportes, jornalismo, áudio visual, cinema, biblioteconomia e museus (SAM, 2007, p. 68). No ano seguinte, o governo chinês ofereceu mais de US\$ 18 milhões (cotação da época) para a construção do Palácio Cultural Vietnã-China, na capital Hanoi. O Palácio tem sido palco de diversos eventos culturais de ambos países (AID DATA, 2016, online).

4.3.2.2 Intercâmbio acadêmico

Em educação, Vietnã e China têm assinado diversos acordos com o propósito de aumentar a oferta de intercâmbio acadêmico entre as universidades. Somente em 2004, 4.382 estudantes vietnamitas receberam bolsas de estudo na China, tornando-os o quarto maior grupo de estudantes estrangeiros na China naquele ano, atrás apenas de sul-coreanos, japoneses e americanos (SAM, 2007, p. 71).

Em 2005, o Ministério da Educação do Vietnã e da China assinaram um acordo de cooperação acadêmica que passava a conceder 130 bolsas de estudo por ano⁸⁰ a acadêmicos de graduação e pós-graduação do Vietnã (AID DATA, 2016, online). Em contrapartida, o Vietnã ofereceu cerca de 15 bolsas de estudo por ano a estudantes chineses que de desejarem ingressar em universidades vietnamitas. Até 2007, mais de 30 universidades do Vietnã e 40 universidades chinesas participavam deste acordo (SAM, 2007, p. 71).

A cooperação acadêmica entre os dois países é facilitada uma vez que ambos são governados por partidos comunistas. Prova disso, são os diversos *workshops* de pesquisa teórica relacionadas ao sistema político e econômico de China e Vietnã. Em 2003, Beijing foi sede do “Socialismo e Economia de Mercado” e, no ano seguinte, Hanoi sediou “Construindo um Partido no Poder”. A cooperação acadêmica nas áreas das ciências sociais e humanas resultou em acordos de cooperação entre a Academia Vietnamita de Ciências Sociais e a Academia Chinesa de Ciências sociais, além de diversos institutos de Guangdong, Guangxi, Sichuan, Shanxi e Shanghai. Estes acordos têm permitido, além do intercâmbio de projetos e estudos, centenas de pesquisadores de ambos países a completarem pesquisas de campo (SAM, 2007, p. 72).

4.3.2.3 Turismo

Além do comércio, dos investimentos diretos e do avanço nas políticas relacionadas ao intercâmbio acadêmico e cultural, o turismo entre China e Vietnã também apresenta rápido crescimento. O fato destes países serem vizinhos têm favorecido o turismo entre eles, são 1281km de fronteira terrestre.

⁸⁰ Até 2015, 1300 acadêmicos foram contemplados somente por este acordo.

Desde a retomada das relações diplomáticas entre os dois países, em 1991, a entrada de chineses para o Vietnã, que era de dez mil (SAM, 2007, p. 67), aumentou em quase 200 vezes até o último relatório da Organização Mundial do Turismo, vinculada à ONU, em 2016. A Tabela 19 apresenta o número de visitantes chineses não-residentes no Vietnã entre os anos de 2002 e 2014.

Tabela 20 – Número de visitantes chineses não-residentes no Vietnã (2002 – 2014).

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nº de visitantes chineses	724.385	693.423	778.431	752.576	516.286	574.600	643.300	518.900	905.400	1.416.800	1.248.693	1.907.794	1.947.236

Fonte: Elaborada pelo autor com base em UNWTO (2008; 2012; 2016. p. 856; 789; 879).

Observa-se, a partir da análise da Tabela 19, que a entrada de chineses no Vietnã era muito variante entre os anos de 2002 e 2009, prova de uma ausência de políticas públicas dos dois países no que tange ao fomento do turismo, ainda assim, em 2006, os chineses representavam quase 15% (UNWTO, 2012, p. 789) dos estrangeiros que visitavam o Vietnã. Em 2009, os governos do Vietnã e da China acordaram em promover discussões de cooperação e desenvolvimento do turismo entre os dois países. Como exemplo disso, no mesmo ano, a necessidade de visto vietnamita para chineses foi revogada quando o propósito da viagem era o turismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016, online). Já no ano seguinte, o número de chineses que visitaram o país vizinho aumentou em 74,48% e os chineses passaram a compor 17.93% (UNWTO, 2012, p. 789). Desde então, o número de visitantes nunca foi menor do que um milhão por ano, apresentando queda apenas no ano de 2012, em relação ao ano de 2011. No último ano avaliado – 2014 –, os turistas chineses passaram a representar 24,73% de todos os visitantes estrangeiros que chegaram no Vietnã.

No sentido inverso, a entrada de vietnamitas não-residentes na China mostrou-se, em geral, positiva ao longo de 11 anos e, entre 2003 e 2013, não apresentou quedas, como mostra a Tabela 20. Apesar de não significar uma porcentagem alta em relação ao número total de visitantes, os vietnamitas representam grande importância para o turismo do sul da China, em especial, para as províncias de Yunnan, Guangxi e Guangdong, uma vez que o acesso via rodovias é uma alternativa financeiramente mais econômica para os vietnamitas.

Tabela 21 – Número de visitantes vietnamitas não-residentes na China (2002 – 2013).

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nº de visitantes vietnamitas	143.499	130.412	169.742	201.106	333.819	653.932	743.521	828.630	919.991	1.006.468	1.137.165	1.365.402

Fonte: Elaborada pelo autor com base em UNWTO (2008; 2012; 2016. p. 158; 139; 162).

4.4 RESULTADOS

4.4.1 Organização das Nações Unidas

Dentre as unidades de observação deste trabalho – Camboja, Tailândia e Vietnã – apenas o Vietnã foi eleito membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas no período 2002 a 2016. Mesmo assim, o Camboja demonstrou ser um parceiro de destaque para a China em âmbito regional, quando em 2005, retirou o apoio à candidatura do Japão para um assento permanente no CSNU (STOREY, 2011 apud CIORCIARI, 2014, p. 18), candidatura essa que representava uma ameaça aos interesses da China no Conselho e na região, uma vez que o governo de Beijing não vê vantagens em outra potência política atuando na Ásia por meio do CSNU.

Eleito em 2007, o Vietnã atuou como membro não-permanente do CSNU no biênio 2008 – 2009 e, das 113 resoluções discutidas pelo Conselho, em apenas uma oportunidade o país foi contrário à posição chinesa. Em 2009, em uma resolução requerida pela Uganda, o CSNU decidiu por sancionar a Eritréia por conta do apoio do país às forças reacionárias na Somália e à recusa do país em retirar as tropas da fronteira com o Djibuti. A posição chinesa foi de abstenção, afirmando que as sanções não fomentariam o diálogo pacífico. Mesmo que Tailândia e Camboja não tenham participado do CSNU no período analisado, a importância destes países se dá na esfera regional, com apoio – principalmente cambojano – em questões na ASEAN e relativas ao Mar Sul da China.

4.4.2 One-China Policy e o isolamento de Taiwan

Em termos de apoio à *One China Policy*, o Camboja demonstra reciprocidade com apoio diplomático e político. Desde 1997, o CPP (partido governante no país) tem apoiado resolutamente a política de uma China, recusando inúmeros pedidos taiwaneses para reabrir um escritório de representação. Em 2010, Hun Sen advertiu as autoridades cambojanas subnacionais de que qualquer governador provincial que içasse a bandeira taiwanesa seria imediatamente demitido (MENG, 2010 apud CIORCIARI, 2014, p. 17). As declarações oficiais da China e do Camboja e os relatórios da mídia estatal sobre os novos pacotes de ajuda da China referem-se consistentemente à aderência contínua do Camboja à política de uma China. Dentre as unidades de observação deste trabalho, o Camboja é o único país que não possui relações – sejam formais ou informais – com Taiwan.

Além do Camboja, a Tailândia também tem aceito a política de isolar Taiwan. Desde 2004, a capital tailandesa recebeu dois encontros de organizações pró-China. Estes encontros – intitulados “Congregação Chinesa Anti-Independência de Taiwan – debatem acerca das vantagens políticas e econômicas da unificação chinesa, ou seja, da *One-China Policy* (KURLANTZICK, 2007, p. 145). De forma a estabelecer uma relação de ganho mútuo (também conhecida como *win-win cooperation*), as relações político-econômicas sino-tailandesas estabeleceram-se a partir da troca de investimentos financeiros e apoio político. Dessa forma, o governo da Tailândia tem apoiado a China em relação à tentativa de independência de Taiwan, criticando a posição do governo taiwanês (ROY, 2005, p. 312).

Em relação ao Vietnã, a abordagem sino-vietnamita em torno da questão taiwanesa é mais complexa do que nas demais unidades de observação. Para a China, a importância da busca por uma posição vietnamita pró-Beijing baseia-se na harmonização da região visto que essa pode vir a ser uma futura fonte energética para o país. De acordo com Jornada (et al, 2008, p. 24),

A exemplo do que ocorre no Golfo de Beibu – onde a normalização das relações com o Vietnã permitiu a exploração de gás natural – o PCC aposta que a resolução dos litígios do mar do Sul da China (envolvendo China, Malásia, Vietnã, Brunei, Filipinas e Taiwan) poderia potencializar a produção de petróleo e gás nos arquipélagos da região (Sretley, Natuna, Paracel).

Em suma, uma posição do governo vietnamita pró-Beijing é essencial para o isolamento de Taiwan nessa questão, além de representar um avanço quanto a política chinesa envolvendo

o Mar Sul da China. No entanto, devido a aspectos de conflitos históricos, o Vietnã ainda adota, em certa medida, uma perspectiva contrária aos interesses de Beijing – em isolar Taiwan regionalmente –, uma vez que os taiwaneses representam, ainda que em queda, grande volume de capital investido no Vietnã. Mesmo assim, a percepção de que os dois países são rivais, não corresponde à realidade. As divergências são pontuais, enquanto a convergência é sistêmica e estrutural (JORNADA et al, 2008, p. 153), portanto, é possível estabelecer uma perspectiva positiva para Beijing quanto a adesão do Vietnã à *One-China Policy*.

Em termos regionais, a ASEAN é publicamente a favor a *One-China Policy*. Em 2006, durante a Cúpula ASEAN-China, em Nanning, os chefes de Estado membros da ASEAN reiteraram – com unanimidade – o compromisso do bloco para com a *One-China Policy*, além de reafirmar a importância da economia do governo de Beijing para o Sudeste asiático (SONGNAVONG, 2007).

4.4.3 Abastecimento interno

No que tange ao abastecimento interno da China, o Sudeste asiático tem mostrado ser um mercado exportador de produtos fundamentais para a manufatura e exportação dos eletrônicos chineses. Dentre as unidades de observação, Vietnã (OEC, 2016, online) e Tailândia (OEC, 2016, online) têm como um dos principais commodities exportados para a China produtos eletrônicos de base, como circuitos elétricos para computadores, peças para aparelhos celulares e demais maquinários elétricos. Da mesma forma, os maquinários exportados pela China para o Sudeste asiático e para o resto do mundo caracterizam-se por serem produtos finais, como computadores, máquinas industriais e pequenos eletrônicos. Mesmo que, comparativamente, o valor financeiro das exportações da China para a Tailândia e para o Vietnã seja muito maior do que as exportações desses países para a China, a exportação dos produtos eletrônicos corresponde a grande parte da receita destes países. De acordo com os dados disponíveis no *Observatory of Economics Complexity* (2014), é possível inferir que as exportações de máquinas das duas unidades de observação para a China correspondem a, em média⁸¹, 1,41% dos produtos manufaturados exportados pela China.

⁸¹ A média refere-se a soma das exportações deste commodity pela Tailândia e pelo Vietnã em relação às exportações chinesas dos mesmos produtos no período analisado (2002 – 2014).

Em suma, Tailândia, Vietnã e China têm economias complementares e ocupam posições muito distintas na cadeia global de produção. Os componentes exportados pela Tailândia e pelo Vietnã, juntamente com outros produtos de baixo valor agregado, são muitas vezes produzidos por investidores estrangeiros e, posteriormente, exportados para a China para montagem, manufatura e reexportação, ou seja, Tailândia e Vietnã importam os mesmos produtos manufaturados relativamente baratos que a China exporta para o mundo todo (MITCHELL; HARDING, 2009, p. 79).

Quanto ao Camboja, suas exportações para a China não correspondem a valores significativamente altos, mesmo assim, são reflexos do *soft power* econômico como instrumento de política externa dos chineses. De acordo com o *Observatory of Economics Complexity* (2014), em 2002, as exportações de produtos têxteis para a China correspondiam a US\$ 1,17 milhão, após a entrada de investimentos chineses significativos na indústria têxtil, como já mencionado neste trabalho, as exportações do Camboja para a China alcançaram o valor de US\$ 157 milhões, em 2014.

Assim como no capítulo anterior, a fim de estabelecer o nível da intensidade do *soft power* econômico e do *soft power* cultural da China nas unidades de observação em relação ao caso deste capítulo – Sudeste asiático – este estudo classifica essa intensidade em: (I) muito baixa; (II) baixa; (III) média; (IV) alta; e (V) muito alta. Essa classificação pretende dar um valor qualitativo ao *soft power* econômico da China nas unidades de observação a partir da análise de seus instrumentos operacionalizados (agricultura, infraestrutura e energia). Da mesma forma, para o *soft power* cultural, neste capítulo, propõe-se avaliar a intensidade da promoção da língua e da cultura chinesa, do intercâmbio acadêmico e do turismo por meio deste mesmo dado qualitativo.

Os instrumentos de avaliação de intensidade de *soft power* econômico e cultural deste capítulo são os mesmos utilizados para a classificação da intensidade do continente africano. Para o avaliar *soft power* econômico nas unidades de observação em relação ao Sudeste asiático, orienta-se da seguinte forma: 1º) soma dos investimentos da China nas unidades de observação em agricultura, geração e fornecimento de energia, comunicação, indústria, mineração e construção, transporte, saneamento e fornecimento de água no período 2002 – 2016; 2º) soma dos investimentos totais da China no Sudeste asiático nos mesmos setores acima destacados no período 2002 – 2016; 3º) média aritmética do valor total dos investimentos na região, ou seja, a divisão do valor total dos investimentos pelo número de países no Sudeste asiático; 4º) classificação dos dados qualitativos a partir de comparação da média aritmética e do valor total

do investimento em *soft power* econômico nas unidades de observação. Assim, observa-se na Tabela 21 a relação de valores do *soft power* econômico da China no Sudeste asiático e nas unidades de observação.

Tabela 22 – Relação de valores totais e média aritmética do *soft power* econômico da China no Sudeste asiático e nas unidades de observação.

<i>Soft Power</i> Econômico	Sudeste asiático		Camboja	Tailândia	Vietnã
	Valor total (US\$**)	Média aritmética*	Valor total (US\$)	Valor total (US\$)	Valor total (US\$)
Agricultura/Infraestrutura/Energia	32.373.863.705,03	2.943.078.518,64	7.861.613.742,70	3.352.854.149,99	5.082.774.446,87

* A média aritmética do Sudeste asiático é feita a partir do número de países da região. Ao todo, são 11 (Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Singapura, Tailândia, Timor-Leste e Vietnã). ** Para dar maior paridade aos valores financeiros, todos os investimentos foram convertidos para a cotação do dólar americano de 2009, uma vez que é nesta cotação que a maioria dos investimentos estão apresentados nas fontes deste estudo.

Fonte: Elaborada pelo autor com base em AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance (2016, online).

Para a classificação da intensidade do *soft power* cultural nas unidades de observação, este estudo optou por avaliações distintas para cada elemento de análise devido às peculiaridades destes elementos. No que tange à promoção do ensino do mandarim e da cultura chinesa: (I) soma dos Institutos Confúcio e das *Confucius Classrooms* de cada unidade de observação; (II) soma dos Institutos Confúcio e das *Confucius Classrooms* do Sudeste asiático; (III) média aritmética do número de ICs e de *Confucius Classrooms* da região, ou seja, a divisão da quantidade total pelo número de países do Sudeste asiático. (IV) classificação dos dados qualitativos a partir de comparação da média aritmética e do número total de ICs e de *Confucius Classrooms* nas unidades de observação.

No tocante ao intercâmbio acadêmico, utilizou-se os valores apresentados nas respectivas seções das unidades de observação e os valores disponibilizados pelo banco de dados da UNESCO, uma vez que não há uma regularidade por parte do governo chinês quanto a divulgação de dados estatísticos. Mesmo que, de acordo com a UNESCO, o número de estudantes em mobilidade acadêmica internacional seja menor do que os números apresentados pelo governo da China, há maior divulgação por parte da entidade internacional.

A respeito do turismo, este estudo avaliou a entrada de chineses nas unidades de observação, bem como nos demais países do Sudeste asiático entre 2002 e 2016. Ainda, levou-se em conta a entrada de turistas advindos das unidades de observação e dos demais países do

Sudeste asiático. À vista disso, classificou-se qualitativamente ambos os casos e, posteriormente, avaliou-se o turismo baseado na média entre estas duas classificações. Assim, observa-se na Tabela 22 a relação de valores do *soft power* cultural da China nas unidades de observação, bem como no Sudeste asiático.

Tabela 23 – Relação de valores totais e média aritmética do *soft power* cultural da China no Sudeste asiático e nas unidades de observação.

Soft power Cultural	Sudeste asiático				Camboja		Tailândia		Vietnã			
	Instituto Confúcio (IC)	Confucius Classroom (CC)	IC	CC	IC	CC	IC	CC	IC	CC		
Promoção ensino do mandarim e da cultura chinesa	Total	Total	Total				Total Geral					
	30	18	1	3	14	11	1	0				
	Total Geral				Total Geral				1			
	48				4		25					
	Média Geral											
	4,36											
Turismo	Sudeste asiático → China		China → Sudeste asiático		Camboja → China	China → Camboja	Tailândia → China	China → Tailândia	Vietnã → China	China → Vietnã		
	Total	Média	Total	Média	Total							
	53.441.119	4.858.283,54	92.483.589	8.407.589	219.261	2.437.165	6.554.660	21.275.612	7.633.687	12.807.824		
	Total geral / média geral				Total Geral							
	145.924.708 / 6.632.936,27				2.656.426		27.820.272		20.441.511			
Intercâmbio acadêmico	Sudeste asiático → China		China → Sudeste asiático		Camboja → China	China → Camboja	Tailândia → China	China → Tailândia	Vietnã → China	China → Vietnã		
	Total	Média	Total	Média	Total							
	146.797	13.345,18	139.383	12.671	897	20	136.455	50.107	5.942	3.514		
	Total geral / média geral				Total Geral							
286.180 / 13.008,1				917		186.562		9.456				

As médias gerais são as médias aritméticas, cujo valor é extraído da divisão do valor total pelo número de países da região. A média geral é a soma das médias aritméticas dividido por dois. O total geral refere-se a soma dos valores disponíveis para cada item em cada país. Em "promoção do ensino da língua e da cultura chinesa", por exemplo, o total geral para o Camboja, é a soma de ICs e CCs.

Fonte: Elaborada pelo autor.

À vista dos dados apresentados nas Tabelas 21 e 22, este trabalho estabelece um valor qualitativo para o nível da intensidade de cada variável independente nas unidades de observação e no caso analisado. Àquele valor que se apresentar como muito acima da média (em torno de duas vezes maior), classifica-se como **intensidade muito alta**. Àquele valor que se apresentar como acima da média (mais do que $\frac{1}{4}$ da média), classifica-se como de **intensidade alta**. Para os valores que estiverem até $\frac{1}{4}$ acima ou abaixo da média, classifica-se como de **intensidade média**. Os valores que se mostrarem abaixo da média (menos do que $\frac{1}{4}$ da média), classificam-se como de **intensidade baixa**. Àqueles valores que se apresentarem como muito abaixo da média (em torno de duas vezes menos), classifica-se como de **intensidade muito baixa**. Portanto, o Quadro 19 apresenta a intensidade das variáveis independentes das unidades de observação deste capítulo – Camboja, Tailândia e Vietnã – em comparação à própria região que pertencem, neste caso, o Sudeste asiático.

Quadro 19 – Intensidade das variáveis independentes nas unidades de observação em comparação ao Sudeste asiático.

Variáveis	Elementos de Análise	Caso	Unidades de Observação	Resultado observado (unidades de observação)	Resultado observado (caso)
Comparada com a média da região	Soft Power Econômico	Agricultura/Infraestrutura/Energia	(2) Sudeste asiático	(4) Camboja	Muito alta
				(5) Tailândia	Média
				(6) Vietnã	Muito alta
	Soft Power Cultural	Promoção da língua e da cultura chinesa/Intercâmbio acadêmico/Turismo		(4) Camboja	Muito baixa
				(5) Tailândia	Muito alta
				(6) Vietnã	Baixa

Assim como no capítulo dois, para a classificação do nível de intensidade do *soft power* cultural nas unidades de observação, analisa-se as classificações da seguinte forma: muito alta (+2); alta (+1); média (0); baixa (-1); muito baixa (-2). Quando uma unidade de observação apresenta elementos distintos, traduz-se o nível de intensidade pela sua forma numérica e equaciona-se para chegar ao resultado final do nível de intensidade. Por exemplo: o Camboja possui intensidade muito baixa (-2) quando se trata de promoção do ensino do mandarim e da cultura chinesa, intensidade muito baixa (-2) quando se trata do intercâmbio acadêmico e muito baixa (-2) quando se trata do turismo, portanto: $-2 + (-2) + (-2) = -6$ (intensidade muito baixa). Para definir o nível de intensidade do caso avaliado, equaciona-se os valores qualitativos da mesma forma, assim, para o *soft power* cultural, com intensidades muito baixa (-2), muito alta (+2) e baixa (-1): $-2 + 2 - 1 = -1$ (baixa).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como exposto na introdução deste capítulo, as políticas de *soft power* cultural da China não se fazem tão necessárias quanto na África, uma vez que os laços históricos, culturais e étnicos entre a China e os países do Sudeste asiático são muito fortes, por isso, observa-se no

Quadro X uma baixa intensidade de *soft power* cultural no Sudeste asiático. Todavia, a penetração da China por meio de seu *soft power* econômico mostra-se positiva no período 2002 – 2016, visto que o governo chinês procura se consolidar como na região e garantir o apoio destes países em questões políticas na esfera regional e global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste trabalho iniciam-se a partir da apresentação dos principais obstáculos confrontados durante a realização deste estudo. Em seguida, expõem-se sugestões para futuras pesquisas e, por fim, apontam-se as principais inferências atingidas a partir das observações e análises realizadas ao longo deste estudo.

Referente aos principais obstáculos confrontados, destaca-se que a maior dificuldade durante a realização deste trabalho refere-se a sua delimitação quanto ao número de páginas, ou seja, sua extensão. À vista disso, alguns instrumentos de análise de *soft power* tiveram que ser ignorados no decorrer do trabalho a fim de elaborá-lo o mais próximo possível das normas estabelecidas, exemplos disso são o elemento de opinião sobre a China dos indivíduos residentes nas unidades de observação e o perdão de dívidas de cada caso. Estes instrumentos possibilitariam, de fato, inferir com mais precisão os resultados quanto a penetração do *soft power* econômico e cultural chinês no continente africano e no Sudeste asiático. Dessa forma, o autor faz escusas acerca dos elementos não debatidos. Ainda, dentre as dificuldades encontradas no curso desta pesquisa, encontra-se a opção por não abordar a análise do conceito de *smart power* de Joseph Nye, a qual seria igualmente necessária a contraposição do pensamento de *smart power* pelos teóricos chineses. Igualmente, o levantamento de dados acerca do instrumento de análise “intercâmbio acadêmico” apresentou dificuldades ao autor pois possuía imprecisão e choque de informações entre o banco de dados da UNESCO e os relatórios publicados pelo Ministério da Educação da China⁸². Por fim, a avaliação dos resultados obtidos pela penetração do *soft power* econômico e cultural da China nas duas regiões por meio de valores qualitativos demonstrou-se inacessível, uma vez que, por exemplo, dar um valor qualitativo ao apoio das unidades em isolar Taiwan e na ONU é intangível.

No que tange as sugestões para estudos futuros, entende-se que a abordagem da América Latina como região de penetração do *soft power* da China seja de grande relevância, uma vez que esta é a terceira região com o maior número de projetos da China no exterior de acordo com os dados levantados acerca dos investimentos no resto do globo. Ademais, é pertinente questionar como, por quem, para quem e por que os investimentos apresentados no curso deste trabalho afetam na elaboração da política doméstica das unidades de observação. Em síntese, como sugestão de pesquisa, propõe-se uma análise da relação entre o gerenciamento dos

⁸² A opção por utilizar os dados do Ministério da Educação da China seriam, de fato, a mais correta, no entanto, o acesso a informação e a oferta de relatórios e dados por parte do governo da China é escassa e, portanto, buscouse por utilizar os dados da UNESCO e os disponibilizados pelo governo chinês.

investimentos da China e a elaboração da política doméstica das unidades de observação, ou seja, é possível dizer que quanto mais gerenciado pela China for os investimentos em determinados países, mais orientada em favor dos chineses será a política doméstica para este país?

Quanto as inferências obtidas neste estudo e de forma a comparar a penetração do *soft power* econômico e cultural da China no continente africano e no Sudeste asiático, optou-se por utilizar a penetração dos instrumentos de *soft power* deste trabalho no resto do mundo como parâmetro comparativo. Justifica-se este método pois África e Sudeste asiático possuem suas próprias características e somente comparado em relação ao resto do globo estas regiões podem se equivaler no sentido da penetração do *soft power* chinês. Desse modo, a avaliação dos resultados alcançados acerca da intensidade de penetração do *soft power* econômico⁸³ e do *soft power* cultural⁸⁴ baseiam-se nas mesmas avaliações utilizadas nos capítulos anteriores. À vista disso, a tabela a seguir apresenta o valor financeiro total investido pela China nos 193 Estados-membros da ONU e também destaca o total dos investimentos da China nos três setores das seis unidades de observação deste trabalho.

⁸³ Para avaliar *soft power* econômico nas unidades de observação em relação à média mundial, este estudo optou pela seguinte avaliação: 1º) soma dos investimentos da China nas unidades de observação em agricultura, geração e fornecimento de energia, comunicação, indústria, mineração e construção, transporte, saneamento e fornecimento de água no período 2002 – 2016; 2º) soma dos investimentos totais da China nos mesmos setores acima destacados no período 2002 – 2016; 3º) média aritmética do valor total dos investimentos, ou seja, a divisão do valor total dos investimentos pelo número de Estados membros da ONU (193); 4º) classificação dos dados qualitativos a partir de comparação da média aritmética e do valor total do investimento em *soft power* econômico nas unidades de observação.

⁸⁴ Para a classificação da intensidade do *soft power* cultural em relação à média global, optou-se pelas seguintes avaliações: (I) no que tange à promoção do ensino do mandarim e da cultura chinesa, foram selecionados os seguintes critérios: 1º) soma dos ICs e das CCs de cada unidade de observação; 2º) soma dos ICs e das CCs de todos os Estados membros da ONU; 3º) média aritmética do número de ICs e de CCs do mundo, ou seja, a divisão da quantidade total pelo número de Estados-membros da ONU; 4º) classificação dos dados qualitativos a partir de comparação da média aritmética e do número total de ICs e CCs nas unidades de observação. (II) no tocante ao intercâmbio acadêmico, utilizou-se os valores apresentados nas respectivas seções das unidades de observação e os valores disponibilizados pelo banco de dados da UNESCO. (III) A respeito do turismo, este estudo avaliou a entrada de chineses nas unidades de observação, bem como nos demais países membros da ONU entre 2002 – 2016. Ainda, levou-se em conta a entrada de turistas advindos das unidades de observação e dos demais países do globo.

Tabela 24 – Relação de valores totais e média aritmética do *soft power* econômico da China na África, no Sudeste asiático e no mundo.

Soft power econômico		
Agricultura/Infraestrutura/Energia		
Objeto de análise		Valor (US\$) *
Sudeste asiático	Camboja	7.861.613.742,70
	Tailândia	3.352.854.149,99
	Vietnã	5.082.774.446,87
África	África do Sul	21.960.090.863,51
	Angola	17.715.704.031,42
	Nigéria	20.209.248.652,66
Mundo		Média aritmética**
		1.759.810.401.784,89
		9.118.188.610,28

* Novamente, utiliza-se a moeda estadunidense na cotação de 2009 a fim de dar maior paridade aos valores comparados. ** A média aritmética da comparação mundial é feita a partir da divisão do valor financeiro total dividido pelo número de Estados-membro da ONU (193).

Fonte: Elaborado pelo autor com base em AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance (2016, online).

Referente ao *soft power* econômico, classifica-se a intensidade de penetração na África como **muito alta** pois observa-se a que o valor de investimentos da China nas unidades de observação da África é expressivamente maior do que a média mundial, sendo Angola o único país cujos investimentos não correspondem ao dobro da média mundial. Esse volume de investimentos econômicos deve-se ao fato de que em países do continente africano, os valores financeiros dos investimentos da China são vultuosos, mesmo que o número de projetos esteja dentro da média (com a exceção da Angola, onde o número de projetos é muito elevado em relação aos demais países). Em contrapartida, o Sudeste asiático possui intensidade **baixa** quanto a penetração do *soft power* econômico chinês. Nesta região, há um grande número de projetos cujos valores financeiros são baixos. Além disso, a entrada da China no setor energético do Camboja e da Tailândia ainda é tímida, o oposto do que ocorre na Nigéria e na Angola, onde as estatais petrolíferas de Beijing já representam grande parte do mercado interno. Posteriormente a isso, a Tabela 24 apresenta os valores totais do *soft power* cultural chinês nas mesmas unidades de observação.

Tabela 25 – Relação de valores totais e média aritmética do *soft power* cultural da China no mundo e nas seis unidades de observação.

Soft power Cultural	Mundo				Camboja		Tailândia		Vietnã		África do Sul		Angola		Nigéria	
Promoção ensino do mandarim e da cultura chinesa	Instituto Confúcio (IC)	<i>Confucius Classroom</i> (CC)		IC	CC	IC	CC	IC	CC	IC	CC	IC	CC	IC	CC	
Promoção ensino do mandarim e da cultura chinesa	Total	Total		Total						Total						
	500	1.000		1	3	14	11	1	0	5	3	1	0	2	0	
	Média	Média														
	2,59	2,18														
Turismo	Mundo → China	China → Mundo		Camboja → China	China → Camboja	Tailândia → China	China → Tailândia	Vietnã → China	China → Vietnã	África do Sul → China	China → África do Sul	Angola → China	China → Angola	Nigéria → China	China → Nigéria	
	Total	Média	Total	Média	Total						Total					
	1.462.888.281	7.579.732,00	116.511.731	603.688	219.261	2.437.165	6.554.660	21.275.612	7.633.687	12.807.824	614.046	856.375	24.998	463.431	394.583	1.144.083
Intercâmbio acadêmico	Mundo → China	China → Mundo		Camboja → China	China → Camboja	Tailândia → China	China → Tailândia	Vietnã → China	China → Vietnã	África do Sul → China	China → África do Sul	Angola → China	China → Angola	Nigéria → China	China → Nigéria	
	Total	Média	Total	Média	Total						Total					
	955.624	4.951	98.730.319	511.556	897	20	136.455	50.107	5.942	3.514	28	1079	61	0	100	0

As médias são as médias aritméticas, cujo valor é extraído da divisão do valor total pelo número de Estados-membros da ONU (193).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para o *soft power* cultural as avaliações dos valores dos instrumentos de cooptação diferem das seções anteriores. Na Tabela 24 não se utilizou do total geral dos instrumentos pois acredita-se que, em relação à média mundial, cada instrumento possui suas próprias características que são mais evidentes quando se utiliza dessa comparação.

Nesse contexto, três observações distintas merecem destaque, uma vez que os instrumentos de análise deste estudo possuem suas próprias peculiaridades. Em relação à promoção do ensino do mandarim e da cultura chinesa, a Tailândia é digna de realce por possuir aproximadamente cinco vezes mais Institutos Confúcio e *Confucius Classroom* do que a média mundial, além de figurar entre os países que mais recebem incentivos desse perfil no mundo. Isso se dá pela proximidade étnica entre os dois países, a qual a China tem buscado fortalecer por meio desse instrumento de cooptação. Quanto ao continente africano, a África do Sul se sobressai por se apresentar pouco acima da média mundial. Como já exposto, isso se deve ao fato das relações entre China e África do Sul serem recentes (desde 1996), anteriormente, o governo sul-africano considerava o governo de Taiwan como o representante da China. À vista disso, via-se necessário desvincular a imagem taiwanesa construída e incorporar o pensamento de Beijing na África do Sul.

No turismo, a entrada de estrangeiros na China entre os anos de 2002 e 2016 representa aproximadamente 15% da população mundial de 2016⁸⁵. Este expressivo número deve-se a diversos fatores, entre eles, o rápido crescimento econômico chinês, especialmente no primeiro mandato do governo Hu (2003 – 2007). Ligado a este fator, a China faz fronteira terrestre com 14 países e o atrativo econômico-cultural chinês tem trazido diversos visitantes às fronteiras. Prova disso é a entrada de mais de 21 milhões de vietnamitas na China, uma média correspondente a mais de meio milhão de pessoas por ano entre 2002 e 2016. Além do Vietnã, os tailandeses também correspondem a grande parte dos visitantes estrangeiros em território chinês, ficando próximo à média mundial. Na África o panorama não é tão positivo quanto no Sudeste asiático, nas três unidades de observação deste estudo, o número de visitantes na China é muito abaixo da média mundial. No entanto, a entrada de chineses nestes países mostra-se positiva, já que nenhuma unidade se apresenta abaixo da média. Ainda em relação a entrada de chineses na África, destaca-se a Nigéria, cujo número de visitantes chineses corresponde a quase duas vezes a média mundial. Esse fator se deve ao crescente investimento econômico chinês no setor energético, o qual demandou mão de obra especializada advinda da China, além

⁸⁵ Segundo a ONU, a população mundial, em 2016, é de mais de sete bilhões de pessoas. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/populacao-mundial/>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

disso, o país possui uma grande comunidade chinesa (mundialmente conhecida como *Chinatown*) na capital, como exposto no capítulo dois deste trabalho.

Quanto ao intercâmbio acadêmico, a entrada de estrangeiros advindos das unidades de observação deste estudo na China é classificada como **muito alta** quando se trata de Tailândia, **baixa** quando se trata de Vietnã e **muito baixa** quando se trata de Camboja. No sentido inverso, a entrada de chineses nestes três países é **muito baixa** e isso se deve ao fato de que a procura por destinos acadêmicos pelos chineses ainda conta com Estados Unidos e Europa como principais destinos. Esta mesma justificativa estende-se ao continente africano, cujos principais destinos das unidades de observação também são Estados Unidos e Europa, o que torna a intensidade deste instrumento de cooptação **muito baixa** na África.

À vista dos dados apresentados na Tabela 23 e na Tabela 24 em relação ao *soft power* econômico e cultural nas unidades de observação e no resto do globo, aplica-se os mesmos valores qualitativos utilizados para a avaliação da intensidade do *soft power* nas regiões: (I) muito baixa, para aqueles valores que se apresentarem como muito abaixo da média (em torno de duas vezes menos); (II) baixa, quando os valores se mostrarem abaixo da média (menos do que $\frac{1}{4}$ da média); (III) média, para os valores que estiverem até $\frac{1}{4}$ acima ou abaixo da média; (IV) alta, àquele valor que se apresentar como acima da média (mais do que $\frac{1}{4}$ da média); (V) muito alta, àquele valor que se apresentar como muito acima da média (em torno de duas vezes maior). Portanto, o Quadro 20 apresenta, de forma clara e objetiva, a intensidade das variáveis independentes na África do Sul, Angola, Nigéria; Camboja, Tailândia e Vietnã em comparação com a média global de penetração do *soft power* econômico e cultural da China, cujo resultado relaciona-se com a hipótese deste estudo. Quanto à avaliação da intensidade da penetração das variáveis independentes nos casos deste trabalho (África e Sudeste asiático), avalia-se a média aritmética das intensidades das unidades de observação, por exemplo, a média aritmética de intensidades “muito baixa”, “muito alta” e “média” é intensidade “média”.

Quadro 20 – Intensidade das variáveis independentes nas unidades de observação em comparação à média mundial.

Variáveis	Elementos de Análise	Casos	Unidades de Observação	Resultado observado (unidades de observação)	Resultado observado (casos)		
Comparada com a média mundial	Soft Power Econômico	Agricultura/Infraestrutura/Energia	(1) África	(1) África do Sul	Muito alta	Muito alta	
				(2) Angola	Alta		
				(3) Nigéria	Muito alta		
	Soft Power Cultural	Promoção da língua e da cultura chinesa/Intercâmbio acadêmico/Turismo		(1) África do Sul	Muito baixa	Muito baixa	
				(2) Angola	Muito baixa		
				(3) Nigéria	Muito baixa		
	Soft Power Econômico	Agricultura/Infraestrutura/Energia	(2) Sudeste asiático	(4) Camboja	Média	Baixa	
				(5) Tailândia	Muito baixa		
				(6) Vietnã	Baixa		
	Soft Power Cultural	Promoção da língua e da cultura chinesa/Intercâmbio acadêmico/Turismo		(4) Camboja	Média	Média	
				(5) Tailândia	Alta		
				(6) Vietnã	Baixa		

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com a análise feita a partir do Quadro 20, verifica-se que as inferências obtidas se relacionam com a **hipótese de trabalho** deste estudo, a qual sustenta-se pela afirmação de que a China estabelece na África um *soft power* econômico e, no Sudeste asiático, um *soft power* cultural. Ainda de acordo com o Quadro 20, percebe-se que o continente africano apresenta características ambivalentes quando se trata da penetração do *soft power* chinês. Ainda que a intensidade dos instrumentos culturais da China na Angola, África do Sul e Nigéria tenha sido positiva em relação à própria região no período analisado, em comparação à média mundial, o *soft power* cultural chinês no continente mostrou-se em segundo plano. Em contrapartida, a operacionalização dos instrumentos de *soft power* econômico na África é a que apresenta mais intensidade em todo o mundo, ou seja, a imagem positiva que a China busca construir e a cooptação desta região é arquitetada por meio dos investimentos na modernização e no desenvolvimento dos três setores analisados – agricultura, infraestrutura e energia.

No Sudeste asiático, observa-se que a intensidade de penetração do *soft power* econômico chinês nas unidades de observação fica aquém da média global. Verifica-se essa conjuntura pois, até 2007 – 40% do período analisado –, os projetos e investimentos econômicos do governo de Beijing caracterizaram-se como de grande quantidade, porém com baixa qualidade, ou seja, os projetos nos setores analisados correspondem a um baixo valor financeiro. Entretanto, nos últimos anos, a estratégia chinesa de introduzir capital estrangeiro tem se desenvolvido para um novo estágio, cuja principal característica é enfatizar qualidade ao contrário de quantidade de investimentos (ZHAO, 2007). Mesmo assim, ainda não é possível inferir que esta mudança de estratégia tem se destacado no Sudeste asiático em relação à média global.

Quanto ao *soft power* cultural chinês no Sudeste asiático, esta variável independente demonstra ser mais positiva do que a anterior, mesmo assim, ainda não há destaque significativo da operacionalização dos instrumentos culturais em relação à média global. Entretanto, é necessário elucidar que, por ser uma região cuja sociedade está muito vinculada à sociedade chinesa por traços históricos étnicos, o *soft power* cultural chinês pode vir a ser mais presente do que se pode inferir, além disso, a construção de uma região pacífica no que tange às fronteiras – terrestres e marítimas – e em concordância com os interesses da política externa chinesa são razões necessárias para estruturação de uma imagem positiva e amistosa da China no Sudeste asiático por meio dos instrumentos culturais.

Quanto aos resultados, estes também vão ao encontro da hipótese de trabalho, a qual também estabelece que o *soft power* econômico no continente africano tem como objetivos o isolamento de Taiwan e o fortalecimento da *One-China Policy*, o apoio em questões na ONU e o abastecimento interno chinês. Da mesma forma, a hipótese também estabelece o abastecimento interno e como objetivo do governo de Beijing no Sudeste asiático. De modo a comparar e qualificar a intensidade dos resultados obtidos pela China nos dois casos, ou seja, as variáveis dependentes, classifica-se a intensidade a partir das observações e análises feitas nas respectivas seções dos respectivos casos. Para a África, verifica-se que a intensidade dos resultados é **muito alta**, uma vez que, no que tange ao abastecimento interno, o continente é um dos principais provedores de petróleo para a China, vital para o funcionamento do país. Já quanto ao apoio em questões na ONU, a África é uma das peças-chave da China na balança de poder dentro da Organização, visto que, com o apoio do continente africano, a China teve maioria absoluta em votações e assembleias que interessavam diretamente ao governo de Beijing, como a anulação da votação relacionada aos direitos humanos na China instaurada pelos Estados Unidos. Quanto ao isolamento de Taiwan, a África é o continente que menos

tem relações formais e/ou informais com Taiwan e, no período 2002 – 2016, mais países passaram a reconhecer Taiwan como parte da China governada por Beijing.

Quanto ao Sudeste asiático, esse caracteriza-se por apresentar intensidade **baixa** no período analisado, uma vez que apenas o abastecimento interno por meio da exportação de eletrônicos de base foi a única variável dependente que obteve resultados de destaque para o governo chinês. No que tange ao apoio em isolar Taiwan, o governo cambojano tem sido um dos únicos do Sudeste asiático a não ter qualquer tipo de relações diplomáticas com a ilha. Em contrapartida, o Vietnã recebeu diversos investimentos taiwaneses, e flerta com relações diplomáticas não-oficiais com Taiwan, o que enfraqueceu a tentativa do governo de Beijing em obter apoio dos vietnamitas no fortalecimento da *One-China Policy*. Por fim, a Tailândia estabelece uma posição mais cautelosa quanto às relações com Taiwan, visto que o governo tailandês vê na China um forte parceiro e fonte de investimentos no país. No que tange ao apoio das três unidades de observação à China na ONU, esse resultado apresenta intensidade muito baixa, visto que, dentre as unidades, apenas o Vietnã participou como membro não-permanente do CSNU. À vista disso, a política externa chinesa e os resultados obtidos por meio do *soft power* cultural no Sudeste asiático ainda não apresentam resultados tão significativos e importantes para a China quanto no continente africano, cujos interesses, objetivos e resultados apresentaram-se mais objetivos e alinhados com os interesses do governo de Beijing.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **China agreed to provide loan of 50 million USD to develop energy sector.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/32235>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **China and South Africa sign USD10b construction deal for new crude refinery.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/31249>>. Acesso em: 02 out. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **China Development Bank finances South African chrome plant expansion.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/16295>>. Acesso em: 02 out. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **China Development Bank to provide 5 billion USD loan for railway and port infrastructure.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/30531>>. Acesso em: 02 out. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **China Eximbank loans US\$46 million for steel project in Thanh Hoa.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/35269>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. China donates 200 Water Pumps to Cambodia. Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/32127>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **China ICBC signs funding support agreement for South African Renewable Energy Projects.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/31248>>. Acesso em: 02 out. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **China invests Bt38 billion in pulp project with Thailand.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/34068>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **China involved in Housing complex project.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/17703>>. Acesso em: 03 out. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **China pledges 400m USD for infrastructure development.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/35050>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **China Provides Training for Alternate Agricultural Techniques with the FAO.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/1416>>. Acesso em: 02 out. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **China provides VND975 billion loan to Vietnam to upgrade signal and information systems from Vinh City to Ho Chi Minh City.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/34683>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **China provides 200 million in USD loan for cassava flour processing plants.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/30626>>. Acesso em: 02 out. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **China provides 300 bio-digesters to Cambodian rural households.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/33158>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **China to finance construction of Vietnam-China Friendship Palace.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/34475>>. Acesso em: 26 out. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **China to grant 130 scholarships to Vietnamese students annually.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/34895>>. Acesso em: 26 out. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **China's EXIM Bank signs MOU for agricultural technique mechanization in Nigeria.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/1708>>. Acesso em: 02 out. 2016

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **Chinese company to work with Thai company to develop potash deposit.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/34753>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **Chinese Development Bank loans for Housing projects for low-income people.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/38364>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **Chinese investments in Cambodia.** Disponível em: <<https://goo.gl/GKmB66>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **Chinese investments in South Africa.** Disponível em: <<https://goo.gl/H55fQh>>. Acesso em: 01 out. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **Chinese investments in Viet Nam.** Disponível em: <<https://goo.gl/6fSsTn>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **Chinese loan for Cat Linh—Ha Dong light rail.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/34616>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **Chinese general investments.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects?utf8=%E2%9C%93&search=.>

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **Donation of well-drilling equipment.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/38846>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **EXIMbank loans US\$40.5 million for the Sin Quyen Cooper Mine in Lao Cai.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/34727>>. Acesso em: 14 nov. 2016

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **Exim Loan to Develop Azelik uranium mineral deposit.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/256>>. Acesso em: 03 out. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **Phase 1:** Irrigation of Luena, Caxito, Gandjelas and Waco-Kungo First Phase. 2016. Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/34784>>. Acesso em: 30/09/2016

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **Phase 1:** Purchase of Agricultural Equipment Machines and Tools for MECANAGRO. Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/34786>>. Acesso em: 30 set. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **US\$64 million in concessional loan for Northern railway lines information signals.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/34474>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **US\$32 million in non-refundable aid for expansion of Ha Bac Nitrogenous Fertiliser Plant.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/34663>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

AID DATA: Open Data for International Development – Tracking Chinese Development Finance. **Yunnan Province to invest 10b RMB in infrastructure and tourism projects.** Disponível em: <<http://china.aiddata.org/projects/34569>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

ANGOLA, Ministério da Hotelaria e Turismo. **Anuário de Estatística do Turismo de 2014.** [S.I.]. 2015.

BANCO MUNDIAL. **Cambodia GDP (current US\$).** Disponível em: <<https://goo.gl/XTnzZY>>. Acesso em: 05/11/2016.

BEEK, Ursula Van. **China's Global Policy and Africa: A Few Implications for the Post-Crisis World.** Politikon, Johanesburgo, v. 38, n. 3, p. 389-408, 2011.

CHEN, Chuan et al. **Building Bridges:** China's Growing Role as Infrastructure Financer for Sub-Saharan Africa. Washington D.C.: The World Bank, 2009.

CHINA, Gabinete de Informação do Conselho de Estado. **China's Peaceful Development.** Beijing, 2011.

CHINA, Ministério de Negócios Estrangeiros. **Xi Jinping Delivered An Important Address at the Conference.** 2014. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1215680.shtml>. Acesso em: 17 jun. 2016.

CHINA NEWS SERVICE. **Cambodia, China's Guangdong look to boost tourism cooperation.** 2013. Disponível em: <<http://www.ecns.cn/2013/12-14/92619.shtml>>. Acesso em: 30 out. 2016.

CIORCIARI, John D. A Chinese model for patron-client relations? The sino-Cambodian partnership. **International Relations of Asia-Pacific**, cidade, p. 1-34, Dec. 2014.

CISSÉ, Daouda. **What's the fuss about Africans learning Chinese language?** Centre for Chinese Studies, Stellenbosch, 2012.

DATHEM, Ricardo (Org.). **Parceiros Estratégicos para a Inserção Internacional do Brasil: Ásia, África e Europa.** 2 ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

DAVIES, M. et al. **How China Delivers Development Assistance to Africa.** Stellenbosch: Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch, 2008.

DING, Sheng. **To Build A “Harmonious World”: China's Soft Power Wielding in the Global South.** Journal of Chinese Political Science, Londres, v. 13, n. 2, p. 193-213, 2008.

EGBULA, Margaret; QI, Zheng. **China and Nigeria: a Powerful South-South Alliance.** West African Challenges, [S.I], n. 5, p. 1-20, 2011.

EVERA, Stephen Van. **Guía para estudiantes de ciencia política: Métodos y recursos.** 1 ed. Barcelona: Gedisa, S.A., 2002.

GREEN, M. et al. **Decoding China's Emerging “Great Power” Strategy in Asia.** Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies, 2014.

HANBAN. **Confucius Institutes and Confucius Classrooms around the globe.** Disponível em: <http://english.hanban.org/node_10971.htm>. Acesso em: 02 out. 2016.

HANBAN, Confucius Institute Headquarters. **Confucius Institute of Royal Academy of Cambodia**. Disponível em: <http://english.hanban.org/node_10659.htm>. Acesso em: 31 out. 2016.

HARDING, Brian; MITCHELL, Derek J. China and Southeast Asia. In: MCGIFFERT, Carola. **Chinese Soft Power and Its Implications for the United States...**, Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies, 2009. p. 77-90.

HUC, Évarist Regis. In SCHURMANN, Franz; SCHELL, Orville. **Imperial China: The Decline of the Last Dynasty and the Origins of Modern China — The 18th and 19th Centuries**. Nova Iorque: Vintage, 1967.

KISSINGER, Henry A. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KURLANTZICK, Joshua. **Charm Offensive: How China's Soft Power is Transforming the World**. Nova Iorque: Vail-Ballou Press, 2007

LAI, Hongyi; LIM, Tin Seng (Ed.). **Harmony and Development: ASEAN – China Relations**. Nova Jersey: World Scientific, 2007.

LAI, Hongyi; YIYI, Lu (Ed.). **China's Soft Power and International Relations**. Londres: Routledge, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas S.A., 2003.

LEE, Henry; SHALMON, Dan. Searching for Oil: China's Oil Strategies in Africa. In: ROTBERG, Robert I. (Ed.). **China into Africa: Trade, Aid and Influence**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008. p. 109-136.

LI, Mingjiang (Ed.). **Soft Power: China's Emerging Strategy in International Politics**. Lanham: Lexington Books, 2009.

LUM, T. et al. **China's Foreign Aid Activities in Africa, Latin America and Southeast Asia**. [S.l]: Congressional Research Service, 2009.

MARTINEZ, Rayna. **Chinese Soft Power, Africa, and the United Nations General Assembly**. 2015. 83 p. Dissertação (Mestrado em Artes – Ciência Política) –University of Nevada, Las Vegas, NE, 2015.

MCGIFFERT, Carola. **Chinese Soft Power and Its Implications for the United States...**, Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies, 2009.

NYE, Joseph. **O Futuro do Poder**. 1 ed. São Paulo: Benvirá. 2012

NYE, Joseph. **O Paradoxo do Poder Americano**. 5 ed. Lisboa: Gradiva. 2005

NYE, Joseph. **Soft Power**: The Means to Success in World Politics. Nova Iorque: PublicAffairs, 2004.

NYE, Joseph. **The Paradox of American Power**: why the world's only superpower can't got it alone. Nova Iorque: Oxford University Press, 2002

NABINE, Djeri-wake. The Impact of Chinese Investment and Trade on Nigeria. **Economic Growth. Economic Commission for Africa: African Trade Policy Centre**, [S.I], n. 77, p. 1-30, 2009.

OEC, The Observatory of Economic Complexity. Disponível em: <<https://goo.gl/eO89mG>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

PARUK, Farhana. **Theories and practice of “soft power”**: Their relevance for China (as a rising power) in its relationship with African states. 2014. 301 p. Tese (Doutorado em Literatura e Filosofia). Universidade da África do Sul, África do Sul.

RA INTERNATIONAL. **Ensino do chinês nas escolas causa polêmica**. 2015. Disponível em: <<http://www.redeangola.info/ensino-do-chines-nas-escolas-causa-polemica/>>. Acesso em: 18 out. 2016.

ROTBERG, Robert I. (Ed.). **China into Africa**: Trade, Aid and Influence. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008.

ROY, Dennis. Southeast Asia and China: Balancing or Bandwagoning? **Contemporary Southeast Asia**, [S.I], v. 27, n. 2. p. 305–322, 2005.

RUPP, Stephanie, Africa and China: Engaging Postcolonial Interdependencies. In: ROTBERG, Robert I. (Ed.). **China into Africa**: Trade, Aid and Influence. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008. page 65-86.

SAM, Do Tien. Vietnam-China Relations: Present and Future. In: LAI, Hongyi; LIM, Tin Seng (Ed.). **Harmony and Development**: ASEAN – China Relations. Nova Jersey: World Scientific, 2007. p. 65-77.

SHINN, D; EISENMAN, J. **China and Africa**: A Century of Engagement. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2012.

SONGNAVONG, Bougnheuang. China's Rise and Its Implications for Mainland Southeast Asia and Laos. In: LAI, Hongyi; LIM, Tin Seng (Ed.). **Harmony and Development: ASEAN – China Relations**. Nova Jersey: World Scientific, 2007.

STATISTICS SOUTH AFRICA. **Statistical release: Tourism and Migration**. Pretoria, 2016.

TAILÂNDIA, Ministério da Energia. **Annual Report**. Bangkok. 2013.

TAYLOR, Ian. **China in Africa**: Engagement and Compromise. Ed. Londres: Routledge, 2006.

THE ECONOMIST. **Confucius says, Xi does**. 2015. Disponível em:
<<http://www.economist.com/news/china/21659753-communist-party-turns-ancient-philosophy-support-confucius-says-xi-does>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

UN, Data. **Viet Nam**. Disponível em:
<<http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Viet%20Nam>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

UNCOMTRADE, Department for Business Innovation and Skills – International Trade in Goods based on UN Comtrade data. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/labs/BIS-trade-inoods/?reporter=156&partner=24&commodity=27&year=2002&flow=2>>. Acesso em: 20 out. 2016.

UNESCO, UNESCO Institute for Statistics. **International student mobility in tertiary education**. 2016. Disponível em: <<http://data.uis.unesco.org/#>>. Acesso em: 18 out. 2016.

US AID – From the American People. **US Investments around the globe**. 2014. Disponível em: <<https://explorer.usaid.gov/country-detail.html#SouthAfrica>>. Acesso em: 18 out. 2016.

VIETNÃ, Ministério da Cultura, Esporte e Turismo – Administração Nacional do Turismo do Vietnã. **Vietnã, China talk tourism cooperation**. Disponível em:
<<http://www.vietnamtourism.com/en/index.php/news/items/1538>>. Acesso em: 28 out. 2016.

WORLD TOURISM ORGANIZATION, UNWTO. **Yearbook of Tourism Statistics**. Madrid: UNWTO. 2008.

WORLD TOURISM ORGANIZATION, UNWTO. **Yearbook of Tourism Statistics**. Madrid: UNWTO. 2012.

WORLD TOURISM ORGANIZATION, (UNWTO). Yearbook of Tourism Statistics. Madrid: UNWTO. 2015.

WORLD TOURISM ORGANIZATION, UNWTO. **Yearbook of Tourism Statistics**. Madrid: UNWTO. 2016.

YONGNIAN, Zheng; CHI, Zhang. Guoji zhengzhi zhong de ruan liliang yiji dui zhongguo ruan liliang de guancha. **Shijie jingji yu zhengzhi**, [S.l], v. 7, 2007.

ZAHARNA, R.S. et al. **Confucius Institutes and the Globalization of China's Soft Power**. Los Angeles: Figueroa Press, 2014.